

NAMÍBIA:
Primeiros passos

terceiro mundo

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 126 • NCz\$ 30,00 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 39,00 • ANO XII

Desafio aos Progressistas

A UNIÃO DA ESQUERDA

EL SALVADOR
A guerrilha
imbatível

A comunidade
de língua
portuguesa

LÍBANO
A lógica
das bombas

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio: 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem "vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos."



Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

Professores, Estudantes,
Jornalistas, Administradores,
Economistas, Industriais,
Políticos, Exportadores,
Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e colado).

PROMOÇÃO DE NATAL NO VERSO

O TERCEIRO MUNDO Visto com os próprios olhos

Cadernos do Terceiro Mundo é uma revista que trata de política, cultura, economia e meio ambiente. Contém notícias e análises de fatos que ocorrem na África, Ásia, América Latina, Caribe e Oriente Médio.

A revista é feita por jornalistas do Terceiro Mundo e a informação nela publicada não é filtrada por nenhum centro internacional de poder.

Qual é a perspectiva de **Cadernos do Terceiro Mundo**? É a do Sul em relação ao Norte. A revista não representa nenhum partido político nem governo. Defende o direito de cada povo escolher o seu sistema político próprio. O seu objetivo é dar aos leitores uma visão do Terceiro Mundo sem as distorções causadas pelos preconceitos de hegemonias políticas, das falsas supremacias raciais ou culturais e dos interesses de grupos de poder. Os próprios meios de comunicação do Terceiro Mundo costumam divulgar notícias superficiais e até tendenciosas sobre os países do Sul, em sua maioria veiculadas pelas agências transnacionais de notícias. A revista **Cadernos do Terceiro Mundo** não só reage a este tipo de notícias como divulga e analisa fatos que estas agências não se interessam em noticiar.

CADERNOS DO terceiro mundo

Assine agora e
ganhe da inflação
por 12 meses

Você não
pode perder
esta promoção
de Natal

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Adquira já
seu exemplar

Nº DE ASSINATURAS ANUAIS E/OU GUIAS	VALOR POR ASSINATURAS E/OU GUIAS	TOTAL APAGAR CZ\$	BRINDES
1	325,00 305,00	305,00	-
2	305,00 280,00	560,00	-
3	305,00 280,00	240,00	+ 6 meses de revista
4	305,00 280,00	1.120,00	1 assinatura anual
5	280,00 260,00	1.300,00	1 Guia do Terceiro Mundo

OUTROS PREÇOS

- Renovação antecipada de uma assinatura: NCz\$ 210,00
- Exemplar avulso (atual ou atrasado): NCz\$ 30,00
- Guia pelo reembolso postal: NCz\$ 420,00

Aqui, a informação que completa você.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Crupo 104 a 106 Rio de Janeiro - RJ**
CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440

ASSINALE. ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. ☐ Assinat. de "Cadernos" ou ☐ Renovação
PEDIDO DE: ☐ Guia do Terceiro Mundo: ☐ pago, ☐ r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

CUPOM DO REMETENTE EDIÇÃO 126
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

O JOGO DA DIREITA

Postal Cultural

ANO III - 1989 - REVISTA 126

PEDIDOS: CUPOM NO
VERSO, OU (021) 252-7440

terceiro mundo

Preços válidos até a próxima edição, nº 127

O PILÃO DA MADRUGADA

CONVERSA COM BETINHO

O pilão da madrugada



NEIVA MOREIRA

Um depoimento a José Louzeiro

Editora Terceiro Mundo

De: Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208 30 BTN's



De: Ricardo Gontijo

"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. As **Conversas com Betinho**, de Ricardo Gontijo, faz luz sobre muitos episódios de uma etapa decisiva da nossa história contemporânea.

Afonso Romano de Sant'Anna escreve o seguinte, na apresentação do livro:

"Há uma certa candura neste livro. E uma juventude irremissível. Aí, a narrativa de como o irmão de Henfil e Chico Mário derrota a morte, diariamente. É um livro alegre, luminoso, pra cima."

Betinho não é apenas um líder sedutor e carismático. É uma inesgotável usina de utopias."

E-195 14 BTN's

na nova república

De: René Dreifuss

Sabe-se, há tempos, que as elites "plantam" notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares "confiáveis" e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste "O jogo da direita", o autor apresenta, passo a passo, o "frio" e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e "normalidade". O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita souberam avaliar as mudanças, sempre atentos a qualquer ensaio de avanço social.



Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixinha de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça. No desenho final, um lição das mais simples: este é o país em que o povo, desde os idos do Império, jamais passou de mero espectador dos conchavos de elite. 295 págs.

E-207 35 BTN's

**A ESQUERDA
E O GOLPE DE 64**
De: Dênis de Moraes



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

E-202 40 BTN's

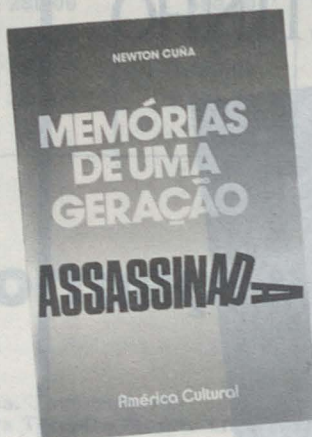
**BRASÍLIA: A HISTÓRIA
DE UMA AVENTURA**
De: Neiva Moreira

O livro foi escrito entre 1960 e 1961, O período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento".

73 pág.
E-184 10 BTN's

**MEMÓRIAS DE
UMA GERAÇÃO
ASSASSINADA**
De: Newton Cunha



É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 pág.

E-206 10 BTN's

**A BESTA
DO JARDIM BOTÂNICO**
De: Licínio Rios Neto



A Besta do Jardim Botânico é, me parece, a primeira tentativa ficcional de analisar o que existe por trás do monopólio da informação no telejornalismo. É um livro que ousou assumir, poeticamente, um título polêmico, mas que corresponde à dimensão de como a notícia é manipulada no dia-a-dia e passa pelo filtro dos grandes interesses econômicos.

A besta do jornalismo brasileiro não é simplesmente lantejoulada na notícia ou os fatos reduzidos à banalidade. Ela é a omissão do jornalismo diante da verdade. Licínio tenta, através da ficção desvairada, resgatar a dignidade de uma profissão. Nesse livro, longe das rotativas, das câmaras de TV, das manchetes, Licínio Rios Neto chega bem perto das vitórias e das derrotas que fazem do jornalismo, ainda um compromisso com a democracia. 360 pág.

Roberto D'Ávila
E-205 35 BTN's

**UM MUNDO
INTOLERÁVEL**
De: René Dumont
(O liberalismo em questão)

O tema do livro atravessa as questões que mais preocupam a opinião pública mundial, em nossos dias: os riscos e custos terríveis da corrida armamentista, a exploração desenfreada dos recursos naturais não renováveis, a deterioração do meio ambiente, a estrutura lógica que comanda a miséria crescente a que estão condenadas as grandes massas da população dos países subdesenvolvidos.

O modo muito pessoal e inteligente com que René Dumont aborda, reflete e articula essas questões, entretanto, é o que marca o vigor do livro. 240 pág.

E-203 24 BTN's

COMBATE NAS TREVAS
De: Jacob Gorender



Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Margherella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 19 BTN's

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

() assinante () não-assinante
Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.:
Profissão
comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 10% Para pedidos acima de 80 BTN's
- 10% Para assinantes com pedidos acima de 60 BTN's
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de 100 BTN's

terceiro mundo
postal cultural

**PREÇOS
VÁLIDOS ATÉ
A PRÓXIMA
EDIÇÃO,
Nº 127**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE



O radical general cristão Michel Aoun é o inspirador da resistência ao Acordo de Taif, ameaçando jogar por terra todas as perspectivas de paz no Líbano (p. 28), após 14 anos de guerra civil

A pouco mais de dois meses das eleições, a Nicarágua (p. 10) continua a ver protelada a execução dos acordos acertados com os demais governos centro-americanos, pois os EUA insistem em evitar o desmantelamento dos "contras"



Gallup garante que Collor vencerá eleições
 Pesquisa Ibope: Collor lidera com grande vantagem no novo Ibope
 Afif e pode superar Brizola se mantém estável
 Perdas de Collor não beneficiam Brizola
 Liderança de Collor confirmada pelo Gallup
 Lula passa Brizola no Ibope
 Elemento ativo da campanha, a pesquisa (p. 53) forneceu manchetes propagandísticas e tornou-se motivo de debates acalorados, mobilizando os estatísticos, que pedem o auxílio de um código de ética

SUMÁRIO

2	PANORAMA TRICONTINENTAL	28	Líbano: Muawad: O assassinato em nome do cristianismo	48	SUPLEMENTO BRASIL
8	CARTAS	29	Uma ocupação esquecida	50	MATÉRIA DE CAPA
	AMÉRICA LÁTINA	31	Ásia	53	Eleições: O país que sai das urnas
10	Nicarágua: Preparando as urnas	33	China: Tibet, em busca de um novo acordo	55	O novo desenho partidário
14	Guatemala: Um padre no poder?		Timor-Leste: A cartada de Jacarta	56	Ética na pesquisa
17	El Salvador: O pequeno inferno		MEIO AMBIENTE	57	Política: O que quer a direita
	ÁFRICA		38	58	Economia: O programa do FMI
20	África do Sul: Os tentáculos do polvo		Poluição: O efeito estufa	57	Garrote na economia brasileira
23	Manter a pressão		TECNOLOGIA	60	Ferrovia: Um programa necessário
	ORIENTE MÉDIO		42	60	Sindicalismo: A Universidade do Trabalho
24	Israel: A paz em debate		Informática: Computador, o trem de Pancho Villa	61	Saúde: Tuberculose
			CULTURA	62	Cinema: 1º de abril, Brasil
			45	63	Cultura: O elo do idioma
			Cinema: Profetas sem terra	64	PANORAMA NACIONAL
				68	PÁGINA ABERTA

ANGOLA

Em busca da paz

O presidente dos Estados Unidos, George Bush, renovou o apoio norte-americano à Unita, ao receber, na Casa Branca, Jonas Savimbi, embora não conferido à visita a pompa da audiência anterior. Do lado de fora, centenas de manifestantes pediam, através de cartazes e palavras de ordem, o fim da ajuda norte-americana a Savimbi. Uma faixa lembrava o assassinato de civis pela Unita. Juntaram-se aos protestos duas emissoras locais de rádio, uma das quais da Universidade de Howard, que difundiram, durante o tempo em que Savimbi permaneceu em Washington, comunicados subscritos por diversas organizações civis.

Em Nova Iorque, também ocorreram manifestações contra Savimbi. Milhares de pessoas concentraram-se, ruidosamente, no centro de Manhattan, na esquina da avenida Park com a rua Oito, onde fica o Conselho de Relações Exteriores, uma organização governamental que Savimbi iria visitar, na sua passagem pela cidade. A Coalizão para

Paz em Angola distribuiu uma declaração, em que sublinhava ser intolerável a presença, nos Estados Unidos, de um "mercenário confesso, a serviço do *apartheid*, um traidor do movimento de libertação do continente africano".

Coincidindo com a visita, o jornal *New York Times* publicou ampla reportagem do seu enviado especial a Angola, Kenneth Noble, que denunciou as atrocidades cometidas pela Unita contra as populações indefesas do interior do país. O jornalista escreveu que, na localidade de Samba Caju, província de Kuanza Norte, 15 camponeses foram executados e outros 40 ficaram feridos, em ataque da Unita.

"O massacre", informou o enviado especial, "foi o mais arrepiante incidente na região. A Unita não só matou como também sabotou as infra-estruturas econômicas da comunidade. A Unita quer estrangular as aldeias, para assegurar que elas não tenham acesso a alimentos, o que significa a virtual morte pela fome para os civis destas áreas".

A reportagem reproduziu o depoimento de uma moradora, Esperança Camões, de 33 anos, que perdeu o marido e uma criança no massacre da Unita. "Na manhã do ataque", lembrou

ela, "começamos a ouvir os morteiros. Todos começamos a correr. Levei meu bebê menor nos braços e o outro maior nas costas. Corri, corri, corri até perto do rio, onde caí. O filho que estava nas costas caiu e bateu com a cabeça numa pedra. Morreu na hora. Meu marido foi morto, depois que recebeu um tiro e caiu ao chão. Eles, então, o golpearam com um machado".

Os protestos e denúncias, nos Estados Unidos, contra as atrocidades da Unita demonstraram, claramente, a força dos aliados norte-americanos de Angola, entre os quais o pastor negro Jesse Jackson. Eles conseguiram, inclusive, que o ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem, "Loy", reunisse senadores e deputados, para ouvir de um ex-aliado de Savimbi informações sobre a inclinação ditatorial e a sede insaciável de poder do dirigente da Unita.

O governo angolano, segundo "Loy", tem dado provas de boa fé e compreensão, na procura de meios para a solução do conflito interno. Infelizmente, a Unita não cessou as ações terroristas, nem a propaganda hostil contra o legítimo governo angolano. "Os seus aliados tradicionais", prosseguiu ele, "não cessaram as ingerências em nossos assuntos internos, nem o fornecimento de armas e recursos financeiros aos rebeldes direitistas".

Para "Loy", o fato de grupos angolanos servirem de instrumento para a realização dos desígnios do regime racista da África do Sul, na guerra de agressão contra Angola, mostra que o conflito tem origem externa.

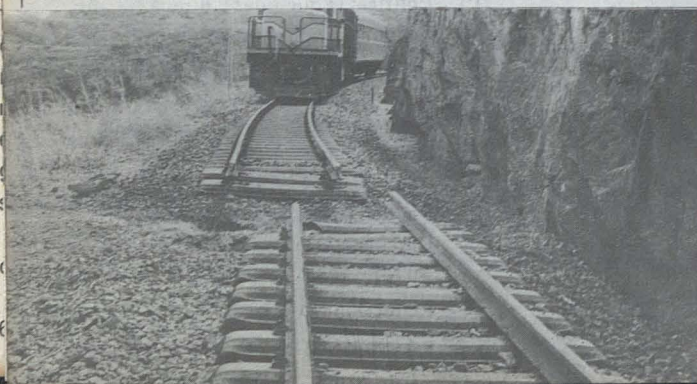
A Unita, apesar do cessar-fogo acertado em Gbadolite, em junho, realizou, até fins de agosto, 285 ataques contra a população civil e as forças armadas; 199 emboscadas; implantou 127 minas antipessoais e explosivos; destruiu 58 carros de transporte; realizou 67 raptos e praticou 56 atos de pilhagem. Tais ações causaram 1.226 mortos, 2.071 feridos, 705 desaparecidos e a destruição de 135 casas e 263 carros, conforme denúncias do ministro.

Ao analisar a conjuntura na África Austral, "Loy" afirmou que Angola reiterou ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, suas posições sobre a origem e os responsáveis pelo conflito que assola a região. "O governo de Luanda", assegurou, "apresentou propostas sérias, com vista ao estabelecimento da paz na África Austral. Estamos cientes de que, uma vez desmantelado o sistema do *apartheid* na África do Sul, a nossa região entrará na paz, necessária ao desenvolvimento e ao progresso dos seus povos e propício à promoção da cooperação regional e internacional".

Diversas grupos norte-americanos prestaram expressivas homenagens ao povo angolano, aproveitando a oportunidade da presença de "Loy" nos Estados Unidos, entre eles a comunidade negra de Harlem, de Nova Iorque, tendo à frente a "Patrice Lumumba Coalition", que reúne organizações religiosas, sindicais, de direitos humanos e de solidariedade na luta antirracista.

A argumentação de Bush para o apoio à Unita é de

A Unita recusa a paz e prossegue com atentados



que as eleições em Angola precisam ser livres e soberanas. Do lado angolano, indaga-se por quê os EUA não exigem eleições em países africanos dos quais são aliados, como, por exemplo, a Costa do Marfim, onde o octogenário presidente vitalício Félix Houphouët-Boigny governa com mão-de-ferro, sem dar chances a seus opositores.

O governo angolano ainda não reagiu ao que costuma qualificar de ingerência nos seus assuntos internos. A posição dos EUA ignora os apelos de mais de 20 chefes de Estados africanos, envolvidos no processo de pacificação do país, para que cesse o apoio à Unita. Um deles é o presidente Mobutu, do Zaire, o mediador do conflito angolano e aliado de Washington.

Mobutu foi recebido por Bush, antes de Savimbi, e obteve do presidente norte-americano um discreto apoio à sua atividade pacificadora, mas não conseguiu retirar o apoio norte-americano a Savimbi nem comprometer Washington a enviar o dirigente da Unita para o exílio. O governo norte-americano concordara, a princípio, com a idéia do exílio e chegou a ensaiar mudanças na liderança da Unita, mas Savimbi resistiu.

Depois, numa manobra político-diplomática, Savimbi convocou às pressas os seus correligionários para um encontro, a fim de apresentar a sua visão de Gbadolite e impressionar a opinião pública mundial. Em Gbadolite, segundo os líderes africanos que assinaram o acordo de paz em Angola, Savimbi concordara em se exilar, para não prejudicar o processo de paz.

NAMÍBIA

A delicada transição



Foi maciça a frequência dos namibianos às urnas

Apesar de todas as tensões e das pressões finais do regime sul-africano – que às vésperas do pleito tentou criar clima para um golpe, ao acusar a Swapo de estar deslocando forças na fronteira norte – começaram em ordem e transcorreram sem maiores percalços as primeiras eleições na Namíbia, para a escolha da Assembleia Nacional, de 72 membros, à qual caberá elaborar nos próximos meses a Constituição do novo país e escolher o governo, que, a primeiro de abril de 1990, proclamará a independência. O pleito transcorreu por cinco dias, devido às peculiaridades do país, e os quase 800 mil eleitores votaram em 300 seções, num processo fiscalizado pelas Nações Unidas e acompanhado por quase 900 observadores estrangeiros, procedentes de 27 países.

Foi a primeira manifestação da soberania do povo namibiano, que está começando sua vida independente ainda com uma série de desafios imediatos para livrar-se da influência sul-africana, particularmente no que se refere aos aspectos econômicos. Rica em minerais estratégicos, a Namíbia tem sua economia domina-

da por interesses sul-africanos. Ao mesmo tempo, certas riquezas, como os diamantes, sofreram uma exploração predatória por mais de um século e calcula-se que muitas minas não durem mais vinte anos. Para um país, onde a atividade mineira é a principal e o índice de desemprego da maioria negra chega a 50%, o predomínio econômico sul-africano poderá exercer uma função estratégica de desestabilização do primeiro governo independente.

A transição entre estas eleições e a independência formal, em abril próximo, é um período particularmente delicado, pois permanecerá em vigor o esquema iniciado em abril último, quando começou o mandato da ONU no território. As forças nacionalistas queixam-se da quase absoluta liberdade do regime sul-africano, que manteve o controle administrativo no período, cabendo à ONU um papel de pouca eficácia concreta no dia a dia. As forças da ONU são apenas pouco mais da metade do efetivo previsto inicialmente, devido às pressões dos países ocidentais, como Estados Unidos e Grã-Bretanha, que alegaram excessivo peso nas despe-

sas, embora tenham investido altas somas no financiamento das forças políticas conservadoras e ligadas ao regime de Pretória, para que formassem bancada expressiva na Constituinte namibiana.

As forças nacionalistas analisam a situação como cheia de perigos. Inúmeras irregularidades foram constatadas já no processo de inscrição eleitoral, quando não se conseguiram inscrever todos os eleitores nas áreas de predominância da Swapo, enquanto, nas áreas de maior influência sul-africana, os percentuais ultrapassaram 100% do previsto, indicando um evidente processo de inchaço do eleitorado conservador e uma manobra para cortar, antes mesmo das urnas, a vantagem da Swapo. O objetivo final foi o de gerar uma composição da Constituinte, que obrigasse a Swapo a formar um governo de coligação com correntes conservadoras, de modo a impedir a adoção de qualquer plano de reformas estruturais, particularmente na área econômica.

Nessa transição delicada, função decisiva exercerá a Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo, que conseguiu, como era previsível, a maioria parlamentar, sob a liderança de Sam Nujoma, e formará o primeiro governo livre da Namíbia, fruto da luta armada de duas décadas contra a ocupação sul-africana. A independência namibiana significa, de qualquer modo, o aprofundamento do isolamento de Pretória na África Austral e traz mais um vigoroso impulso à luta da maioria negra sul-africana, no combate ao regime racista.

IRÃ

Por trás do sorriso

A única crítica que recebeu o novo presidente do Irã, aiatolá Ali Akbar Rafsanjani, foi publicada por um jornal de Teerã, logo após sua visita à União Soviética, uma semana depois da morte do aiatolá Komeini. O periódico disse que o novo representante "sorriu demasiado", durante o encontro com os líderes soviéticos.

Em verdade, parece que o rosto iluminado de Rafsanjani é o que melhor retrata a nova fase da revolução islâmica do Irã, que já dura 10 anos. A fluidez da transição do poder, depois da morte de Komeini, apesar das previsões de caos e instabilidade, parece demonstrar que o sorriso do sucessor é verdadeiro. Rafsanjani é um sobrevivente, que não somente se preparou para continuar vivo, como também para avançar pelo campo minado da política iraniana, desde o começo da revolução. Em junho de 1981, pouco depois de abandonar uma importante reunião política, num edifício onde se encontrava a direção do partido do governo, uma explosão de bomba matou o aiatolá Behesti, meia dezena de ministros e vários membros do parlamento. Behesti era considerado, até então, a figura política mais influente da revolução iraniana, depois de Komeini.

Em 1986, Rafsanjani sobreviveu às consequências do escândalo Irã-Contras, que revelou que os dirigen-

tes de Teerã estavam comprando armas do chamado Grande Satã - os Estados Unidos - por debaixo do pano. Depois de ter sido designado comandante-chefe das forças armadas em 1988, o atual presidente iraniano desempenhou um papel-chave, na tarefa de convencer a Komeini da necessidade de pôr fim à guerra com o Iraque, abandonando a principal condição exigida por Teerã: a saída do presidente Saddam Hussein do governo de Bagdá.

Os analistas iranianos observam que o sistema político do país se mantém unido, através de um conjunto de regras informais, as quais reforçam o caráter teocrático da direção da revolução. O pluralismo, ao estilo ocidental, é substituído por discussões internas entre os religiosos, ainda que, até agora, nenhum tenha tomado atitudes de oposição antagônica.

Mas, o continuísmo não é total. Mudanças são esperadas na direção do Estado iraniano. Rafsanjani parece ansioso em estabilizar o processo iniciado há uma década, afastando-se do estilo militar, que reinou durante o tormentoso período da guerra do Golfo. Já existem alguns indícios, neste sentido. Há uma pequena abertura na imprensa, o aparato de segurança é menos ostensivo, é possível observar maior liberdade cultural e os hotéis de cinco estrelas não mais exibem cartazes, com a legenda "Morte aos Estados Unidos", em suas fachadas.

Para analistas mais ousados, as transformações na condução fundamentalista iraniana poderão chegar a um pragmatismo, que mo-

difique a atual política externa - "nem Oriente nem Ocidente" - e a transforme em uma linha de colaboração com ambas as superpotências. Tais mudanças seriam acompanhadas por uma política de abertura interna, rumo a um sistema mais pluralista e à implantação de uma economia mista, que abra espaço para o setor privado.

FILIPINAS

O que fazer com as bases

Filipinas e Estados Unidos iniciarão, agora dezembro, novas conversações sobre o futuro das bases norte-americanas naquele país asiático. Há meses está em discussão, no país, o posicionamento que deve ser adotado pelo governo filipino, em relação às bases norte-americanas. Verdadeiros enclaves militares no coração do território das Filipinas, as bases Clark (aérea) e Subic Bay (da marinha) são as maiores, que os Estados Unidos possuem fora do território norte-americano. Existem outras quatro bases, pequenas, situadas ao norte de Manila.

As últimas negociações entre as duas partes foram

muito difíceis. O governo de Corazón Aquino conseguiu parte do aumento que exigia pelo arrendamento das bases, mas teve de ceder no que se relacionava com seu plano de estabelecer uma data final para a retirada das unidades militares norte-americanas. Ao mesmo tempo, viu-se ameaçada de golpe, por parte de militares filipinos. É crescente a oposição política filipina à permanência das superbases norte-americanas. A carta de George Bush, propondo novas negociações, suscita dúvidas sobre que tipo de conversação querem os Estados Unidos. Bush reitera a posição costumeira de seu país: quer vincular as discussões sobre as bases aos acordos de cooperação, em matéria de segurança, definidos pelo Tratado de Defesa Mútua, que ambos os países firmaram em 1947, ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando mal tinham sido expulsos do país os invasores japoneses.

No Parlamento, só o ex-ministro de Defesa Juan Ponce Enrille, atualmente na oposição, reagiu publicamente sobre esse ponto. Enrille, que ocupou a pasta da Defesa por 20 anos (primeiro, no governo de Ferdinando Marcos e, depois, com Corazón Aquino), disse



Crescem os protestos contra as bases dos EUA

que aceita a vinculação, mas exige que o governo filipino denuncie ambos os tratados.

De sua parte, a Casa Branca e o Pentágono estão estudando uma redução de suas bases militares no sudeste asiático. Algumas fontes dizem que não seria difícil a Bush fechar a base aérea de Clark, para concentrar negociações e manter a base naval de Subic Bay, mais de acordo com os interesses geopolíticos atuais dos norte-americanos.

HONDURAS

Expectativas de poucas mudanças nas eleições

Em 26 de novembro haverá eleições, em Honduras, para escolher o sucessor do presidente José Azcona e 128 legisladores. Os quase 2 milhões de eleitores poderão eleger entre quatro candidatos, respaldados por igual número de partidos legalmente constituídos, alinhados entre o centro e a direita do espectro eleitoral.

O governante Partido Liberal-PL sustenta a candidatura de Carlos Flores Facussé. O Partido Nacionalista-PN, conservador, propõe seu dirigente, Rafael Leonardo Callejas. O Partido Democrata Cristão-PDC, postula a Efraín Díaz Arriavilla e o Partido Inovação e Unidade Social-Democrata-Pinu, a Enrique Aguilar Cerrato.

As opções reais de vitória se repartem entre os dois primeiros. Flores Facussé representa o setor industrial e pertence à ala conserva-

dora do Partido Liberal. Callejas é um latifundiário que se identifica com a chamada "nova direita", do Partido Nacional. Além dessas particularidades, o perfil político de ambos os candidatos é muito semelhante. Ambos defendem uma ótica empresarial, para encarar os negócios públicos, e são muito amigos dos militares e dos Estados Unidos. Os candidatos participaram da "guerra suja", que obscureceu o país entre 1982 e 84, e têm colaborado ativamente com a política de agressão dos Estados Unidos contra a Nicarágua. Por isso, se apresentam como fatores de continuidade dos governos anteriores, ainda que com modernos disfarces, de acordo com as exigências dos tempos atuais.

Os candidatos do PDC e Pinu se mostram como alternativas de centro-esquerda em relação aos partidos tradicionais, desde sua posição crítica frente à política exercida pelos governos anteriores, particularmente a respeito dos direitos humanos, e ainda, assinalando a necessidade de revisar o

modelo econômico e as relações com os Estados Unidos. Com poucas possibilidades de alcançar a vitória, estes candidatos realizam uma campanha de constantes denúncias e questionamentos, com o intuito de gerar um debate político entre os aspirantes ao cargo presidencial, num esforço para fazer oposição ao marketing eleitoral que desenvolvem os partidos tradicionais.

Uma vez mais, a esquerda está ausente da contenda eleitoral. Dizimada pela feroz repressão que se produziu no princípio da década, e acossada por sérios atritos internos que o governo soube explorar habilmente, as forças mais progressistas foram postas fora da lei e marginalizadas da política. Essas condições as impediram de abrir um espaço eleitoral próprio.

A crise econômica tem obrigado o governo a manter o nível de gastos baixo, pelo que pouco pode fazer para melhorar as chances de seu candidato. Contudo, o presidente Azcona resistiu às pressões do FMI para

aplicar um plano de ajuste econômico que, se fosse implementado agora, deixaria Carlos Flores fora da disputa. Após anos de economia subsidiada pela ajuda dos Estados Unidos, em troca de alinhamento incondicional com sua política externa regional, o país enfrenta agora a crise mais grave dos últimos tempos.

A partir de 1980, um processo recessivo, provocado pela alta do preço do petróleo, reduziu o PIB em 2%. Entre 1980 e 1987, os mais de 1,2 bilhão de dólares de ajuda dos Estados Unidos permitiram uma recuperação do crescimento. Isto, entretanto, não impediu a acumulação de um grande déficit comercial e da conta corrente (desde 1980 as exportações não variam). A isto, soma-se o pesado encargo de uma dívida externa de 3,2 bilhões em 1980, o equivalente a 50% das exportações.

Ao crítico panorama econômico, há que somar-se uma alarmante deterioração dos direitos humanos, como resultado de uma política destinada a neutralizar o re-

A presença norte-americana é fator de pressão na política hondurenha



ção popular à presença dos contras e do exército norte-americano. Depois de um esfriamento, neste ano recrudescer a violência política, que os grupos de defesa dos direitos humanos vinculam à aplicação da lei de segurança nacional. De acordo com esta, é necessária a "eliminação de todos os elementos desajustados dentro da sociedade". Por isso, "o delinquente comum e o dissidente político estão expostos à possibilidade de morte", afirma o presidente do Conselho dos Direitos Humanos de Honduras-Cordeh. Os grupos de extermínio atuam através do Batalhão 3/16 e da Tríplice A.

Não obstante a sua gravidade, tais problemas permaneceram à margem do debate eleitoral.

PANAMÁ

O fracasso dos EUA

Um grupo de militares, sob a liderança do major Moisés Giroldi, invadiu, em 3 de outubro, a sede do quartel central da Guarda de Defesa do Panamá, para tentar prender e depor o general Manuel Antonio Noriega. O movimento fracassou, depois de prolongado tiroteio entre os rebeldes e os soldados fiéis a Noriega. O major Giroldi morreu, provavelmente fuzilado.

Noriega superou, assim, uma nova tentativa de golpe de Estado patrocinada pelo governo dos Estados Unidos. O Pentágono desmentiu, e logo depois confirmou, a participação dos norte-americanos na rebelião,

dando origem a uma onda de críticas dentro dos Estados Unidos sobre o papel do presidente George Bush, na crise.

Dick Cheney, secretário de Defesa norte-americano e chefe do Pentágono, admitiu à imprensa a participação dos Estados Unidos na rebelião panamenha. Segundo o jornal "The Washington Post", as forças norte-americanas no Panamá foram autorizadas a trasladar o general Noriega, clandestinamente, para uma base militar dos Estados Unidos. O jornal afirma que o general Colin Powell, chefe do estado-maior conjunto, transmitiu a autorização por telefone, na tarde do dia 3, ao general Maxwell Thurman, no Panamá.

A tentativa de golpe serviu para confirmar as denúncias do Panamá, de que a Casa Branca estava preparando uma intervenção no país. Ficou provado, que pelo menos um golpe de estado vinha sendo planejado, em nome da "defesa da democracia panamenha". A tentativa permitiu também comprovar a descoordenação entre o Comando Sul, com sede na Zona do Canal, e as autoridades militares nos Estados Unidos.

Cheney declarou, que os serviços de inteligência, com a CIA à frente, estavam completamente desarticulados, no Panamá. Ele não soube explicar, por que tropas norte-americanas da Zona do Canal chegaram a tal grau de confusão, que pensaram que o golpe era uma encenação preparada por Noriega. Esta foi a primeira vez, que a administração Bush enfrentou um problema internacional importante e os resultados foram

péssimos para Washington.

Durante o seu longo governo, Ronald Reagan se empenhou em escamotear, como se fosse uma questão interna do Panamá, o problema real, que não é Noriega, mas o fato de que os Estados Unidos deverão se retirar da Zona do Canal em uma década. Bush vem pelo mesmo caminho, mas os panamenhos têm resistido, dignamente, a essa ingerência.

A destituição do general Noriega – a quem os Estados Unidos acusam de estar vinculado ao narcotráfico – é uma obsessão da Casa Branca. Noriega representa um obstáculo para a ambição norte-americana, de impor ao Panamá um governo flexível a seus interesses. Os Estados Unidos querem manter o controle do istmo, mesmo depois do vencimento dos prazos para a entrega ao governo panamenho da administração e das instalações do Canal, o que deverá ocorrer em 31 de dezembro de 1999, segundo os tratados Carter-Torrijos, assinados na década passada.

Em fevereiro do ano passado, a administração Reagan decretou um bloqueio econômico contra o Panamá, provocando imensos prejuízos ao país. O PIB caiu quase 30%, a arrecadação tributária diminuiu 43% e, dos 30 milhões de dólares, que circulam anualmente pelos bancos panamenhos, restaram apenas oito milhões. Os transportes e as comunicações tiveram uma queda de 7,1%. A agricultura se reduziu 8%, enquanto a atividade da indústria da construção trabalhou com apenas 40% da sua capacidade.

COLÔMBIA

Cresce a violência



Violência marca a vida do país

A Anistia Internacional denunciou, em Londres, o aumento da violação dos direitos humanos na Colômbia. Segundo as denúncias, os crimes são praticados pelo exército e forças paramilitares colombianos, motivados por questões políticas. "A crise provocada pelo narcotráfico, no país", assinalou a Anistia Internacional, "não deve desviar a atenção do mundo, que precisa se concentrar também nestas violações dos direitos humanos, que estão se agravando".

O documento, que atualiza um informe semelhante, publicado em abril do ano passado, informou que, desde aquela data, mais de 2.500 pessoas foram executadas e outras 250 desapare-

ceram, após serem detidas. A maioria das vítimas é formada por dirigentes sindicalistas, representantes de grupos defensores dos direitos humanos, professores, religiosos, camponeses e, mais recentemente, membros do poder judiciário comprometidos com investigações dos crimes citados.

"Emergiu", alertou a Anistia, "um novo padrão de violações: o assassinato coletivo de civis desarmados, com uma frequência e escala antes desconhecidas. Muitos dos assassinatos coletivos, acontecidos nos últimos meses, aparentam ter uma clara motivação política, e fazem parte de uma campanha sistemática de intimidação e eliminação de pessoas, a quem se atribui participação em partidos de oposição".

CHILE

A dívida externa

A ser eleito agora em dezembro, o governo que vier a se instalar no Chile, em 11 de março de 1990, vai confrontar-se com o desafio da dívida externa do país. Estima-se que, entre 1991 e 1993, cerca de 33% das receitas chilenas com exportações serão gastos com os juros da dívida. Atualmente, essas despesas não passam de 27%. Para alguns especialistas, o problema será de difícil solução; outros acham a situação bastante razoável ou, simplesmente, apontam o plano Brady como saída para a dívida externa.

A estratégia do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, representaria uma possibilidade

de gestão do problema e não apenas uma "panacéia mágica". Essa é a opinião dos economistas, que assessoram os dois candidatos presidenciais com maiores condições de serem eleitos: o democrata-cristão Patricio Aylwin, da frente de oposição, e o ex-ministro independente Hernan Buchi, ex-ministro da Economia de Pinochet.

A dívida externa do Chile, que, em 1984, chegava a 19,7 bilhões de dólares, estaria agora em 16,7 bilhões

rações de conversão da dívida, desde 1985, articuladas, em várias oportunidades, com a privatização de estatais.

Além disso, com o aval do Fundo Monetário Internacional-FMI, o governo militar conseguiu vantajosa renegociação da dívida em fevereiro de 1987, quando se reprogramou o pagamento dos juros da dívida até 1990 e se prorrogou a amortização do principal até 1997. Outro fator que favoreceu o Chile foi que o país conse-

deverão se ajustar a oferta e consumo do produto, nos países industrializados. Os estudiosos do assunto prevêem que o próximo governo, de quatro anos, vai encerrar a sua administração com o cobre cotado entre 80 e 90 centavos de dólar por libra. Atualmente, o preço da libra de cobre é de 1,40 dólar.

Junta-se a isso a sangria financeira do país. De um lado, estarão chegando ao fim os prazos da última negociação para o pagamento dos juros. Esse gastos vão duplicar, a partir de 1991. O mesmo acontecerá em relação às amortizações. O total a ser remetido para fora chegará a 1,2 bilhão de dólares, por ano. A outra via de transferência de capital para o exterior é a conversão da dívida externa, que deverá reduzir os débitos em 7,5 bilhões de dólares.

Desse total, 2,5 bilhões de dólares correspondem a operações, através do chamado "Capítulo 19", que permite aos investidores fazerem remessas para seus países, a partir de 1990. O Banco Central estima que, por essa via, sairão do Chile entre 300 e 500 milhões de dólares anuais, de 1990 a 1993. O serviço da dívida chilena superará os três bilhões de dólares, entre 1991 e 1993, o equivalente a 33,5% da receitas das exportações, supondo-se que estas continuem crescendo à taxa de 5% ao ano.

Os assessores de Aylwin esperam, que, tanto o FMI como o Banco Mundial, venham a aceitar a redução das pressões do endividamento, como uma forma de contribuir para a estabilidade do próximo governo democrático.



Aylwin, o favorito, terá dívida como desafio

de dólares, o que - apesar da redução do seu volume nos últimos quatro anos - é bastante elevado, superando os 1,3 mil dólares per cápita, levando-se em conta que o país tem apenas 12,5 milhões de habitantes. A título de comparação, a relação per cápita da dívida do Brasil é inferior a 800 dólares. Para que a dívida não fosse maior, o Chile realizou ope-

guiu ficar ao largo da crise internacional, graças aos altos preços obtidos, nos mercados externos, para seus principais produtos de exportação: cobre, farinha de pescado, celulose e hortifrutigranjeiros.

Agora, no entanto, a situação é diferente. O cobre, cujo ciclo de alta cotação começou em 1988, tende a esgotar-se até 1991, quando

A luta ecológica

Somos dos movimentos Rainforest Action Network e Earth Day 1990 e queremos convidar os leitores da revista **terceiro mundo**, para que participem do ato ecológico mais importante deste século, a se realizar em 22 de abril de 1990, quando milhões de pessoas de todo o mundo deverão lançar uma campanha para salvar o nosso planeta. Individualmente ou de forma coletiva, vamos mostrar que chegou a hora de pôr fim à contaminação ambiental, à depredação das florestas, à perfuração da camada de ozônio, aos resíduos tóxicos, ao consumismo desenfreado, à chuva ácida, à contaminação dos oceanos e a toda manifestação da crise ecológica atual, que exige uma mobilização mundial imediata.

Em 22 de abril de 1970, mais de 20 milhões de pessoas participaram da campanha. Leis que contribuíram para a preservação ambiental foram elaboradas e aprovadas. Milhares e milhares dessas pessoas passaram a fazer da defesa da ecologia o eixo de suas vidas e reorientaram suas rotinas diárias, para viver em harmonia com a natureza.

Earth Day 1990 foi convocado a incorporar a nova geração de ativistas em luta por um mundo mais habitável e por uma forma de vida mais agradável. Deveremos, para isso, fazer alianças. Mas, além das fronteiras que dividem os países e culturas. Temos que consolidar um amplo apoio que nos permita viabilizar as metas do movimento. A decisão a respeito da forma de participar cabe a cada região. Cada país, ci-

dade e bairro, incluindo as escolas e centros educativos, terão sua equipe de organizadores, com autonomia de ação. Assim, o êxito do Earth Day 1990, em Buenos Aires, Nairóbi, Beijing, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Rio de Janeiro e tantas outras cidades, vai depender de seus organizadores. O que nos unirá será o fato de estarmos em torno dos mesmos valores. Uma visão comum sobre o nosso futuro.

Solicitamos aos leitores do **terceiro mundo**, interessados em juntar-se à nossa iniciativa, que nos escreva: Earth day 1990, P.O. box AA, Stanford University, Califórnia, 94309 USA.

Denis Hayes
(presidente do Earth Day)
e Randall Hayes
(diretor executivo Rainforest Action Network)

Nova direita

A respeito da reportagem de capa "Nova Direita", da edição nº 122, parabeno a redação pela forma como abordou o assunto: objetiva e simplificada, dando condições aos leitores de compreensão ampla do assunto. Estimo também a maneira como a revista se aprofunda em temas brasileiros importantes, mostrando muito mais de nossa realidade política do que os 10% do **iceberg**, mostrados pelas revistas de maior circulação.

Acredito que cabe a cada brasileiro o papel de conscientização da

terceiro mundo

A Nova Direita

GLOBO: Liderança para quê?

população, principalmente numa campanha eleitoral, na qual alguns políticos negam, mascaram e deturpam suas atitudes passadas. A minha parte nessa conscientização passa pela divulgação de artigos sérios sobre o assunto, o que me leva a indicar aos conhecidos a leitura da revista **terceiro mundo**.

Lucinéia Maria de Queiroz
Rua Pouso Alegre, 2.522,
ap. 104 f Horto
CEP 31010 Belo Horizonte,
Minas Gerais

Rádio-escuta

Apesar de ser apenas um leitor a reboque, pois o assinante da revista **terceiro mundo** é meu filho, peço o obséquio de informar-me, ou indicar-me a literatura especializada, a respeito das emissoras de rádio do países socialistas e do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina. Gostaria de ter a relação completa, com prefixos, frequências, horários, dias e potências. Tenho o hábito de ficar na escuta dessas emissoras para fugir dos meios de comunicação, que são muito mal usados, entre nós.

Geraldo Loureiro
Rua Zoroastro da Cunha, 91,
CEP 23010 Santíssimo,
Rio de Janeiro

Mosteiro de São Bento

Numa situação de total abandono, o mosteiro de São Bento, localizado no centro de Sorocaba (SP), está ameaçado. Solicito encarecidamente a divulgação desse problema na revista **terceiro mundo**. O mosteiro, fundado em 1654, é um patrimônio de grande importância, já tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico-Condephaat. Mas, as inevitáveis consequências da falta de bom senso e desfaçatez das autoridades exigem que nos mobilizemos pela conservação desse valioso bem histórico.

Nós, como amantes da história e propagadores de sua restauração, temos a obrigação de reivindicar e mesmo de exigir soluções para os abusos de autoridades, que, em hipótese alguma, podem permitir o desaparecimento, devido ao descaço, dessas obras que refletem nossas origens, bem como o surgimento da própria natureza. O interessado em participar, por favor, queira escrever para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico-Condephaat, rua Líbero Badaró, 39, 11º andar, centro, CEP 01009, São Paulo, SP.

Ronaldo Coser
Caixa Postal 993
Sorocaba CEP 18001 SP

Manipulação

A revista *terceiro mundo* tem mostrado que existe manipulação de informações, por parte da grande imprensa internacional. Boa parcela do noticiário dos meios de comunicação capitalistas, a respeito dos países socialistas, é cinicamente mentiroso.

Orlando Oliveira
Rua do Senado, 311/603
CEP 20231 Centro, Rio, RJ

A vez do Suriname

Sou geógrafo. Peço a vocês que façam uma reportagem completa sobre o Suriname, abrangendo economia, política, o nível de vida da sociedade, além da sua perspectiva para o futuro, pois este país se encontra, neste momento, em intenso processo de democratização. Existe, inclusive, a possibilidade de vir esse país a reatar relações com a Holanda.

Josenildo Pereira Novais
Rua Virgílio Gonçalves
Leite, 153
Americópolis, São Paulo

Justiça transformadora

A Pastoral do Instituto Metodista Bennet continua organizada a partir de um projeto, que visa a caminhar com o processo educacional libertador, no qual a justiça proclamada pelo Evangelho de Jesus Cristo reclama maior empenho daqueles que são chamados e desafiados para a tarefa transformadora do mundo, no espaço da educação.

Temos, veementemente, reafirmado o nosso compromisso em denunciar todo e qualquer tipo de discriminação e dominação, que mar-

ginalize o ser humano ou fira a sua dignidade, trabalhando para despertar a consciência crítica, sensibilizada para o exercício da justiça, num mundo marcado pela opressão.

Pastor José Cabral de Vasconcellos
supervisor da Pastoral IMB
Rua Marquês de Abrantes,
55 – CEP 22230 Flamengo,
Rio de Janeiro, RJ

Incentivo ao intercâmbio

Sou assinante da revista há muito tempo. Estou de viagem a Angola, pela primeira vez. No final de 1985, meu nome foi publicado na seção Intercâmbio da revista. Passei a me corresponder com muitas pessoas, a maioria de Angola.

Através dessas correspondências, recebi uma pessoa em minha residência, no início deste ano de 1989. Essa pessoa me presenteou com uma passagem de ida e volta a Angola. Estou muito contente com esse acontecimento e não poderia deixar de participar-lhes e incentivar os demais leitores a se corresponderem. Se não fosse através da revista, não teria conhecido tantas pessoas e não estaria indo a Angola.

Valquiria Alves dos Santos
Rua Antonio José Nurchis,
125, Jardim Califórnia,
Otasco – CEP 06120
São Paulo, SP

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede – Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro – enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• **Ma. Fernanda Valle Lisboa**
Arenal Grande 1855
Montevideo – Uruguay
• **Geraldo Louzeiro**
Rua Zoroastro da Cunha 91
Santíssimo
23010 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
• **Manoel Gomes da Silva Neto**
Caixa Postal 3601
20001 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
• **Josenildo Pereira Novais**
Rua Virgílio Gonçalves
Leite 153
Americópolis
04410 – São Paulo – SP
Brasil
• **Sérgio Hobi**
Caixa Postal 270
78900 – Porto Velho – RO
Brasil
• **Gilson Roberto Barbosa da Fonseca**
Rua Antônio Martins 399
Rodolfo Teófilo
60430 – Fortaleza – CE
Brasil
• **Ramayana Lira de Souza**
Rua Artur Enedino dos Anjos 198
58045 – João Pessoa – PB
Brasil
• **Elisa Ximena**
Rua 1 nº 90 Apto. 42-A
06650 – Itapevi – SP – Brasil
• **Samuel Paca Samy**
Caixa Postal 16561
Luanda – Angola
• **Denilson Soares Cordeiro**
Rua Agenor de Barros 131-a
Ermelindo Matarazzo
03746 – São Paulo – SP
Brasil
• **Julio César Millán**
P.O.Box 6756
11000 – Montevideo
Uruguay

• **Lúcia Helena Briski Young**
Rua Benjamin Constant 242
Apto. 136
Centro/80060 – Curitiba – PR
Brasil
• **Héctor Fermín Mena**
Dos de Abril 636
1619 – Garín – Argentina
• **Roseli Corrêa**
R. Alair de Almeida Barros
58
13610 – Leme – SP – Brasil
• **João Gama Godoy**
Rua Gal Lauro Sodré 117/23
Bairro Vila Industrial
13035 – Campinas – SP
Brasil
• **Iveraldo Antonio Duarte**
Rua Maranhão 561
18700 – Avaré – SP – Brasil
• **Marco Antonio Rodrigues**
Al. 6 nº 38 Setor 3 C.P. 89
79840 – Angélica – MS
Brasil
• **José Vargas Ribeiro**
Santa Cristina
95630 – Parobé – RS – Brasil
• **Donato Marques**
Caixa Postal 134
58001 João Pessoa – PB
Brasil
• **talito Batista – SPD**
Rua Anchieta 17
Terreiro de Jesus
40000 – Salvador – BA
Brasil
• **Ramacés Hatwig**
Caixa Postal 14
96600 – Canguçu – RS
Brasil
• **Silvio Romero**
Caixa Postal 529
13400 – Piracicaba – SP
Brasil
• **Jatir Francisco Moraes**
Rua Juvan Rocha 18
Agrônômica
88025 – Florianópolis – SC
Brasil
• **Jaime Burgés Siqueira**
Riera San Miguel 47
Pral. 2ª.
C.P. 08006
Barcelona – Espanha
• **Ed. P. de Oliveira**
Rua do Campo 150
UR2 – Ibura
51061 – Recife – PE – Brasil
• **Admeri Arruda da Silva**
R D. Maria de Angelis 33
Afogados
50770 – Recife – PE – Brasil
• **Orlando Oliveira**
Rua do Senado 311/603
Centro
20231 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil

Preparando as urnas

As eleições de 1990 são vitais para a Nicarágua, que está há mais de dez anos em guerra e aspira a construir uma paz estável

Maria Elena Abreu

A grande afluência de cidadãos às mesas de inscrição eleitoral, no dia primeiro de outubro, mostrou o enorme interesse do povo nicaraguense pelas eleições presidenciais e legislativas de 25 de fevereiro de 1990. Dos quase dois milhões de cidadãos maiores de 16 anos em condições de votar, 30% se inscreveram durante a primeira jornada de alistamento eleitoral. "Trata-se de um número significativo", reconheceu o diplomata brasileiro João Baena Soares, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos-OEA, que se encontrava de visita à Nicarágua, na ocasião.

A OEA e a Organização das Nações Unidas-ONU foram chamadas pelo governo, pelo Conselho Supremo Eleitoral-CSE e pela oposição nicaraguense, para observar o processo eleitoral. A ONU enviou uma numerosa delegação para acompanhar o registro de eleitores nas mais de quatro mil mesas de inscrição, as mesmas que funcionarão, em fevereiro, como seções de votação.

O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, a pedido do governo sandinista, criou uma Missão da ONU para a Verificação das Eleições na Nicarágua-Onuven, cuja primeira avaliação da situação, após visitar o país, resultou ser "muito positiva". A grande preocupação do governo nicaraguense é conseguir alta participação popular nas eleições, e não dar lugar a dúvidas quanto a sua transparência. Para isto, além de convocar a OEA e as Nações Unidas, estendeu o convite ao "Conselho de Presidentes e Ex-presidentes Eleitos Livremente", cujos 16 participantes – entre mandatários no poder ou



Os sandinistas reapresentaram Daniel Ortega e Sérgio Ramírez



A oposição concorre com Violeta Chamorro e Virgílio Godoy

já destituídos – se constituirão em observadores do processo em marcha. Destes, o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter já esteve na Nicarágua e, no final de sua visita, afirmou que “uma eleição limpa, certificada por delegados da ONU, da OEA e observadores independentes, poderia assegurar uma aproximação com os Estados Unidos”.

“Senti um consenso de todos os partidos políticos, do governo e da oposição, no sentido de que há um mecanismo político sendo aplicado e que pode ser aperfeiçoado, para assegurar eleições normais e limpas no ano que vem”, afirmou, por sua vez, Baena Soares.

Ao mesmo tempo que supervisiona a preparação das eleições na Nicarágua, o secretário-geral das Nações Unidas decidiu enviar uma equipe de observadores à América Central, para verificar o cumprimento dos compromissos de segurança, contidos no acordo de paz assinado pelos cinco presidentes da região, em agosto de 1987, em Esquipulas, Guatemala. Os acordos estabelecem o fim da ajuda aos grupos insurgentes, que operam na área, e a não-utilização dos territórios para atacar ou desestabilizar outros países.

A ONU vai verificar, também, o cumprimento do Acordo de Tula, firmado em agosto último, no porto hon-

durenho do mesmo nome, pelos presidentes da Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, que estabeleceram um plano para a desmobilização e repatriação dos “contras” estabelecidos em Honduras. Essa operação deve estar concluída antes de 7 de dezembro.

Não obstante esse compromisso assumido pelos chefes de Estado, o comandante Enrique Bermúdez, chefe militar dos “contras”, afirmou, no final de setembro, diante de dezenas de correspondentes estrangeiros, reunidos em Nova Iorque, que “é impossível” o plano de desmobilização, repatriação e realocação, ser cumprido no prazo previsto. Informes oficiais do governo da Nicarágua assinalam que estão assentados, em Honduras, aproximadamente sete mil anti-sandinistas armados e uns 20 mil familiares.

Os parentes dos “contras” poderão ser incluídos em programas de repatriação, como o que promove o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-Acnur.

Mas, para a desmobilização dos “contras”, o governo da Nicarágua e a



Baena Soares: acompanha esforços de Manágua

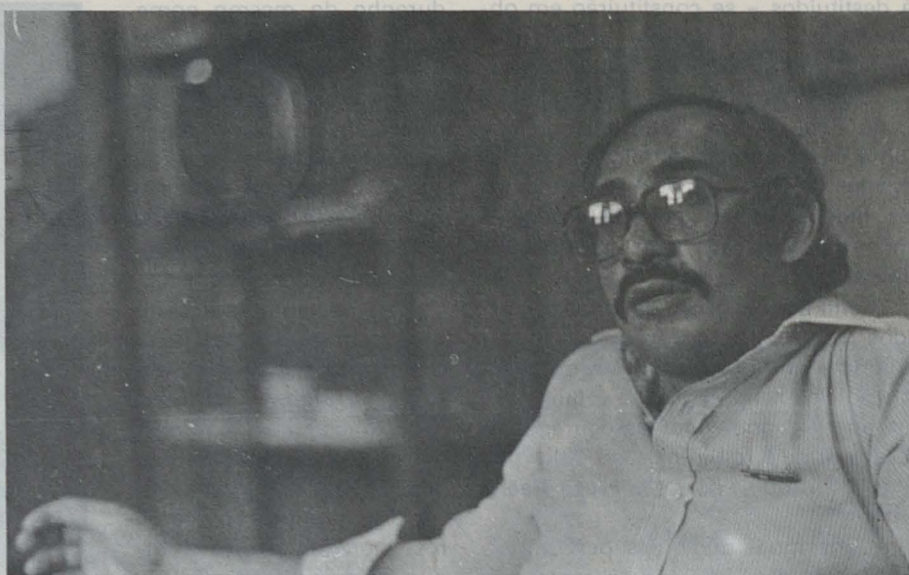
Comissão Internacional de Apoio e Verificação dos Acordos de Tula-Ciav, integrada pela ONU e OEA, estão negociando apoio internacional. Os contrarrevolucionários assentados em Honduras estão armados e, por isso, não podem ser incluídos na categoria de refugiados. A Ciav busca também evitar que os Estados Unidos continuem financiando, de forma encoberta, os “contras”, cujas atividades custaram a vida de mais de 50 mil nicaraguenses nos últimos oito anos. Se o envio sub-reptício de recursos e armas para os anti-sandinistas for mantido, todo o processo eleitoral em curso na Nicarágua pode ser comprometido.

Eleição decisiva – Toda essa atividade diplomática mostra a importância que o processo eleitoral nicaraguense tem fora do país. De fato, as eleições do próximo ano são vitais para a Nicarágua. As eleições de novembro de 1984, quando a Frente Sandinista obteve 67% dos votos, enfrentando vários partidos de oposição, de esquerda e de direita, não foram reconhecidas pelo governo dos Estados Unidos. A Casa Branca, que naquele momento apostava todas as suas cartas na vitória militar dos “contras”, qualificou as eleições como “farsa”, apesar do pluralismo partidário e



Contras: continuam a provocar militarmente o processo eleitoral, apostando na radicalização

do clima de normalidade em que foram realizadas. E orquestrou uma campanha internacional – para a qual utilizou todo o poder das agências internacionais de notícias – para acusar o presidente vitorioso nas eleições, Daniel Ortega, de “ditador”, impondo à Nicarágua um bloqueio econômico mantido até hoje. Na Nicarágua, existe a plena consciência de que esta experiência não deve ser repetida. Por isso, estão sendo tomados cuidados máximos, para que os observadores internacionais sejam numerosos, de um amplo espectro de países e, de preferência, representantes de entidades internacionais. No entanto, ninguém tem ilusões quanto à possibilidade da Casa Branca também jogar limpo. “Meu concorrente nesta eleição chama-se George Bush”, afirmou Daniel Ortega, quando foi proclamada a chapa presidencial da Frente Sandinista, que repete os nomes de 1984: o próprio presidente e o vice Sergio Ramirez. O presidente nicaraguense, a quem as pesquisas do final de setembro atribuem 40% das intenções de voto, assinalou que espera uma recomposição gradual das



Moisés Hassan: o ex-comandante sandinista concorre com plataforma de extrema-esquerda

relações entre seu país e os Estados Unidos, após as próximas eleições. “Necessariamente, chegará o momento de um entendimento entre Estados Unidos e Nicarágua. Nossas relações estão entrando numa nova fase”, disse

Ortega. E, após qualificar Bush como o verdadeiro líder da oposição nicaraguense, convidou-o para participar de um debate “aqui em Manágua, em Washington ou via satélite”.

Para Ortega, está muito claro que “estas

Calendário da propaganda

Os partidos políticos da Nicarágua poderão continuar com o uso gratuito do Canal 2, para fazer propaganda política até o mês de dezembro, segundo o acordo feito no Diálogo Nacional. Entretanto, para dar espaço a todas as agrupações que participarão das eleições, o Supremo Conselho Eleitoral-CSE teve que fazer uma reprogramação.

Um dos pontos do Diálogo Nacional, sustentado entre o governo e os partidos de oposição, concede dez minutos gratuitos a todos os grupos que concorrerem à presidência, em 25 de fevereiro.

O motivo da mudança foi o número de inscritos até o dia 29 de setembro. Em agosto, inscreveram-se três partidos políticos, que tiveram acesso ao horário gratuito a partir do momento de suas inscrições. Posteriormente, o restante dos partidos somou-se a estes três no uso da televisão, na medida em que inscrevia-se no Supremo Conselho Eleitoral.

Segundo informou Rosa Marina Zelaya, secretária da Justiça Eleitoral, a nova programação, que dará aos partidos dez minutos do Canal 2 para fazer sua propaganda po-

lítica, foi feita por sorteio.

O número de grupos políticos que concorrerão à eleição está firme desde o final de setembro. São dez no total, que disputarão em fevereiro os cargos de presidente, vice-presidente e representantes na Assembléia Nacional.

Além da governista Frente Sandinista, estão inscritos no CSE os partidos Conservador Democrata-PCD, Social Cristão-PSC, Unionista Centro-Americano-Puca, Social Conservador-PSOC, Marxista Leninista-MAP-ML, Movimento de Unidade Revolucionária-MUR.

Outros grupos são o Partido Liberal de Unidade Nacional-PLiun, o Revolucionário dos Trabalhadores-PRT e a União Nacional Opositora-UNO, formada por onze partidos.

Segundo a informação de Zelaya, o atual calendário para o uso do Canal 2 vence no dia quatro de outubro, enquanto que o uso gratuito terminaria em dezembro.

A estimativa é que cada período de dez minutos, utilizados pelos partidos, custará ao CSE 300 dólares, pagos à televisão sandinista.

eleições serão decididas entre Estados Unidos e Nicarágua". Referindo-se a informações vindas de Washington, disse que "o presidente Bush esteve fazendo gestões, através de seu secretário de Estado, James Baker, junto ao Congresso norte-americano, para que sejam aprovados o que eles chamam de 'fundos para a democracia', para a campanha da União Nacional Opositora-UNO". Segundo estas informações, o presidente Bush negocia com o Congresso norte-americano uma ajuda de nove milhões de dólares para a UNO. (Lembre-se, a propósito, que os EUA sustentaram os gastos da oposição nas eleições do Panamá, em maio, num total superior a 10 milhões de dólares).

Disputas na oposição — A UNO é uma eclética aliança de 11 partidos políticos, que inclui desde o Partido Comunista-PC, até a Aliança Popular Conservadora-APC, de Miriam Arguello, e o Partido Nacional Conservador, de Silvano Matamoros, ambos claramente de direita. Esta composição tão heterogênea criou sérios problemas na elaboração das listas e na própria escolha da chapa presidencial. E acabou por expulsar o Partido Popular Social Cristão-PPSC da coali-

ção. O presidente do PPSC, Maurício Díaz, justificou a saída, alegando que ia "recompor o espaço social-cristão", apresentando listas junto com o Partido Social Cristão-PSC, do qual se separou em 1976.

A opinião nas fileiras governamentais é de que as discrepâncias são menos ideológicas e mais oportunistas e, no fundo, todos brigam por uma parte dos generosos recursos, que os Estados Unidos lhes enviam. A candidata a presidente pela UNO é Violeta Chamorro, proprietária do diário opositorista "La Prensa" e viúva de Pedro Joaquim Chamorro, cujo assassinato em 1978, ordenado por Anastasio Somoza, foi o catalizador da queda do ditador no ano seguinte, acelerando a vitória da Frente Sandinista. Ela foi a postulante que obteve mais votos na eleição interna, promovida pela coalizão opositora. O companheiro de chapa da senhora Chamorro é Virgilio Godoy, líder do Partido Liberal Independente-PLI.

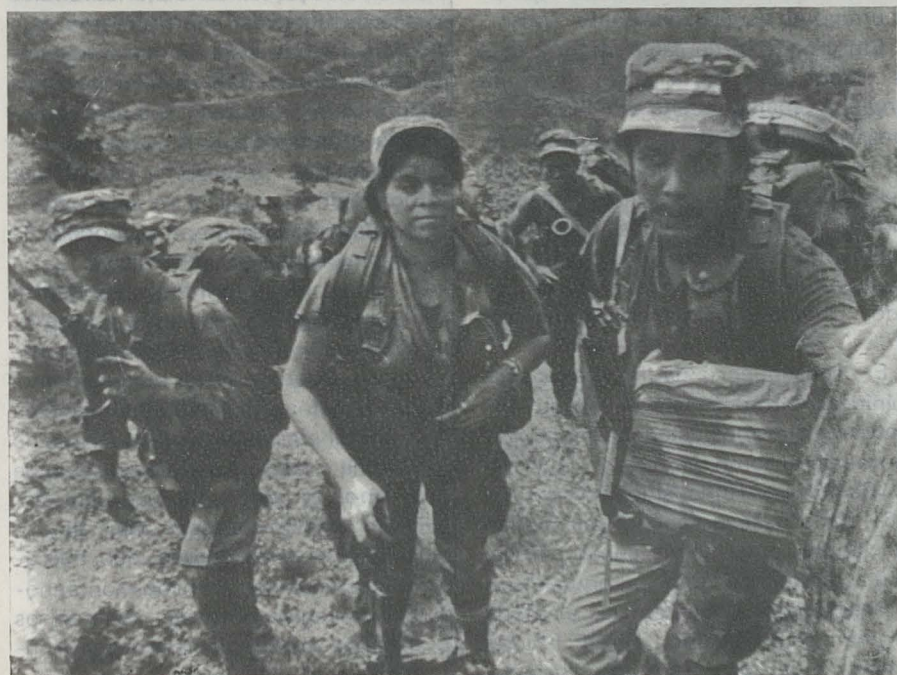


Bush: estimulando ação militar dos anti-sandinistas

Violeta Chamorro, a candidata preferida pelos Estados Unidos, espera poder reeditar, na Nicarágua, o fenômeno de Corazón Aquino, nas Filipinas. Violeta Chamorro integrou a primeira junta de governo, depois da vitória sandinista, mas renunciou em 1981. Na verdade, carece de experiência política. Seu forte é o sobrenome — a família Chamorro é uma das mais importantes da Nicarágua — beneficiando-se, ainda, do fato de ser a viúva de um dos mártires da luta antiditatorial. Virgilio Godoy foi o candidato à presidência pelo PLI nas eleições de 1984, quando seu partido esteve a ponto de aderir aos que propunham o boicote.

A Frente Sandinista também enfrentará candidatos de extrema-esquerda, entre eles Moisés Hassan, do Movimento de Unidade Revolucionária, um ex-dirigente sandinista até 1988, que foi membro da primeira junta de governo e prefeito de Manágua. Hassan critica a Frente Sandinista no plano moral, alegando que "alentou o servilismo, o oportunismo, a corrupção e a anarquia na produção."

Para alguns sandinistas, a existência de partidos de esquerda é importante, pois formulam críticas coerentes, que ajudam a manter o curso original da revolução. Todavia, poucos estimam que estes partidos, de muito pouca base eleitoral, possam cumprir outro papel, que não seja o de atuar como consciência crítica do processo. ●



Ataques dos ex-somozistas levaram sandinistas a suspender trégua, no começo de novembro

Um padre no poder?

O mais notável entre os que exigem mudanças radicais na Guatemala é um padre católico, cujos 120.000 paroquianos ganham por dia menos de um dólar, como trabalhadores agrícolas. Tido há muito como um espinho na carne do governo, Andres Giron vem se transformando em ponderável força política

Mary Jo McConahay*

Sempre que o padre Andres Giron entra em sua modesta residência paroquial, na cidade de Nueva Concepción, é recebido por duas fotografias, que o saúdam do alto da parede: as fotos de seus predecessores, ambos sacerdotes assassinados.

Giron acomoda-se em uma cadeira colocada próxima a um retrato sépia do seu pai, político local assassinado em 1980, um dos cinco membros da família a morrer de forma trágica.

"Sou produto de um clima de violência", diz ele. Giron, padre católico de 42 anos de idade, que talvez se candidate à Presidência da República nas eleições do próximo ano, é hoje a figura mais proeminente a exigir mudanças radicais no país. Atualmente, sua fama percorre toda a Guatemala, a nação mais populosa da América Central, e já se estende a outros países da região. A luta pela terra é a base dos conflitos em todas as nações centro-americanas, desde as disputas hondurenhas até a guerra civil de El Salvador.

Giron tem sido um espinho na carne do débil governo civil da Guatemala, devido às suas reivindicações de reforma agrária e às críticas, que faz abertamente contra os poderosos militares do país. Agora, que a Guatemala ainda se ressenete de duas tentativas fracassadas de golpe no ano passado e os políticos tratam de ganhar posições na corrida eleitoral, Giron surge como algo mais

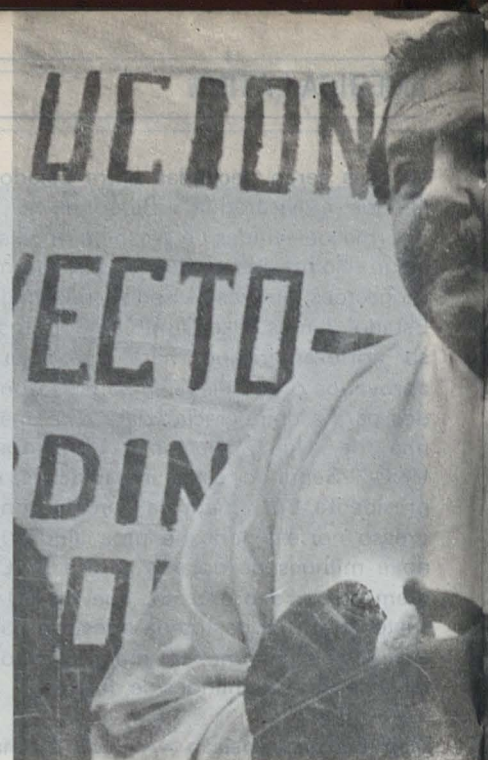
do que isso: é uma voz eloquente em favor dos camponeses sem terra e de outras classes pobres, e força política por mérito próprio.

Terra: vida ou morte – Na pobre região do litoral sul, que ele chama de sua terra, onde os camponeses ganham somente um dólar por dia para trabalhar para os cotonicultores e outros empresários agrícolas, Giron é o pastor de uma paróquia de 120.000 fiéis. Não perde uma oportunidade de recomendar aos frequentadores da igreja, que pensam em suas dificuldades econômicas de um ponto de vista nacional.

Em uma lição de catecismo, na qual os alunos têm participação ativa, na igreja abafada, feita de blocos de concreto cinza, pode-se ouvir a voz de Giron por sobre o choramingar das crianças e o latido dos cães lá fora: "No ano 2.000, haverá 16 milhões de pessoas a alimentar neste país. E você acha, Pablo, que o fato de se mudar para os Estados Unidos vai resolver alguma coisa?".

Em consequência da firmeza de suas opiniões, Giron já esteve exilado durante três anos nos Estados Unidos, onde trabalhou como pároco em Hayward, na Califórnia. Tinha sido exilado em 1981, por acusar comandantes da região de Nanton, onde servia como pároco, pelo assassinio de vários paroquianos.

Retornando à Guatemala, além de retomar seu trabalho, Giron fundou também a belicosa Associação Nacional dos Camponeses, que congrega cerca de 150.000 famílias, em várias regiões



Às massas populares se dirige o trabalho religioso

O modelo de desenvolvimento, baseado na exportação de produtos agropecuários tradicionais, e a alta concentração da terra em latifúndios são a origem da guerra interna, que sofre a Guatemala há quase três décadas. Desde 1960, o exército trava um conflito armado interno contra três grupos de guerrilheiros esquerdistas, que pretendem estabelecer um regime socialista no país, partindo da mudança do atual modelo de desenvolvimento econômico.

De acordo com informe do Centro de Investigação, Educação e Promoção dos Direitos Humanos-Cieprodh, uma entidade privada independente, na Guatemala existem atualmente 45 mil mulheres índias viúvas e mais de 120 mil crianças órfãs, como saldo de 28 anos de guerra interna. Além disso, o conflito deslocou mais de um milhão de camponeses, que buscaram refúgio nos maciços montanhosos da região noroeste, nos centros urbanos e na região mexicana fronteira com a Guatemala.

O deslocamento forçado dos in-



social do padre Andres Giron, que luta pela reforma agrária

do país. A associação compra terras em condições facilitadas e busca o crédito necessário, para cultivar as lavouras numa base coletiva.

A terra é uma questão de vida ou morte na Guatemala. A população é basicamente agrária, mas calcula-se que 70% a 80% das terras cultiváveis estão nas mãos de 1% ou 2% de privilegiados.

A Agência de Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos, calcula que cerca de 500.000 famílias de camponeses não possuem sequer um palmo de terra.

Dois meses depois que o presidente Vinicio Cerezo tomou posse, em 1986, milhares de membros da associação desfilarão, na capital, para clamar por terra e exigir que o Partido Demócrata

Cristão de Cerezo cumprisse as promessas, que fizera durante a campanha eleitoral.

Giron diz que já não apóia o partido como antes. Ainda assim, após a fracassada tentativa de golpe em julho do ano passado, concordou em enviar, atendendo a um pedido do presidente, um grupo de simpatizantes seus para a realização de um maciço comício em apoio a Cerezo. "O pequenino espaço político que ele ainda representa é precioso para nós", diz Giron.

Contudo, tendo feito centenas de visitas a órgãos do governo na Cidade de Guatemala, a 90 quilômetros de sua paróquia, para tentar obter terras por meios legais, Giron e seus seguidores afirmam que já perderam todas as esperanças. Até agora, somente cerca de 807 famílias da associação conseguiram alguma terra em fazendas coletivas.

O latifúndio como fonte de violência

dios deixou uma marca indelével na cultura: a perda da identidade grupal, como consequência da mudança de ambiente geográfico, familiar e comunitário, a modificação idiomática e a aquisição de hábitos e costumes alheios ao grupo étnico original. Durante essas três décadas, 140 mil pessoas desapareceram ou foram assassinadas por motivos políticos. Mas, além disso, o modelo de exploração agrária condiciona a realidade social e econômica interna. Este se fundamenta em práticas pré-capitalistas de produção e na alta concentração de terra em latifúndios.

O conflito interno remonta à derubada, em 1954, do governo constitucional de Jacobo Arbenz, cujo governo foi objeto de um complô organizado pela Agência Central de Inteligência-CIA, dos Estados Unidos, com o apoio de setores internos da extrema-direita. A intervenção norte-americana contra Arbenz foi justificada por Washington, naquela época, de plena guerra fria, como resposta à consolidação do comunismo na Guatemala. Mas, estudio-

so locais consideram que o golpe de Estado teve sua origem na reforma agrária introduzida pelo regime, que decretou a compra de terras ociosas, propriedade da empresa norte-americana United Fruit, e sua posterior divisão para índios guatemaltecos.

Para diversos historiadores e analistas, o propósito da reforma agrária incentivada pelo governo de Arbenz era o de fomentar o desenvolvimento capitalista na Guatemala e quebrar o modelo quase feudal de produção, baseado no cultivo de café, banana e algodão.

Um estudo da Universidade Estatal de San Carlos indica que 2% da população (de nove milhões de habitantes) se apropriam de 65% da renda total do país, condenando o restante a viver em estado de pobreza ou extrema pobreza.

O estudo assinala, também, que as atividades agropecuárias respondem por 30% do Produto Interno Bruto-PIB. Segundo o último censo agrário, (1979), 65% da terra cultivável se concentram em 20 mil pro-

priedades de 22 a 4.500 hectares. Entretanto, 70 mil minifúndios garantem apenas a subsistência de outras tantas famílias indígenas, no altiplano noroeste do país. O índice Gini, um indicador que avalia a concentração da propriedade da terra, mostra que os latifundiários alcançam, na Guatemala, os mais altos índices da América Latina.

A conferência episcopal descreveu a realidade dos donos de terra numa polêmica carta pastoral, em março último, como uma "estrutura social pecaminosa e obsoleta de nossa pátria", e recordou, que "milhares de camponeses morreram na Guatemala, por tentar uma mudança nessa estrutura".

Na carta pastoral, intitulada "O clamor pela terra", a igreja pediu "uma reforma agrária adequada às necessidades sociais e políticas do país", como uma forma de impedir uma nova revolta social, porque, segundo disse o presidente da conferência episcopal, d. Rodolfo Quezada, "a propriedade privada na Guatemala está mantida por alfinetes".



Neste ano, vários massacres de camponeses comoveram o país, onde os militares são a sombra do poder

Outros grupos mais recentes, favoráveis à reforma agrária, também receberam pequenos quinhões de terra.

Há uma profunda decepção na Guatemala com o governo civil, o primeiro em duas décadas. "Hoje em dia, não temos um presidente governando o país", diz Giron. "Quem manda são os militares".

Organizar pobres – Observadores locais afirmam que, após cada tentativa de golpe, o poder de Cerezo diminui em favor dos militares, que impedem que o governo civil realize reformas importantes. Cerca de 100.000 guatemaltecos foram mortos, em decorrência de violência política nos anos 70 e começo da década de 80. Durante esse período, a revolta verificada em muitas regiões do país foi provocada por problemas que não tinham sido resolvidos pelo governo civil, tais como a injusta divisão de terras – a pior de todo o hemisfério – e pelo poderio militar, que se estende desde as aldeias do interior até o palácio presidencial.

"Os setores que apresentam melhor organização são os militares e o setor privado", diz Giron, "e os pobres devem organizar-se também. Na Guatemala, vive-se ainda numa sociedade feudal".

Num país, em que os esquadrões da

morte continuam a funcionar, Giron está consciente do desafio que ele próprio representa. Em setembro, ao regressar de uma visita a uma de suas congregações, seu automóvel foi detido por homens uniformizados, que mataram um guarda-costas e feriram seu filho adotivo, um rapaz de 17 anos. Giron responsabiliza o exército por este tipo de "aviso".

Mais recentemente, a mãe de Giron, que residia com ele na sede paroquial, recebeu uma carta, que a ameaçava de morte, caso ela continuasse com o filho: ela mudou-se. Diz o padre que, de início, tinha medo de ser assassinado, em virtude de suas atividades, mas que agora está resignado. "Há um tempo para morrer. Por que haveríamos de nos preocupar?"

Na década de 1960, quando ainda era seminarista, Giron estudou nos Estados Unidos, e participou das marchas de protesto em favor dos direitos civis. "Até então, eu acreditava que a revolução era a única saída para a América Latina. Depois, compreendi que um homem esclarecido deve combater o mal que as pessoas fazem, e não as pessoas em si".

Pronto para liderar – Giron acredita em métodos não-violentos, mas diz que

já pensou em recorrer à luta armada, "quando nada se pode fazer por meios legais". Quando o acusam de estar querendo ir rápido demais e expondo os seus seguidores à repressão dos poderosos, ele responde que a gente humilde não tem tempo de esperar, dada a iminência da ameaça da fome.

Embora o Vaticano o tenha advertido contra o envolvimento político, Giron diz que se candidatará à presidência, se convocado pelos partidos de esquerda, que brevemente estarão se reunindo em convenção. Além disso, afirma que fará o possível para sabotar o partido de Cerezo. Convocou uma marcha dos membros de 19 organizações de favelados da capital, durante a convenção do Partido De

mocrata Cristão.

Enquanto aguarda, Giron continua a organizar o seu movimento rural. Recebeu 6,5 milhões de dólares da Comunidade Econômica Européia-CEE, verbas da igreja luterana européia e doações de pessoas e grupos norte-americanos. Ao lado de um aparelho de vídeo e de uma grande tela que lhe foram doados, guarda as gravações de treinamentos, que ele mesmo fez, e filmes sobre experiências cooperativas em outras partes do mundo, "para mostrar às pessoas que existem outras maneiras de sobreviver".

Robert White, ex-embaixador dos Estados Unidos na Guatemala e que hoje dirige um grupo de estudos do setor privado em Washington, esteve na Guatemala, em junho último, para examinar formas de adquirir terra para doação às cooperativas dos camponeses. Além disso, Giron trabalha junto a congressistas, para a obtenção dos 100.000 dólares, de que precisa para instalar uma estação de rádio própria, destinada a "campanhas de alfabetização, questões políticas, tudo. Não acredito que tenhamos vindo à Terra para permanecer anônimos", diz ele. ♦

* Copyright Pacific News Service (PNS). Mary Jo McNahay, editora para a América Central, está radicada na região desde meados da década de 1960.

O pequeno inferno

As perspectivas de uma solução negociada para o conflito salvadorenho são analisadas por um dirigente da guerrilha da FMLN

Francisco Jovel, mais conhecido por seu nome de guerra de Roberto Roca, é um dos cinco membros do comando geral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional-FMLN, a coalizão de forças guerrilheiras que atuam em El Salvador. Nesta entrevista, o comandante Jovel, de 39 anos, traça um panorama da situação salvadorenha à luz das iniciativas de diálogo entre a guerrilha e o governo da Arena.

Muitos conflitos regionais em todo o mundo parecem encaminhados para soluções negociadas. Por que na América Central, onde primeiro se tentou um processo de paz, através de Contadora e Esquipulas, a solução para a crise ainda não aparece nítida no horizonte?

— Isso está diretamente relacionado com o conceito que os Estados Unidos têm da América Latina. Se existe alguma coisa que pode caracterizar a política de Reagan, e, em grande parte, a da administração Bush, é sua concepção geopolítica. Ela coloca a América Latina num papel-chave, que torna muito difícil para o governo norte-americano resignar-se a aceitar um entendimento com as forças políticas reais de cada país. Mais ainda, o poder dos Estados Unidos na região não foi questionado nunca por ninguém, apesar dos processos revolucionários que aconteceram e de sua repercussão em todo o continente. É precisamente por isso, que tudo é mais difícil na América Central.

El Salvador se transformou no país mais conflitivo da região. Todas as partes que intervêm no conflito acusam-se mutuamente de não querer a paz...

— Os partidos políticos de El Salvador, incluindo a Aliança Republicana Nacional-Arena, tiveram que reconhecer que a proposta eleitoral da FMLN, do mês de janeiro, foi uma séria tentati-



Em julho, Jovel (D) reuniu-se, no Panamá, com representantes do Diálogo Nacional

va de iniciar um processo de negociações. Desde então, mantemos a idéia de encontrar uma solução através de procedimentos democráticos.

Isso significa a renúncia da tomada do poder pelas armas?

— Como qualquer outra força política, nós não renunciamos à legítima aspiração de chegar ao poder. Se estamos em guerra, é porque a direita fechou, pela força, todo o espaço político da esquerda. Caso isso se modifique, a luta pelo poder político se orientará por caminhos pacíficos.

As pessoas não temem que vocês imponham um regime totalitário, como alega a direita?

— Nós lutamos para chegar a um modelo sócio-econômico que garanta a nossa independência, que possa satisfazer as reivindicações históricas do povo salvadorenho, como a redistribuição da terra, e promova relações de respeito e benefício mútuo com os Estados Unidos. Não passa pelas nossas cabeças estabelecer um sistema socialista à for-

ça. Aspiramos a construir uma sociedade com justiça social, na qual os mecanismos democráticos sejam transparentes e que possa se optar pelo socialismo, depois de um processo que levará bastante tempo. Temos muito para aprender da experiência de outros países. Não queremos nos isolar. Mas, rejeitamos os modelos estrangeiros, tanto o chamado "socialismo sueco", por exemplo, como o soviético. Adaptaremos nosso projeto a nossa realidade, de maneira criativa, contribuindo, dessa forma, na luta da América Latina para encontrar seu próprio sistema de vida, no contexto do mundo moderno.

No semestre passado, em Cuba, os presidentes Mikhail Gorbachev e Fidel Castro reafirmaram a idéia de que a revolução não pode ser exportada. Concorde com essa afirmação?

— Uma verdadeira revolução só pode nascer do seio do povo. Não existe outro caminho. A alternativa é construir algo artificial, através de intervenção militar.

As revoluções não podem ser exporta-

das, mas podem ser "apoiadas". É este justamente o eixo da campanha dos Estados Unidos contra a FMLN: alegam que Cuba, União Soviética e Nicarágua financiam a guerrilha salvadorenha...

- A ajuda à FMLN chega por diferentes vias e diversos países. É uma simplificação, afirmar que as armas que nós usamos nos são dadas pelos países socialistas. Os governos dos Estados Unidos e El Salvador sentem-se frustrados, porque não podem evitar a ativa solidariedade internacional com nossa luta, inclusive por parte de cidadãos norte-americanos, organizados em mais de 500 comitês. A isso, deve agregar-se que o aparato internacional da FMLN é mais eficiente e mais importante que o do governo.

É muito provável que Gorbachev reduza a ajuda soviética ao Terceiro Mundo. Não o preocupa não poder contar, no futuro, com essa ajuda, sobretudo se a FMLN chega ao poder? A perspectiva do apoio soviético parece ser uma referência para as forças de esquerda, que se questionavam, a curto prazo, sobre o desafio de chegar ao governo de seus países...

- Nunca pensamos, que o avanço de nossa revolução pudesse ser garantido pela ajuda, em grande escala, de outra nação ou de uma superpotência. Estamos seguros de que um país como o nosso, independente, aberto e não-alinhado, receberá numerosas expressões de solidariedade para apoiar sua reconstrução e desenvolvimento, tanto de países socialistas como de países capitalistas. Sabemos que, no princípio, será necessário apertar os cintos para garantir, no mínimo, o auto-abastecimento de alimentos. Mas, não nos perturbam as análises especulativas, como a que se coloca na pergunta.

Alguns analistas estimam que, indiretamente, a FMLN ajudou o triunfo da direita, através da Arena, no primeiro turno das eleições de março. O que pensa a respeito?

- A verdade é que a Democracia Cristã tinha chegado ao poder nas eleições anteriores, com Napoleón Duarte, de forma artificial, devido à ajuda dos Estados Unidos. E também é certo, que a crise salvadorenha só pode ser resol-

vida entre aqueles que têm poder efetivo. É por isso, que pensamos que com a Arena - que representa a oligarquia que sempre esteve no poder - será mais viável a busca de uma solução nacional. A situação ficou mais clara e a Arena não vai estar em condições de dizer, como os democratas cristãos, que não têm poder para controlar a situação.

Se o presidente Alfredo Cristiani trata de afirmar o seu poder, mediante um aumento da repressão, não terá resultado e, inclusive, pode encontrar resistências do governo norte-americano. Se não se abre caminho para uma solução política, que nós preferimos, não descartamos o agravamento da guerra, que acabará numa insurreição popular.

A aliança política da FMLN com a Frente Democrática Revolucionária-FDR,

"A frustração que vão sentir todos os que votaram em Cristiani - induzidos por uma campanha inteligente e milionária - quando virem que a Arena não cumpre as promessas de paz, pleno emprego e habitação, favorecerá uma solução política negociada. A Arena tem que negociar, porque está constatando que, de outra forma, é impossível encontrar uma solução"

constituída por social-democratas e social-cristãos, que buscam uma solução política e um sistema sócio-econômico pluralista, foi debilitada por desentendimentos táticos, na época das eleições...

- Nossos companheiros da Convergência Democrática (a coalizão de esquerda, integrada pela FDR que participou das eleições e indicou Guillermo Ungo para a presidência) pensam que a greve dos transportes, no dia das eleições, e nosso chamamento à abstenção o debilitaram. O problema é que, depois que o governo Duarte rejeitou nossa proposta de paz, a lógica da guerra começou a prevalecer novamente, e se estreitou a margem de manobra das forças progressistas, como a Convergência Democrática. Eles sabiam que

participavam de eleições de guerra. A FMLN não tinha outra alternativa. Deixar transcorrer as eleições num clima de tranquilidade teria sido um grave erro, em detrimento da iniciativa militar que fizemos em setembro do ano passado, que serviu para acelrar uma mudança favorável na correlação de forças. Não é casual que Duarte tenha decretado o cessar-fogo unilateral, quando o exército estava na defensiva. De todo o modo, nosso objetivo militar não foi atingir os centros de votação: só queríamos demonstrar que as eleições não colocavam um ponto final ao conflito.

Nossas contradições com a Convergência Democrática são conjunturais, ninguém questiona o acordo político. É evidente que não somos organizações idênticas: usamos métodos diferentes. Cada um cuida de sua independência política e, às vezes, temos opiniões diferentes. Não acredito que a Convergência Democrática tenha perdido as eleições, sob um ponto de vista estratégico. Fez bem em participar do processo eleitoral, de acordo com sua própria decisão.

Você confia na possibilidade de negociar a paz, de forma irreversível, com a Arena?

- Obviamente, todos estão preocupados pela atitude da Arena em relação à guerra. Mas, se Duarte e seu partido, a Democracia Cristã, chegaram tão rápido a um grau de deterioração tão profunda, apesar do apoio dos Estados Unidos e do relativo apoio popular que tinham no princípio, é evidente que a Arena não poderá governar o país. A isso, deve se somar o fato de que a FMLN tem agora um poderoso exército.

A frustração que vão sentir todos os que votaram em Cristiani - induzidos por uma campanha eleitoral inteligente e milionária - quando virem que a Arena não cumpre as promessas de paz, pleno emprego e habitação, favorecerá uma solução política negociada. A Arena tem que negociar porque está constatando que, de outra forma, é impossível encontrar uma solução. A lua-de-mel da Arena com as forças armadas tem vida curta.

O fato de que o triunfo da Arena tenha

acontecido no primeiro turno, não é preocupante?

— Teria sido melhor que ganhasse no segundo turno, mas isso é só uma especulação. É melhor que tenha ganho Cristiani do que o candidato do Partido Democrata Cristão, Fidel Chavez Mena. Com ele, teríamos tido no governo um títere pior que Duarte. Nosso objetivo era derrotar a Democracia Cristã e sua estratégia de contra-insurgência, que temos combatido durante anos. Inevitavelmente, isso ajudou o triunfo da Arena, apesar de contar só com o apoio de 18% dos eleitores.

Houve fraude nas eleições?

— Houve fraude para evitar que a Convergência Democrática obtivesse os votos necessários para integrar o Colégio Eleitoral. As forças da FMLN, que estão nas montanhas, não têm documentos de identificação pessoal e, em consequência, não podem votar. Tampouco, votam os milhares de salvadorenhos que tiveram que emigrar. Com fraude e sem a participação desses importantes contingentes da sociedade, fomos muito prejudicados. Em eleições limpas, ganhamos com toda a certeza. A esquerda em El Salvador demonstrou ser maioria. Por isso, estamos dispostos a finalizar a luta armada e reconhecer a existência de um único exército nacional, sempre que este aceite a redução de seu tamanho, uma limpeza em suas fileiras e a supressão dos grupos paramilitares.

Você acredita, que, depois da derrota eleitoral, a DC possa mudar de orientação?

— Com o ex-presidente Duarte a um passo da morte, os democratas cristãos perdem o único líder, que teve apoio popular alguma vez. Com o desmoronamento da Democracia Cristã, muitas pessoas que até agora estavam desorientadas poderão integrar-se ao movimento de massas. Nesse caminho, alguns dirigentes democratas cristãos podem rever suas posições e deixar de ser instrumento dos Estados Unidos, que querem implantar em El Salvador um sistema bipartidário, de alternância no governo entre a DC e a Arena.

(Cries/Pensamento Próprio)

Um jogo de xadrez

Quando se esperava chegar a uma nova data para que representantes da Frente Farubundo Marti de Libertação Nacional-FMNL voltassem a se encontrar com a delegação do governo de El Salvador, para a terceira rodada de negociações diretas, em pouco mais de dois meses, sob a mediação de lideranças da igreja salvadorenha e de um representante do Vaticano, a guerra recomeçou com intensidade, no dia 12 de novembro. Para a guerrilha tornar-se clara a disposição governamental de evitar qualquer acordo efetivo para a paz, e que o presidente Cristiani fazia um jogo para ganhar tempo. Assim, a ofensiva desencadeada pela FMLN sobre San Salvador, incluindo a residência presidencial e alguns dos principais quartéis do exército, foi justificada como uma forma de pressionar o governo a acorrer à mesa de negociações com propósitos mais definidos.

No dia 16, uma ação tradicional dos esquadrões salvadorenhos matou seis padres jesuítas, entre eles o reitor da Universidade Centro-Americana, Ignacio Elacurria. O jogo de cena do governo, fugindo a compromissos reais no diálogo, lança El Salvador numa fase de confronto agudo.

Os dois encontros anteriores, no México e em São José da Costa Rica, ocorreram em meados de setembro e de outubro e tinham representado um início de desafogo na atmosfera política. Mas, a recusa oficial em aceitar a proposta da guerrilha, de um cessar-fogo em novembro, levou ao reinício do confronto.

Para a FMLN, seis providências são urgentes, para um acordo que pacifique o país: reformas constitucional e jurídica, medidas econômicas de emergência, suspensão da repressão política, estabelecimento do cessar-fogo e, por fim, expurgo nos escalões militares. Segundo a FMLN, um grupo, conhecido como "La Tandon", controla todos os comandos militares do país e sustenta interesses hegemônicos, o que torna essencial que os comandos policiais e militares do país sejam entregues a civis.

Líder da FMLN, Joaquín Villalobos (E), negociou com o min. Oscar Santamaría, no México



Os tentáculos do polvo

O projeto dos países vizinhos em cortar os laços de dependência com a África do Sul incomoda os dirigentes racistas, que procuram contrapor à SADCC um outro organismo de integração regional, sob seu controle



A integração regional da SADCC é a defesa dos países novos, que Pretória insiste em subordinar

Karrim Essack*

Pietter Botha, o ex-presidente sul-africano, nunca viu com bons olhos o surgimento da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral-SADCC, a organização criada por seus vizinhos para o fortalecimento econômico do bloco e que permite o progressivo rompimento da dependência em relação a Pretória (veja, a propósito, **terceiro mundo**, edição nº 120, p. 18: "Lutando pelo avanço").

Botha considerava a SADCC, não sem razão, um projeto oposto a sua ambição de formar uma constelação de Estados, na África Austral, sob a hegemonia sul-africana. O primeiro passo do plano foi anunciar a criação de sua própria comunidade econômica, em 1979. Mas, devido ao clima de hostilidade regional contra o regime racista, Botha conseguiu associar somente os bantustões, áreas pseudo-independentes, onde vivem apenas populações negras, resultantes da segregação racial por

áreas geográficas, confinadas dentro do próprio território da África do Sul.

Tal comunidade recebeu um nome pouco original: SATBVC, das iniciais de cada integrante, ou seja, África do Sul, Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei. Sob tal sigla, a organização liderada por Pretória funcionou até 21 de novembro de 1988, quando adotou o nome de Comunidade Econômica do Sul da África-Ceas. Nada importante aconteceu durante todos estes anos, salvo a formação, a partir de uma conferência de seus integrantes, em 1982, do Secretariado para a Cooperação no Sul da África-Se-coaf.

A terceira conferência teve lugar no ano passado, depois da visita de Botha a Moçambique, Malaui, Zaire e Costa do Marfim, países em que foi

recebido de acordo com o protocolo, apesar da hostilidade contra o regime que representava. Pretória interpretou a viagem como um sucesso diplomático, que teria significado o rompimento das barreiras criadas contra o *apartheid* pela Organização da Unidade Africana-OUA, desde 1963. E considerou que chegara o momento de utilizar o sistema SATBVC.

Novo enfoque — O terceiro encontro foi definido como "reunião de cúpula de chefes de Estado", com a participação de Botha, do "presidente" em exercício de Bophutatswana, T.M. Mottlwa; do "presidente" do Ciskei, Lenox Sebe; do "presidente" de Venda, Gota Ravele, e do "chefe de Estado" do Transkei, general Bantu Holomisa.

Depois de apresentar a seus convidados um informe sumário sobre os re-



Botha e Klerk: ação diversa, continuidade estratégica



Mugabe: enfrentando pressões econômicas



José Eduardo: a salvo, à custa da guerra



Masire: dependente de portos e capitais

sultados da visita aos países vizinhos, Botha revelou os planos de Pretória para os próximos anos, a nível regional: "As novas necessidades econômicas do sul da África precisam de novo enfoque. Eficiência e capacidade são os dois conceitos básicos destes tempos e é preciso promover profunda reestruturação econômica na África Austral", disse, ressaltando que os demais Estados da região deveriam ser incluídos nesse processo.

A reestruturação, a que se referia Botha, reduzia-se à privatização de algumas empresas estatais, como os serviços de transportes, que empregam 250 mil pessoas. Fica bem claro, portanto, que, deixando-se de lado a retórica, é muito pouco o que o sistema SATBVC se propõe a oferecer para o progresso da África Austral.

Ao mesmo tempo, é incômoda a situação do regime de Pretória em relação a seus "vizinhos" dos bantustões. A aberta intervenção sul-africana, para reprimir recente levante popular em Bophutatswana, e as intrigas que promoveu, em relação ao processo de expulsão de Stella Sigau, conhecida dirigente do Transkei, são fatos demasiado noticiados, que desmentem as alegadas intenções do regime racista em "promover cooperação e desenvolvimento". Por outro lado, a visível deterioração das condições de vida em cada bantustão conspira contra as ambições de Pretória.

Polvo agressivo – O problema é ainda mais complexo. De fato, deixando-se de lado até mesmo considerações políticas, a África do Sul não pode ser fator de

ajuda ao desenvolvimento dos "Estados" que criou artificialmente dentro de seu próprio território, devido à essência de seu regime segregacionista. O sistema de dominação racial, imposto pela minoria branca sul-africana, age como um polvo e se apropria de todos os excedentes produzidos naqueles territórios, onde vivem atualmente 33 milhões de pessoas.

Indiretamente, Botha reconheceu a situação, quando afirmou: "Os cofres de nossa nação não podem suportar, sozinhos, o custo das mudanças que precisamos fazer". E exortou os investidores privados a apoiar seus projetos. Esta poderia ser, efetivamente, uma saída. Mas, falar em setor privado na África do Sul é um eufemismo, para referir-se, na verdade, a quatro monopólios que controlam o país, encabeçados pela empresa mineradora Anglo-American, de Harry Oppenheimer, o maior investidor privado nos Estados Unidos. O capital sul-africano investido nos Estados Unidos rendeu aos cofres da empresa, em 1986, um total de de 18 bilhões de dólares de lucro. Isto é mais do que o ganho total da empresa em seus empreendimentos na Grécia, Itália, Bélgica e Luxemburgo, juntos.

Os quatro gigantes da economia sul-africana têm enorme excedente de capital disponível. No entanto, para que esse dinheiro seja reinvestido na região, as empresas não exigem apenas estabilidade política. Querem também infraestrutura apropriada, para que os investimentos e seus lucros potenciais não sejam prejudicados. A resposta governamental foi lançar a idéia de uma

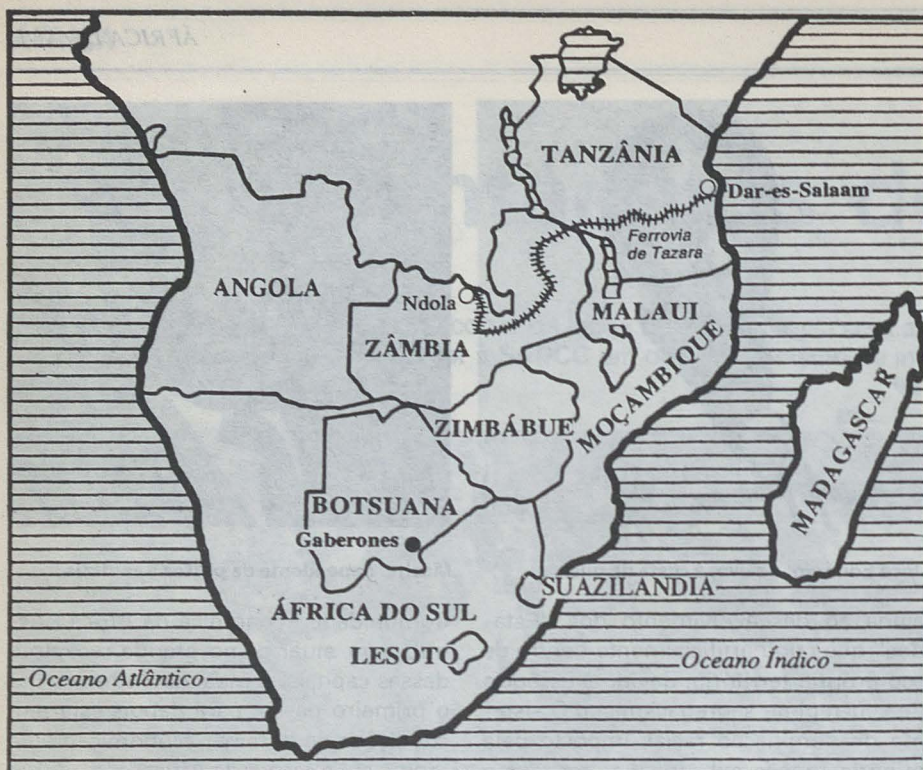
Comunidade Econômica da África Austral, para atuar como grande receptora desses capitais. A meta de Botha era dar o primeiro passo, para depois estar em condições de dominar economicamente todo o sul e centro da África.

Reação rápida – Por mais que isso o irrita, o governo de Pretória precisa reconhecer que os países da região foram mais rápidos. Em lugar de aguardar a "ajuda" sul-africana, decidiram lançar-se sozinhos à aventura de reativar suas economias para, no futuro, não depender do *apartheid*.

Hoje, o que existe na realidade é a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral-SADCC, formada por nove países, seis deles limítrofes com a África do Sul.

O regime racista, contudo, tem uma peça para jogar nesse tabuleiro: três integrantes da SADCC – Lesoto, Botsuana e Suazilândia, antigos protetorados ingleses – utilizam os portos sul-africanos de Durban e Port Elizabeth para suas operações de importações e exportações, o que os leva a integrar uma união aduaneira com Pretória. Este é o ponto fraco, que os sul-africanos pretendem explorar na nova ofensiva econômica contra a SADCC.

A África do Sul administra a união aduaneira e recolhe os impostos de importação. Cada país integrante do grupo recebe um percentual do total recolhido. Embora os valores sejam mínimos, significam, por exemplo, 30% das divisas obtidas por Botsuana. A África do Sul, por sua vez, além das vantagens econômicas e políticas dessa situação, des-



fruta ainda de outros privilégios, como o de ter seus produtos lançados nos mercados daqueles três países sem pagar impostos.

Os observadores calculam que o passo seguinte de Pretória será o de incluir os Estados-fantoches do Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei na união aduaneira. Isto colocaria Botswana, Lesoto e Suazilândia numa posição muito delicada, pois, como integrantes da OUA, não reconhecem aqueles "Estados" inventados pelo *apartheid*.

Fica assim claro o drama dos três países, que, de fato, estão de mãos atadas em relação à África do Sul. Em Botswana, o governo não detém poder de decisão sobre os recursos mais importantes do país: os minerais, que representam 80% das exportações, estão em mãos de subsidiárias da Anglo-American.

A escala de relacionamento econômico que existe entre a África do Sul e Botswana fica evidente, quando se sabe, por exemplo, das negociações entre o governo do presidente Masire e a Indústria de Produtos Químicos e Explosivos-Aeci, uma das maiores empresas sul-africanas, para a instalação de uma fábrica de carbonato de sódio no país. As firmas Anglo-American e British ICI são as principais acionistas daquela empresa. O carbonato de sódio é um in-

sumo utilizado em explosivos e sua produção em Botswana exigirá investimento de quase 400 milhões de dólares.

O significado da negociação foi revelado por um correspondente estrangeiro em Botswana: "Grande parte da produção da nova fábrica será exportada para a fábrica da Aeci, em Sasolberg, que está associada ao exército sul-africano, e será destinada, provavelmente, para a produção de soda cáustica e cloro", escreveu o jornalista. O interesse dos militares sul-africanos nesse negócio é abastecer de explosivos os terroristas da Renamo – a guerrilha de direita que atua contra Moçambique e incursiona também no Zimbábue. Foi por isso que o presidente Robert Mugabe pensou duas vezes, antes de autorizar empresas de seu país, reunidas na *holding* Sua Pan Zimbabwe Ltd., a participarem do projeto em Botswana.

O regime de Pretória tem consciência de seu poder. Além dos três países, sobre os quais exerce a influência que permite a união aduaneira, tem seus portos utilizados por outros três, que não dispõem de litoral – Zâmbia, Malaui e Zimbábue. Este tem um tratado comercial com Pretória, enquanto Malaui e Zâmbia têm 50% de seu comércio externo realizado com a África do Sul.

Desafio da SADCC – A Conferência de

Coordenação do Desenvolvimento da África Austral surgiu com o propósito de modificar a dependência econômica dos países-membros em relação a potências estrangeiras, especialmente a África do Sul, nos setores de transportes, comunicações, energia, agricultura, mineração e indústria. Com exceção da Tanzânia e de Angola, a propriedade da maior parte dos meios de produção dos Estados integrantes da SADCC está em mãos estrangeiras, principalmente de sul-africanos.

Mas, ao menos em um setor, o dos transportes, a SADCC pode mostrar resultados positivos: está em andamento um vasto plano de modernização dos portos de Dar-es-Salaam (Tanzânia), Beira, Maputo, Nacala (Moçambique) e Lobito (Angola), que neste ano já estão recebendo 63% do total das importações da SADCC.

Sem dúvida, o elo mais fraco da corrente da SADCC é Botswana. A sede do Secretariado Central da SADCC está em sua capital, Gaborone. É integrante da Linha de Frente (países que dão apoio à luta anti-*apartheid*), mas nunca atuou de forma coerente com tal condição. Rampolo Molefe, do jornal "Mega Wa Dikgang", revelou que o governo de Botswana iniciara nova rodada de conversações secretas com Pretória. "As reuniões são presididas pelo ministro de Finanças e Planejamento, e participam funcionários da fiscalização e dos ministérios da Indústria e do Comércio". Não há dúvidas de que o governo de Masire recebeu pressões consideráveis, para limitar sua atuação no âmbito da SADCC. Alguns observadores asseguram, que a fábrica de carbonato de sódio é o preço pago pela África do Sul, para que Botswana relaxe sua atuação no grupo.

De todos os países que integram a SADCC, Botswana é o que apresenta melhores índices de crescimento econômico, com a moeda, o pula, forte. A África do Sul pretende utilizá-la como modelo para os outros países, mostrando-lhes como suas economias podem melhorar, se colaborarem com o governo do *apartheid*.

* De "Third World Network Features/Economic and Political Weekly"

Manter a pressão

Líder negro recomenda que as ações internas e as sanções internacionais continuem a acuar o regime de Pretória, até o fim do racismo

O novo presidente sul-africano, Frederick de Klerk, está iniciando sua gestão com medidas de impacto promocional e que levem a repercussões internacionais positivas para o regime. Assim, procura apresentar-se como o instrumento de modernização do regime político sul-africano e como o artífice de uma nova era no país. Sua mais recente providência foi determinar a libertação de sete membros do Congresso Nacional Africano-CNA, chamados "Os Sete de Rivônia", entre eles um dos líderes históricos do movimento, Walter Sisulu, que cumpria prisão perpétua há 26 anos.

O que ocorre, porém, é uma simples maquiagem do regime racista – asseguram as lideranças negras. "O regime do *apartheid* continuará inalterado, enquanto o governo branco não suspender a proscrição de todas as organizações dos negros, não libertar todos os presos políticos – incluindo Nelson Mandela – e não levantar o estado de emergência. O *apartheid* somente desaparecerá quando voltarem à pátria todos os exilados, forem suprimidas todas as leis raciais e as áreas negras ficarem livres de tropas" – definiu Sisulu, na primeira entrevista à imprensa, no bairro de Soweto, em Joanesburgo, após sua libertação.

Não dar trégua – O antigo secretário-geral do CNA resumiu a posição das lideranças negras e dos setores envolvidos na luta pela supressão do regime



De Klerk

racista: manter o *apartheid* sob pressão extrema, interna e externa, para que de Klerk não consiga implementar seus planos de fazer uma espécie de transição lenta e gradual para um modelo democrático. O objetivo é alcançar reformas de profundidade, definitivas e no menor prazo possível, que eliminem os esquemas de poder da minoria racista.

Na opinião de Walter Sisulu, as intenções de negociação anunciadas pelo regime sul-africano não podem levar, sem avanços concretos, à suspensão da luta armada, das pressões internas e das sanções internacionais contra Pretória. "Não se deve dar ao governo a possibilidade de reorganizar sua estratégia de adiamentos", disse Sisulu, referindo-se, igualmente à posição do líder da Aliança Mundial da Igreja Reformada, o pastor Alan Boesak, um dos aliados estratégicos da luta dos negros. Boesak propusera, dias antes, um posicionamento de moderação dos movimentos antirracistas, por seis meses, para dar a de Klerk a chance de se fortalecer no poder, com o objetivo de encaminhar as reformas de maior profundidade. "Trata-se de um religioso e os homens de igreja encaram as coisas, às vezes, de uma maneira di-



Sisulu (C) insiste na luta contra o regime racista

ferente", considerou Sisulu, ao reafirmar a necessidade de não se dar chance de contemporizações ao governo.

Negociações – O antigo secretário-geral do CNA anunciou que negociações com o governo dependem do estado-maior do movimento, sediado no exílio, em Lusaka, Zâmbia. "Se existir uma atitude sincera de negociar, ela será bem recebida. Mas, é preciso que se cumpram as pré-condições, para que haja um verdadeiro clima de negociações", disse, lembrando as exigências, que as lideranças negras consideram como provas mínimas da eventual boa vontade do governo racista. Afirmou, ainda, que o CNA continuará colaborando estreitamente com o Movimento Democrático de Massas-MDM, a grande frente antirracista que tem comandado as manifestações contra o *apartheid*.

Procópio Mineiro



O Movimento Paz Agora é uma realidade política entre os israelenses e intensifica as manifestações a favor da negociação com a OLP

A paz em debate

A intifada e as propostas moderadas da Organização de Libertação da Palestina-OLP provocam mudanças na opinião pública israelense, impondo ao movimento pacifista o desafio de ampliar sua ação e aumentar seu peso político

Adam Keller

Nas últimas horas da tarde do dia 11 de maio deste ano, uma quinta-feira, militantes do movimento Yesh Gvul chegaram a uma praça pública de Tel Aviv, onde se realizava um ato de solidariedade a seis jovens, que se recusavam a cumprir o serviço militar nos territórios ocupados. Entre os rebeldes estava Rami Hasson, detido cinco vezes consecutivas, pela mesma razão.

Desse festejo alternativo às solenida-

des comemorativas ao dia da independência de Israel, participou um número impressionante de artistas. Entre os muitos oradores estava Moziya Segal, que perdeu o braço direito na guerra do Yom Kippur. Muito conhecido em Israel, por sua atividade de apoio aos mutilados da guerra, Segal nunca tinha se definido publicamente em relação a temas políticos controversos.

Os jovens contestadores obtiveram assim nova vitória, com apoio popular crescente. Antes, conseguiram interromper uma investigação do serviço secreto de Israel contra o Yesh Gvul, graças à grande mobilização da opinião

pública, e tiveram o reconhecimento de Shulamit Aloni, ativa deputada pelo partido Ratz. O apoio de Aloni reverteu uma longa tradição do seu partido no parlamento, fortalecendo a defesa do direito à desobediência.

Planejado com várias semanas de antecedência, o ato do 11 de maio, surpreendentemente, teve repercussão maior do que a esperada, porque coincidiu com a primeira tentativa da direita de retomar suas ações, desde o início da intifada.

Direita na defensiva – Durante um ano e meio, a direita permaneceu na defen-

siva. A resistência maciça da população palestina, o fato de que a violência se limita praticamente aos territórios ocupados, a moderação das posições da OLP e a repercussão internacional da intifada criaram, em Israel, as condições para uma aceitação cada vez maior das propostas do movimento pacifista.

A extrema-direita, por sua vez, não foi capaz de mobilizar nenhum apoio substancial para os colonos israelenses dos territórios ocupados, que se encontram cada vez mais ilhados no seio da sociedade. Nas eleições gerais de 1988, a extrema-direita não conseguiu aumentar significativamente seus votos, como havia ocorrido em 1981 e 1984. O eleitorado optou por outras facções.

Antes das eleições de 1988, o rabino Meir Kahane, principal representante dos racistas e da extrema-direita, foi excluído do parlamento. Desde então, ele aguardava discretamente nova oportunidade, que ocorreu nas primeiras semanas de maio último, quando com militantes de vários grupos ultraconservadores, voltou a aparecer publicamente. Na rua principal de Jerusalém Ocidental, um palestino de El Bireh assassinou dois velhos judeus e feriu outros três. De acordo com o ministro da Defesa de Israel, Yitzhak Rabin, o homicida atuou

motivado pelo fanatismo religioso musulmano e pelo desejo de vingar seu irmão, atingido por soldados israelenses. Kahane e alguns dos seus fiéis seguidores apareceram e tentaram linchar dois árabes, que passavam pela rua. O grupo ultradireitista foi dispersado pela polícia e Kahane passou duas noites detido.

Provavelmente, Kahane tentava utilizar os funerais das vítimas, como ponto de partida de uma ampla mobilização em Jerusalém, como aconteceu em dezembro de 1986, depois do assassinato de um estudante, na parte antiga da cidade. Mas, desta vez, Jerusalém não apoiou e frustrou os planos de Kahane. A televisão mostrou uma cena, na qual, um dos partidários do dirigente ultradireitista gritava "Vejam o que fazem os árabes". Ao que uma transeunte respondeu: "E nós, o que fazemos neles?".

Ashdod e Ashkelon – Estas duas cidades são centros urbanos que se encontram ligados, numa região muito próxima à Faixa de Gaza, e têm estado submetidos a grandes pressões, desde o início da intifada. Os níveis de desemprego nas populações das duas cidades são cada vez mais altos e, por esta razão, os desocupados são induzidos com facilidade a culpar os trabalhadores palestinos de Gaza pelo agravamento da sua situação. Dessa forma, criaram-se condições para formar, nessas localidades, um sólido grupo de agitadores de extrema-direita, integrado principalmente por ex-moradores do norte do Sinai (território devolvido ao Egito, através dos acordos de Camp David), que agora vivem ao norte da Faixa de Gaza.

O desaparecimento de dois soldados judeus, na cidade de Acre, serviu de argumento, para que os extremistas de direita lograssem um certo consenso para iniciar violentas manifestações antiárabes. Começaram por atacar os trabalhadores palestinos e lançaram uma "intifada judia", apedrejando os automóveis dos árabes. Um veículo, que conduzia o chefe do estado maior do exército de Israel, Dam Shomron, quase foi incendiado pelos manifestantes, que acusavam o militar de ser, "chefe do estado maior da intifada". Isso porque,

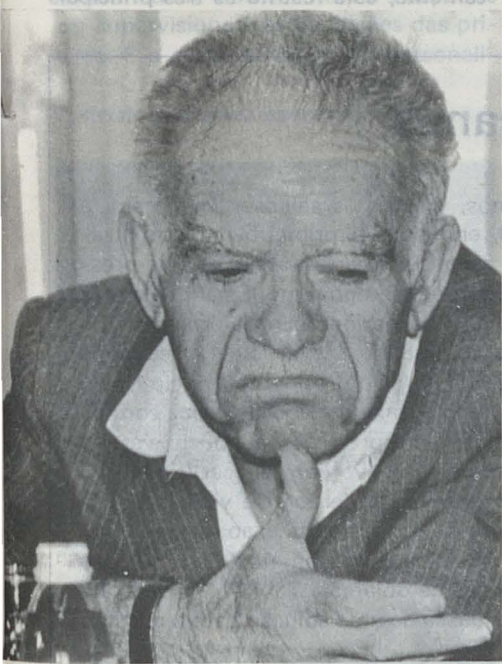


A Intifada está completando dois anos

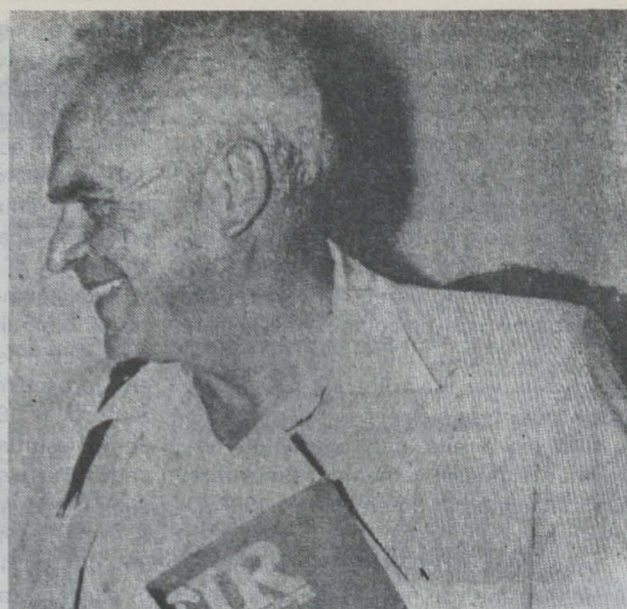
em várias ocasiões, Shomron declarou que é impossível acabar militarmente com a rebelião palestina. Para reforçar sua tese, o chefe militar pediu ao Ministério da Defesa que traduzisse para o hebreu um livro sobre a guerra da Argélia, cujo argumento principal é que os esforços militares dos franceses estiveram sempre condenados ao fracasso. Shomron, pessoalmente, entregou uma cópia do livro a todos os oficiais sob o seu comando. Mas, o resultado político dessa atitude, sem dúvida, não foi o esperado.

O lançamento de uma "intifada judia" dificulta o transporte, para Israel, dos trabalhadores árabes que vivem em Gaza. E mais, tanto as municipalidades como as polícias de Ashdod e Ashkelon estabeleceram restrições à admissão de mão-de-obra palestina nestes povoados. Como consequência, se debilita, ainda mais, a incorporação da população da Faixa de Gaza à economia de Israel, processo que começou, na realidade, com a própria intifada.

Muitos habitantes de Ashdod e Ashkelon querem, que se delimite a linha dos participantes das manifestações de ultradireita. Como escreveu Ben Dror Yemini, um judeu oriental, ativista do movimento pela paz, no jornal "Yediot Aharonot": "Os que participaram nessas manifestações, ao contrário de seus organizadores, não lutam pelo 'Grande Israel', como tampouco se sensibilizariam por uma 'Grande Hungria'. O que



Shamir: recusando a ocasião do diálogo



O raivoso rabino Meir Kahane está cada vez mais deslocado, enquanto cresce o papel de figuras como Matti Peled, general que prega a paz

querem é evitar o desaparecimento de um filho, um irmão, ou um vizinho. No fundo, todas essas pessoas querem, ainda que inconscientemente, afastar-nos da intifada, dos enfrentamentos, dos assassinatos, dos sofrimentos que nos causa e lhes causa tudo isso".

Momento propício para a paz – Os grupos pacifistas "Abaixo a Ocupação" e "Mulheres de Negro", que realizam

vigílias semanais desde o começo da intifada, começaram a sentir necessidade de estabelecer uma vigilância especial. Os ativistas de direita já os atacaram e, inclusive, trataram de atropelar com seus carros uma manifestação de "Mulheres de Negro". Faz tempo, no entanto, que esses incidentes não se repetem. A violência da ultradireita se circunscreveu às zonas de conflito. La-

mentavelmente, o movimento pacifista não teve força para interferir nas decisões das municipalidades de Ashkelon e Ashdon, porque não contava com nenhuma base nessas cidades.

Essa é a principal debilidade do movimento pacifista: entre os judeus, seus simpatizantes se encontram entre a classe média e os intelectuais. Geograficamente, está restrito às três principais

As pressões norte-americanas

No final de outubro, a cadeia de televisão NBC, dos Estados Unidos, anunciou, com estardalhaço e para surpresa geral, que Israel está fornecendo tecnologia de mísseis para a África do Sul, no âmbito dos acordos que têm tornado os dois países parceiros conhecidos na cena internacional, inclusive, segundo os setores de inteligência ocidentais, na construção da bomba atômica de Pretória. A África do Sul já teria realizado vários testes com o míssil, o primeiro deles em 5 de julho, quando o foguete, construído pela firma sul-africana Armscor, foi lançado da zona de testes, no sudeste do país, até as Ilhas Príncipe Eduardo, numa distância aproximada de 1.500 km. Em troca da tecnologia, o regime do *apartheid* garantiria o fornecimento de urânio para a continuação do avançado programa atômico israelense, que já rendeu um considerável estoque de bombas nucleares.

Tanto sul-africanos, quanto israelenses, negaram a existência do míssil, enquanto o primeiro-ministro Itzak Shamir considerava a notícia uma forma indireta de pressão da Casa Branca sobre o seu governo. Esta interpretação ganhou espaço, pois no período ocorria uma série de esforços de Washington, visando a levar Israel a aceitar os termos do diálogo proposto pelo presidente egípcio Hosni Mubarak, visando a concretizar um acordo de paz com os palestinos. Segundo tal interpretação, a notícia vazada através da NBC tinha por objetivo enfraquecer o governo Shamir, a nível internacional, ao lembrar a vinculação israelense com o regime da África do Sul e, ao mesmo tempo, alertá-lo de que a política de Washington – que fornece ajuda anual de 3 bilhões de dólares a Tel Aviv – começa a mudar, no que toca à busca de uma solução para a questão palestina.

idades do país: Jerusalém, Tel Aviv e Haifa. O lançamento de uma vigília das "Mulheres de Negro", na cidade de Beersheba, foi o primeiro passo para levar o movimento a outras regiões. Mas, as cidades menores continuam inacessíveis para os pacifistas.

A exceção são os kibbutzim, onde o movimento pela paz tem bastante influência. Mas, ainda que os kibbutzim existam em todo o território de Israel, estão separados do resto da sociedade e, inclusive, as definições políticas dos seus habitantes são vistas com receio nas cidades vizinhas.

O que o movimento pacifista conseguiu, sem dúvida alguma, no último ano e meio, foi comprometer mais ativamente a muita gente, com suas metas e linhas de ação. Entre as mulheres, especialmente, o número de militantes cresceu muito. O grupo "Mulheres em Defesa das Presas Políticas", por exemplo, em pouco tempo, se transformou numa organização amplamente conhecida pelo estilo firme de trabalho. Mas, a maioria dos novos ativistas tem a mesma extração social que os militantes mais antigos. É o caso de quase todos os que participam das manifestações e grupos de vigília na defesa dos direitos humanos, dos que organizam visitas de solidariedade aos territórios ocupados ou supervisionam as condições das prisões. É o caso, também, das personali-

Policiais israelenses espancam palestino



dades do mundo artístico – como Dan Almagor, conhecido humorista – que aderiram ao movimento no últimos meses e se constituíram no alvo predileto do grupo terrorista judeu, conhecido como *Sicarii*, que atua na clandestinidade.

Também aumentou, significativamente, o número dos que participam em reuniões da OLP. Agora, todos os partidos e grupos que integram o movimento pacifista estão convidados a negociar com a organização palestina. Mas, a idéia de promover um encontro entre uma delegação de judeus orientais dos bairros marginais e os palestinos – uma proposta que surgiu durante os preparativos da reunião pioneira de novembro de 1986, realizada na Romênia – permanece, todavia, como um sonho longínquo.

Mudanças na opinião pública – Diferentes setores da sociedade israelense sentem, cada vez com maior nitidez, que o impasse político e diplomático só poderá ser resolvido por negociação entre palestinos e israelenses. Essa mudança não passa despercebida nas fileiras da direita. Não é por casualidade que um colunista do jornal "Yediot Aharonot" pertencente ao Likud, escrevia: "Yasser Arafat e seus assessores estão cada vez mais seguros de que conseguirão estabelecer o Estado palestino independente... Quando olho em volta e vejo o que ocorre entre os políticos israelenses, na diplomacia mundial e o que está se passando sobre o terreno, na Judéia e Samaria (nome que os judeus dão à Cisjordânia) começo a temer, que as razões para essa confiança não sejam poucas".

Depois que o governo adotou o plano Shamir-Rabin, para celebrar eleições nos territórios ocupados (ver **terceiro mundo** número 125, Israel/Palestina: O Plano de Shamir*), o partido Tekhiya, de extrema-direita, disse: "Hoje, Isaac Shamir colocou a pedra fundamental do Estado palestino, cuja capital será Jerusalém Oriental".

Essa afirmação não pode ser, logicamente, entendida literalmente. A idéia que Shamir e Rabin têm das eleições está longe de ser uma proposta aceita para os palestinos. E, provavelmente,



Uma casa palestina dinamitada e crianças

te, foi por isso que propuseram a iniciativa. É o que reflete a cautelosa receptividade que a mesma teve, por parte dos partidos e organizações pacifistas.

A organização Ratz (movimento de defesa dos direitos civis) afirmou: "É um bom plano, caso se permita que as eleições sejam supervisionadas por observadores internacionais, que participem os habitantes de Jerusalém Oriental, que se confira imunidade aos dirigentes eleitos e que os Estados Unidos garantam a participação da OLP, na segunda etapa das negociações".

A reação do Mapam (partido progressista, racha recente do trabalhismo) foi: "Toda iniciativa unilateral de Israel, especialmente aquelas destinadas a separar os habitantes dos territórios ocupados de seus líderes nacionais, está condenada ao fracasso, e pode levar à perda de uma oportunidade de paz e ao crescimento da intifada. A iniciativa do governo de celebrar eleições nos territórios ocupados pode ser um prelúdio das negociações de paz, se seus princípios forem discutidos e combinados com os dirigentes palestinos".

Enquanto a comunidade internacional pressiona Israel, para que resolva os problemas colocados pela intifada, o desafio do movimento pacifista israelense é preparar as mais amplas camadas da população do país, para que adote uma posição construtiva. ●

* Adam Keller é militante pacifista de ampla atuação e é editor do "The other Israel", a publicação do Conselho para a Paz Palestina-Israel (P.O. Box 956/Tel Aviv 61008). Este artigo foi, originalmente, publicado por "Israel/Palestina".

Muawad: o assassinato em nome do cristianismo

O assassinato do novo presidente libanês, René Muawad, duas semanas após ser eleito, põe em risco o avanço que se conseguiu com o Acordo de Taif, lançando a dúvida sobre as perspectivas de paz

Mustafa bin Latif

No dia 5 de novembro – como fruto mais importante do acordo celebrado em Taif, uma cidade da Arábia Saudita – os deputados libaneses elegeram um novo presidente, numa histórica sessão, em que enfrentaram as iras do general Michel Aoun, que se auto-intitula chefe de um governo apoiado pelos grupos cristãos mais sectários e que havia declarado, no dia anterior, a dissolução do parlamento. O cristão René Muawad foi o escolhido, logo recebendo o apoio do patriarca maronita, Nasrallá Butros Sfeir, que, por isso, teve sua residência atacada, no dia 6, por milhares de partidários de Aoun, que insistia em desconhecer a validade da eleição.

Tudo indicava, porém, que o caminho estava aberto para paz no Líbano, uma vez que Muawad obtivera certo apoio interno mesmo de grupos cristãos mais abertos ao diálogo e o reconhecimento internacional. No entanto, o radicalismo dos grupos ligados a Aoun armou, no dia 22 de novembro, o assassinato de Muawad, que explodiu em seu automóvel, no centro de Beirute. A fumaça branca do acordo, que parecia assinalar novos tempos para o sofrido país, não se esvaneceu de todo, embora a morte de Muawad demonstre que as dificuldades não serão afastadas no Líbano, sem novos dramas.

De qualquer maneira, o Acordo de Taif mantém-se como passo histórico,

como divisor de águas entre a intransigência e a negociação, na longa guerra civil libanesa, e aponta, na prática, para uma espécie de refundação do Estado libanês.

Compromisso histórico – Qualificado como “um compromisso histórico, no qual o Líbano reequilibra seus poderes, em favor dos muçulmanos, que são atualmente majoritários em relação à comunidade cristã”, o acordo, alcançado em 13 de outubro, representa mudança substancial na correlação interna de forças. Pela primeira vez, desde o início da guerra civil, há 15 anos, o poder político – concentrado nas mãos dos cristãos maronitas – foi discutido, reconhecido como injusto e modificado, consensualmente, por todos os grupos religiosos, em negociações.

Até então, a divisão do poder no Líbano era fruto de um acordo feito em

Muawad quando prestava juramento



1943, ano da independência, concebido através de um inacreditável malabarismo político dos colonizadores franceses. Os diferentes grupos religiosos dividiram o poder entre si, a partir de dados do censo populacional realizado em 1926, dezessete anos antes.

Naquela época, os 330.400 cristãos libaneses maronitas eram maioria, frente aos 229.700 muçulmanos e a 68.700 de outras religiões. Com base no argumento demográfico, e contando com o respaldo da França, os maronitas conseguiram assegurar-se da presidência da República, embora os muçulmanos sunitas tivessem se apropriado do cargo de primeiro-ministro, deixando aos muçulmanos xiitas – atualmente majoritários – presidência do parlamento unicameral, no qual todos os credos do Líbano (drusos, armênios, cristãos gregos ortodoxos, etc.) deveriam estar representados.

Tal acordo, apresentado como forma democrática de divisão de poder, na verdade ratificava o monopólio político-econômico, exercido no país pelos cristãos maronitas e, dentro desta comunidade, por três poderosas famílias: Gemayel, Chamoun e Eddé. Tão confiantes estavam os maronitas, quanto à eternidade de seu reinado, que, desde a independência, jamais promoveram um novo censo populacional*.

Do presidencialismo ao parlamentarismo – Com ou sem censo, em 1975 os muçulmanos eram amplamente majoritários, no país. A frustração de seus anseios de participação mais equilibrada no plano político deu origem à guerra civil.

O Acordo de Taif alterou a divisão de poder, pelo consenso dos 62 legisladores presentes. O poder executivo, exercido, até agora, basicamente pelo presidente da República (um maronita) será de responsabilidade de um órgão colegiado (o conselho de ministros), no qual os cargos serão divididos em igual número entre os maronitas e muçulmanos. Ou seja, passa-se de um regime presidencialista para o parlamentarismo.

A presidência do conselho de minis-

tros, que agora tem os seus poderes ampliados, permanece nas mãos de um mulçumano sunita, e a presidência do parlamento se mantém em poder dos muçulmanos xiitas. Assim, os maronitas perdem boa parte de sua força. O presidente da República continua sendo o chefe de Estado, mas já não mais o chefe de governo. Preside o conselho de ministros, sem pertencer ao órgão e, portanto, sem direito a voto e sem poder convocatório. Para eleger o primeiro-ministro, o chefe de Estado tem que consultar os legisladores, obrigatoriamente. O chefe de Estado não poderá destituir o primeiro-ministro nem remover ministros, e, embora continue chefe supremo das forças armadas, estas ficarão subordinadas à autoridade do conselho de ministros. Já o primeiro-ministro terá agora o poder máximo. Como presidente do conselho de ministros, ele é o responsável pela política do Estado.

Restará discutir o difícil problema da presença de tropas sírias e israelenses no país. Em princípio, o presidente Hafiz Assad, da Síria, comprometeu-se com a Liga Árabe a negociar a saída de suas tropas do Líbano, nos próximos dois anos, a partir do momento em que os acordos políticos ponham fim à guerra civil.

A este ponto é que se apegou o general Michel Aoun, responsável pelos últimos seis meses de confrontos em Beirute, para tentar inviabilizar o Acordo de Taif. O general tem repetido que, antes de tudo, é preciso a retirada das forças sírias. E o assassinato de Muawad mostra que Aoun é muito mais que um simples general teimoso.

O assassinato do presidente Muawad, toda uma vida dedicada à paz e ao respeito democrático entre os libaneses, é um crime contra o Líbano, um desafio à comunidade internacional e uma aberração: em nome do cristianismo, símbolo da convivência pacífica entre os homens, oprime-se, mata-se ou se manda matar, como acaba de ocorrer na martirizada Beirute.

Uma ocupação esquecida

Os nacionalistas do sul do Líbano mantêm a luta, apesar da estratégia de linha dura utilizada por Israel

Salim Madi e Jeanne Butterfield*

No final do ano passado, Suha Beshara visitou a esposa do general Antoine Lahad, comandante do Exército do Sul do Líbano, de quem se fez amiga em um ginásio de sua cidade. Quando o general se aproximou para cumprimentá-la, Beshara sacou uma arma e disparou à queima-roupa.

O atentado, protagonizado por esta jovem militante cristã da Frente Libanesa de Resistência Nacional-FLRN, colocou novamente em primeiro plano a ocupação, por parte de Israel, de um pedaço importante de território no sul do Líbano, parcialmente esquecido pelo noticiário internacional, devido à magnitude dos combates entre as forças cristãs do general Michel Aoun e os soldados sírios, em Beirute. O atentado contra o comandante da milícia pró-israelense repercutiu profundamente. Gravemente ferido, Lahad permaneceu vários meses hospitalizado.

Suha Beshara, imediatamente presa e conduzida a Israel, foi submetida a interrogatórios e torturas por agentes do Exército do Sul do Líbano. Seus pais também foram detidos e sua casa, dinamitada, segundo a tática utilizada pelas forças israelenses em represália às ações militares dos nacionalistas libaneses ou palestinos. Na aldeia onde Suha vivia, foi imposto um prolongado toque de recolher, a população se viu privada de alimentos e sessenta pessoas foram presas.

Esses incidentes servem para retratar a vida nas áreas ocupadas há 11 anos por Israel, que se estendem ao longo da

fronteira, em uma faixa que tem de 15 a 45 quilômetros de extensão e chega a poucos quilômetros de Saida, uma das cidades mais importantes do Líbano. Mais de 350 mil pessoas vivem nas 171 aldeias e pequenas cidades da região. Antes da grande invasão israelense de 1982, somente 54 aldeias haviam sido ocupadas.

A princípio, os israelenses organizaram a milícia armada, chamada Exército do Sul do Líbano e recrutada, exclusivamente, entre os cristãos libaneses. Seu dever era controlar a zona ocupada e proteger a minoria cristã, que consideravam vítima da violência das outras comunidades. A milícia estava respaldada pelo exército de Israel.

Depois de 1982, Israel começou a oferecer altos salários para os que aceitassem ingressar nessa tropa, e assim conseguiu incorporar libaneses de outras comunidades religiosas. Contudo, apesar dos salários de várias centenas de dólares, numa região onde a remuneração média é de 30 dólares e a desocupação alcança 30% da população economicamente ativa, o número de efetivos não supera os mil homens e o moral da tropa é baixo.

Preparando uma anexação definitiva

— Israel alega que a região ocupada funciona como um cinturão de segurança, contra os ataques do que chama de "terrorismo palestino" e "extremismo xiita".

Por essa razão, os palestinos não são autorizados a permanecer no território libanês ocupado e há indícios de que o exército invasor busca anexar definitivamente a região, desviando para Israel as fontes de abastecimento de água e explorando a terra, de acordo com seus interesses nacionais. Nesse contexto,

* O censo não-oficial, feito em 1984 (portanto, 58 anos depois do realizado sob domínio francês) deu os seguintes resultados: Líbano — 3,1 milhões de habitantes; muçulmanos — 53,8% (dos quais a maioria é xiita); cristãos — 46,2%.

ORIENTE MÉDIO

uma administração civil foi designada para governar a região ocupada, por procuração das forças que comanda o general Lahad.

Os israelenses impuseram restrições à livre circulação de pessoas, isolando o território ocupado do resto do Líbano. Os que residem fora dessa zona devem contar com permissão das autoridades libanesas e israelenses para entrar no território ocupado, onde vigora o toque de recolher. Em 1988, durante três meses, os habitantes de quatro aldeias foram proibidos de sair da zona ocupada, porque se negaram a colaborar com a administração civil e a ingressar na milícia.

Uma série de medidas, que inclui o confisco de terras e a redefinição da linha fronteira, subtraiu do Líbano importantes fontes de provisão de água e de terras cultiváveis, aumentando sua dependência de Israel. Por outro lado, ao impor altas taxas tributárias sobre a circulação de mercadorias, pessoas e veículos que se dirigem ao norte do Líbano, as autoridades da zona ocupada pretendem que o povo se volte para o sul, para Israel. Da mesma forma, ao proibir que a população se dedique às áreas agrícolas ou estabeleça vínculos comerciais com empresas ou fábricas que se encontram fora da região ocupada, os israelenses incentivam a dependência e provocam o aumento do desemprego.

Israel utiliza a mão-de-obra dos imigrantes do Líbano para substituir a dos palestinos que, com o início da *intifada*, decidiram boicotar o trabalho no campo e nas fábricas judaicas.

Controle da água – A forma de administrar os mananciais – em uma região onde a água é escassa – é talvez o feito que melhor ilustra as intenções das autoridades de Tel Aviv. Dez povoados e aldeias da região ocupada foram conectados à rede de águas de Israel. Dessa forma, não só perderam o controle sobre seus próprios recursos hídricos como devem pagar as tarifas à empresa israelense.

Os soldados também colocaram arame farpado nas linhas fronteiriças por eles definidas, queimaram campos e intimidaram os agricultores. Construíram novas estradas e interligaram as

áreas recentemente divididas. Não é por acaso que o traçado da nova fronteira margeia as áreas com abundância de água.

Entretanto, o que está em jogo não é somente o controle dos recursos naturais ou a possibilidade de obter vantagens no plano econômico. A ocupação do sul do Líbano proporciona a Israel uma base que permite montar operações militares rápidas contra os nacionalistas libaneses. O recente sequestro, por parte de um comando, do líder xiita libanês Abdel Karim Obeid, em Saida, é um exemplo disto. A partir do sul, a força aérea mantém sob controle as forças nacionalistas do Líbano e limita sua capacidade de ação contra os falangistas pró-israelenses, que atuam mais ao norte.

Israel sempre preferiu um Líbano débil, dividido política e territorialmente entre seitas antagônicas. Assim, o governo central – exercido por cristãos maronitas – tinha que buscar os favores e a proteção do seu poderoso vizinho do sul. Os israelenses consideram, que sua imagem internacional pode ser favorecida pela existência, em sua fronteira norte, de um mini-estado cristão, que conviva, pacificamente, com as comunidades xiitas e drusas.

Contudo, os objetivos de Israel continuam frustrados pela forte resistência libanesa à ocupação. A FLRN realiza ataques armados, muitas vezes em cooperação com a organização Resistência Islâmica, integrada por fundamentalistas da milícia *Hezbollah* (Partido de Deus).

Um símbolo – O atentado de Suha Beshara contra o general Lahad repercutiu, profundamente, na sociedade libanesa. Desde que a jovem foi presa, realizaram-se campanhas populares de apoio, manifestações e greves de solidariedade, nas regiões nacionalistas. A jovem militante cristã, ao sacrificar seu futuro, comoveu a opinião pública, cansada do sectarismo característico da luta no país. O atentado de Beshara se converteu em símbolo de um Líbano não-sectário e progressista, almejado, principalmente, pelos mais jovens.

No entanto, a repressão no sul aumenta. Quase 150 mil pessoas, de um total de 350 mil, foram obrigadas a deixar a região ou saíram voluntariamente. As expulsões arbitrárias são frequentes



O destino de conviver com a guerra

e a população das aldeias é castigada em massa. Na prisão de Khiam, militares israelenses mantêm mais de 500 presos libaneses. Com o argumento de que a prisão é controlada pela milícia, como toda a região ocupada, Israel não autoriza a visita aos presos da Cruz Vermelha Internacional, nem de nenhuma outra instituição de defesa dos direitos humanos.

Alguns prisioneiros libertados têm denunciado as terríveis condições da detenção, que inclui a prática de torturas. Os presos não têm direito a qualquer amparo legal nos tribunais, não são assistidos juridicamente, nem têm autorização para manter contatos com o exterior. As normas internacionais são ignoradas. Em poucos meses, morreram sete reclusos, devido a torturas e enfermidades.

O futuro de Suha Beshara é incerto. Depois dos interrogatórios e torturas que sofreu em Israel, foi levada de volta ao sul do Líbano e entregue à milícia do general Lahad. As leis israelenses não contemplam a pena de morte. Porém, no sul do Líbano, a pena de morte está em vigor e Lahad anunciou que pretende presidir, pessoalmente, o tribunal militar que julgará Suha Beshara.

O governo libanês enviou às Nações Unidas uma dura nota diplomática, pedindo sua intervenção no processo contra a jovem militante da FLRN. O governo sustenta, que o caso deve ser julgado de acordo com as leis libanesas, porque teve lugar em seu território e envolveu dois dos seus cidadãos. A milícia comandada por Lahad, afirma o comunicado, não é reconhecida pelo governo libanês.

* Salim Madi e Jeanne Butterfield são colaboradores do periódico norte-americano "The Guardian", de onde este artigo foi extraído

Tibet: em busca de um novo acordo

O Dalai Lama, líder político e espiritual tibetano, Prêmio Nobel da Paz de 1989, busca renegociar a situação de seu país com os dirigentes chineses, propondo a autonomia ao invés da independência

Ellen H. Simpson

A luta nacionalista do Tibet ganhou projeção inesperada, quando, no dia 5 de outubro, o Dalai Lama Tenzin Gyatso, líder espiritual do Tibet, recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1989, por sua luta pacífica de resistência contra a dominação chinesa sobre seu país. O Dalai Lama foi indicado para o prêmio oito anos consecutivos e, este ano, concorria com Nelson Mandela, da África do Sul (que tinha contra si o fato de que outro sul-africano, o bispo anglicano Desmond Tutu, fora o vencedor em 1984) e o ex-presidente Ronald Reagan, entre outros. O prêmio, recebido com alegria pelo Dalai Lama, que soube da vitória enquanto participava de uma conferência nos Estados Unidos, foi considerado como o "fim do isolamento da luta do povo tibetano do resto do mundo", por alguns dos seus colaboradores mais próximos.

Dos dois milênios de história do Tibet, os últimos 500 anos foram caracterizados pela influência de quatorze sucessivos dalais lamas, venerados como encarnações de Buda. Assim como na Mongólia, Siquim e no Butão, o budismo é a religião majoritária também no Tibet, onde toma a forma de lamaísmo¹, no qual o Dalai Lama é o líder indiscutido, que rege os assuntos políticos e espirituais da nação.

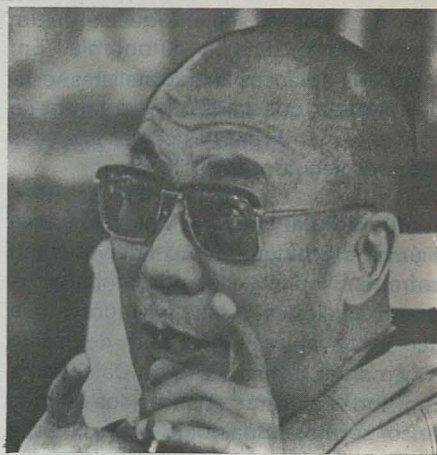
Também chamado de o teto do mundo, devido aos seus extensos planaltos e picos montanhosos, que chegam a mais de 6 mil metros de altura, o Tibet foi incorporado à China no final do século passado, mas, manteve sua autonomia política e religiosa. Em 1911, proclamou-se um Estado separado, como resultado de um movimento que defendia sua independência. Mas, em 1950, um ano depois do triunfo da re-

volução maoísta e da proclamação da República Popular da China, o governo de Pequim recuperou o controle do território e promoveu o que se conhece como reforma democrática, estabelecendo mudanças profundas na sociedade tibetana, definida pela linguagem maoísta como escravista e feudal.

Os nacionalistas não se resignaram à anexação e iniciaram uma rebelião armada, sufocada pouco depois, com um saldo de mais de dez mil mortos, segundo fontes ocidentais. Uma vez controlada a situação, foram abolidas as diversas formas de exploração sofridas pela população mais pobre e as propriedades rurais, dos que participaram da rebelião, foram repartidas entre os sem-terra. Segundo a versão oficial chinesa, "tudo transcorreu tranquilamente no Tibet até 1966, quando começou, tal como em todo o país, o fenômeno da Revolução Cultural". Seja porque efetivamente houve alguma relação com a Revolução Cultural, seja porque o sentimento independentista sempre se manteve latente, o fato é que, desde então, surgiram choques esporádicos – pouco conhecidos no exterior – entre forças autonomistas e tropas chinesas, que chegaram a um clímax em março último.

Nesta época, a capital do Tibet, Lhasa, foi cenário de uma violência inusitada, tanto da parte dos nacionalistas como das forças chinesas, que reprimiram as manifestações de milhares de tibetanos com gás lacrimogêneo e granadas. Há dois anos que a China vinha enfrentando dificuldades, para manter o controle do Tibet.

Em busca do diálogo – O desgaste levou o governo de Pequim a buscar uma aproximação com Tenzin Gyatso, o líder espiritual do Tibet, venerado como o décimo-quarto Dalai Lama. Gyatso fora obrigado a exilar-se na Índia em 1959,



Dalai Lama: uma postura conciliatória

onde proclamou um governo no exílio (não-reconhecido por qualquer país do mundo), numa localidade situada em meio aos picos gelados do Himalaia. Com ele, outros cem mil tibetanos refugiaram-se na Índia.

Um reconhecido lutador pela liberdade e direitos humanos de seu povo, o Dalai Lama sempre reivindicou a independência do Tibet, mas não o fez através de métodos violentos e, à distância, procurou conter os ânimos dos jovens tibetanos, que pregavam a luta armada para resistir às tropas de ocupação.

Numa conferência que fez em Estrasburgo, diante do Parlamento Europeu, em junho de 1988, deu sinais de que estaria disposto a adotar posições mais flexíveis e optar por uma autonomia relativa. Ou, como ele prefere chamar, um meio termo, se o governo da China estiver de acordo.

Esse meio termo, entre as aspirações de independência dos tibetanos e os interesses geopolíticos de Pequim, poderia se definir através de um novo estatuto legal para o território, que reconhecesse certos direitos nacionais do povo tibetano, sem que fosse proclamada sua independência. Segundo o

ponto de vista do Dalai Lama, o Tibet pode conservar sua cultura e identidade sem necessidade de "uma separação completa da China". Assinale-se, que "o meio termo" é um ideal budista, segundo o qual o homem não é escravo nem inimigo do mundo que o rodeia.

Numa recente visita a Nova Iorque, o Dalai Lama referiu-se a seu papel como líder do Tibet e a seu enfoque sobre um novo acordo para a autonomia. Em meio aos aplausos dos jornalistas, o líder admitiu que não é fácil a tarefa de convencer os dirigentes chineses e seus próprios seguidores tibetanos.

O último Dalai Lama? – Mas, não é essa a única dificuldade que o líder tibetano enfrenta. Nos últimos anos, empenhou-se em explicar aos seus seguidores que não é conveniente, neste fim de século XX, manter a instituição do Dalai Lama com todas as características dos últimos cinco séculos. Sua idéia é diminuir a dominação temporal e eclesiástica exercida por seu governo e passar do sistema de "designação" do Dalai Lama para uma eleição democrática. Entretanto, de acordo com o que ele próprio explicou em Nova Iorque, os tibetanos opõem-se a sua idéia. De maneira equivocada, para ele, muitos consideram suas propostas como prova de que ele está desanimando, ou que intenta renunciar ou distanciar-se dos assuntos do Tibet.

Mas, o Dalai Lama não desiste de sua proposta e espera utilizar os próximos anos para promover um sistema, no qual ele e seus sucessores conduzam as questões políticas com base em uma eleição, ao invés da reencarnação. Sua visão de mundo e sua percepção religiosa levam-no a questionar, se a liderança espiritual concedida ao Dalai Lama não deveria ser entregue a alguém por suas qualidades ou mediante uma escolha democrática.

Sua própria experiência lhe basta. Ele nasceu no dia 6 de julho de 1935, numa família camponesa pobre da cidade de Chingai (mil quilômetros ao norte de Lhasa e próxima à fronteira com a China), dois anos depois foi reconhecido pelos monges budistas como a reencarnação de Buda e, aos quatro anos, foi entronizado como Dalai Lama.



Índia: refugiados fazem manifestação

Levado para Lhasa, foi instalado no palácio de Potala e educado na filosofia budista até os 15 anos, quando foi proclamado "Deus-rei" do Tibet.

Hoje, com uma postura humilde, Gyatso afirma: "Quando penso em mim mesmo, não penso no Dalai Lama, penso num monge budista. Escolher um menino sem experiência como líder espiritual é algo que não faz sentido".

"Em 1969, eu disse que a instituição do Dalai Lama poderia ou não ser mantida, tudo depende do que o povo tibetano deseja", asseverou. O líder tibetano insiste, que qualquer decisão relativa ao futuro político e religioso de seu país – ainda que através de negociações entre seu governo no exílio e as autoridades de Pequim – deve em última instância depender dos desejos de seu povo, expressos num plebiscito.

O Dalai Lama promulgou, em 1962, uma Constituição para um Tibet Independente e Democrático, que incluía uma cláusula, mediante a qual o Dalai Lama poderia ser processado, caso o povo achasse necessário. Mas, a proposta foi impopular entre seus seguidores e, de fato, seria impossível aplicá-la. Seu governo, com sede em Dharmasala, Índia, procura aplicar a constituição até onde seja possível, nas atuais circunstâncias. Entre os seus órgãos, está uma assembléia de deputados (e-leita) e um ministério de quatro pessoas.

Plano de Paz – Em 21 de setembro de 1987, o Dalai Lama propôs um plano de paz para o Tibet, com os seguintes cinco pontos: 1) criar uma zona de paz e não-violência em todo o território; 2) abandonar a intencionada política de transferência de população da China, que "ameaça a existência dos tibetanos enquanto povo"; 3) o respeito aos direitos humanos e às liberdades democráticas dos tibetanos; 4) a restauração das fronteiras naturais do território, o fim da produção de armas nucleares pela China e do depósito de lixo atômico no Tibet; 5) negociações sérias sobre o futuro

estatuto do Tibet e de suas relações com a China.

No discurso ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, França, o Dalai Lama acrescentou uma outra proposta, segundo a qual o Tibet deve ser um território "autogovernado e democrático", associado à China. Este acordo poderia garantir, que a China mantivesse a "política exterior e responsabilidades de defesa definidas, em relação ao Tibet", destacou.

Em recente reunião bial de funcionários do governo tibetano, foi rechaçada uma proposta de Gyatso para nomear um comitê, que estudaria o sistema de democracia do governo no exílio, incluindo o debate sobre seu próprio papel. "Posso dizer que eu sou muito popular", disse ironicamente em Nova Iorque. "Se continuo como líder, as pessoas devem sentir-se felizes e acreditam que as coisas vão por um bom caminho. Mas, num sentido mais profundo, ainda que eles não sintam, torno-me um obstáculo para uma autêntica atmosfera democrática. Depender apenas de uma pessoa não é bom, não é saudável", acrescentou.

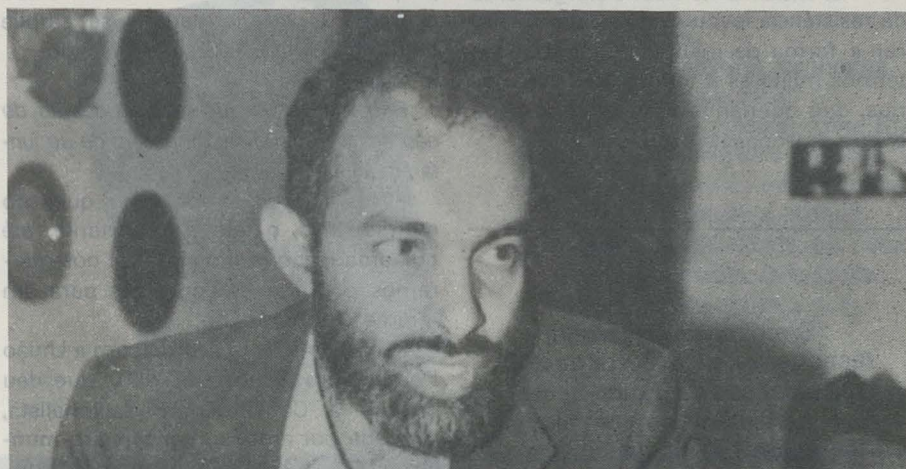
Suas negociações com o regime chinês também atravessam momentos difíceis, graças a sua filosofia de "altruísmo sem limites". A violenta resposta de Pequim às propostas populares de março último – que deixaram um saldo de centenas de tibetanos mortos, em Lhasa – afetaram as relações entre ambas as partes. Da mesma forma, a violência desencadeada pelas autoridades chinesas no princípio de junho, na Praça da Paz Celestial, em Pequim, afeta, inevitavelmente, a causa da autonomia tibetana. O Dalai Lama teme que a linha dura, que retomou o PC chinês, antecipe a forma como Pequim pode abordar o problema do Tibet.

"Esses acontecimentos são muito tristes – afirma o Dalai Lama – mas, acredito que seja apenas um retrocesso temporário. A situação vai melhorar. O desejo de democracia e liberdade são sentimentos básicos do ser humano, que estão em seu sangue".

¹ O lamaísmo não tem deuses, venera apenas os antepassados. A capital do Tibet, Lhasa, é o lugar sagrado onde está a Potala, uma fortaleza que cumpre as funções de templo e é ocupada pelo Dalai Lama. A Potala é o lugar de peregrinação dos lamaístas.

A cartada de Jacarta

O regime do general Suharto, que ocupa militarmente o território de Timor-Leste desde 1975, usa a visita do papa para tentar legitimar a sua presença na antiga colônia portuguesa do Pacífico



Roque Rodrigues: Indonésia promove genocídio, tentando tornar irreversível a ocupação de Timor-Leste, mas a resistência é cada vez maior

Beatriz Bissio

Desde que, em 1975, invadiu o Timor-Leste (a parte leste da ilha de Timor, que faz fronteira com a província indonésia de Timor Ocidental, no oeste da mesma ilha), o regime do general Suharto tem enfrentado dificuldades diplomáticas e políticas. A comunidade internacional lhe cobra a retirada das tropas desse território, que foi colônia de Portugal, e a proclamação da sua independência. O regime de Jacarta é responsável pela morte de duzentos mil cidadãos de Timor-Leste e, para manter o domínio sobre os 700 mil habitantes mauberes, teve que converter a ilha no segundo território mais militarizado do mundo, depois de Israel.

Só esses dados já falam da força da (pouco conhecida no Ocidente) resistência do povo timorense, que atualmente vive uma fase de mudanças. A luta pela

independência e contra a ocupação indonésia vem sendo liderada, por quase quinze anos, pela Frente Revolucionária Timor-Leste Independente-Fretilin, e o seu exército guerrilheiro, as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste Independente-Falintil. Desde o fim do ano passado, criou-se um novo órgão, o Conselho Nacional de Libertação Maubere, que dirige as ações de resistência no interior e no exterior.

Sobre a nova conjuntura da luta de libertação de Timor-Leste, **terceiro mundo** ouviu o membro da direção da Fretilin e embaixador de Timor-Leste na República Popular de Angola, Roque Rodrigues. Apesar dos seus 40 anos, Roque é o que se pode chamar de um veterano da luta patriótica do povo maubere e um dos mais destacados quadros em função, atualmente, no exterior.

Dada a pressão internacional sobre a Indonésia, as autoridades resolveram praticar aquilo que eles chamam "política de

abertura" em Timor-Leste. Em que consiste essa iniciativa política?

- Trata-se de uma concessão, que Jacarta teve que fazer às constantes e crescentes críticas, que, no plano internacional, são dirigidas ao regime do general Suharto. Por isso, no fim do ano passado, as autoridades indonésias convidaram um ministro da Austrália a visitar Timor-Leste, tendo sido acompanhado de 12 jornalistas da televisão australiana. Jacarta esperava que essa visita pudesse constituir-se numa grande cartada ao seu favor. Mas, o tiro saiu pela culatra. Ninguém que esteve em Dili voltou convencido de que os indonésios controlam Timor-Leste. Ao contrário.

Paralelamente, eles convidaram também vários timorenses residentes na Austrália. Todos eles confirmavam, que, mesmo na cidade de Dili, a situação é dramática, com uma grande erupção da resistência, em meio a um clima de terror. Se a "política de abertura" foi feita, só para convencer a comunidade internacional de que, em Timor-Leste não há mais guerra, não parece ter sido muito eficiente. Porém, eles agiram a partir de uma constatação verdadeira: Jacarta jogava, no fundo, com um aspecto, no qual nós temos deficiências, que é a divulgação de informação.

A igreja lançou a proposta de se fazer um plebiscito em Timor-Leste, para ver se, como alega Jacarta, o povo maubere quer a anexação à Indonésia...

- É verdade. Em fevereiro deste ano, quando a resistência se alastrou e atingiu as cidades, onde agem as nossas frentes clandestinas, o bispo de Timor, dom Carlos Felipe Jimenez, que é o administrador apostólico da diocese de Dili, endereçou uma carta ao secretário-

geral das Nações Unidas, na qual chamava a atenção para a violação sistemática dos direitos do homem na nossa pátria. Por outro lado, o bispo apresentava um instrumento para a resolução do conflito: o referendo. Porém, até agora, Jacarta não só não respondeu à sugestão feita por aquele prelado, como joga, atualmente, a cartada da difamação do bispo e da igreja que ele representa.

Continua a resistência armada, ou as manifestações de descontentamento são levadas à frente no plano político?

— A resistência armada não só continua como espalhou-se pela fronteira, entre o Timor-Leste e o Timor indonésio, coisa que não acontecia há alguns anos atrás, mantendo a característica de serem, sobretudo, ações de guerrilha. Hoje, a resistência na sua vertente armada chega, inclusive, a Dili, a capital ocupada, que foi atingida pelas Falintil em janeiro de 89, quando a Indonésia lançou a sua "política de abertura". Em resposta, as Falintil foram até a capital e destruíram um depósito de munições, provocando 84 baixas no dispositivo do inimigo estacionado em Dili.

Quando começou a grande ofensiva militar indonésia?

— A partir de 1986, quando os indonésios começaram a enviar a Timor-Leste, com bastante alarde, forças especiais treinadas em contra-guerrilha. Fora as tropas convencionais, que nunca abandonaram o território, desde a invasão de 1975. Mas, o primeiro responsável militar especializado em contra-guerrilha que lá chegou, no dia 15 de julho de 1986, com um prazo de seis meses para acabar com a insurreição, teve que voltar a Jacarta no dia 10 de dezembro do mesmo ano, sem que seus objetivos tivessem sido atingidos.

Apesar de tudo, em 1987 as Falintil apresentaram um panorama muito positivo, na sua operacionalidade militar. Em 1988, foi mandado para Dili o genro do presidente Suharto, o coronel Prabowo, responsável pelo estabelecimento de ninhos de espionagem em Timor-Leste, fato que reflete o agravamento da situação no interior do território, não apenas no plano militar: nas

zonas ocupadas pelo inimigo, ele enfrenta uma resistência cada vez mais organizada e mais atuante.

Depois desses anos todos em que as Falintil eram o braço armado da Fretilin, o fato da resistência ter se ampliado levou a que a direção da Fretilin achasse conveniente separar as Falintil da Fretilin. Gostaríamos que nos explicasse esse processo.

— Foi exatamente isso: o alargamento da resistência levou os dirigentes a buscar a forma de melhor enquadrar, em termos militares a todos esses voluntários, que queriam aderir à luta armada contra as tropas de ocupação.

"O regime de Jacarta é responsável pela morte de 200 mil cidadãos de Timor-Leste e, para manter o domínio sobre os 700 mil habitantes mauberes, teve que converter a ilha no segundo território mais militarizado do mundo, depois de Israel"

Quer dizer que é maior, agora, o número de cidadãos de Timor-Leste, que integram o exército de libertação, sem que isso signifique que pertencem a Fretilin. Atualmente, nenhum cidadão timorense é obrigado a ser militante da frente de libertação para se incorporar à luta armada. Antes, não sendo militante da Fretilin, dificilmente poderia ser um ativo militar patriótico. Por isso, e respondendo a essa necessidade de enquadrar, apropriadamente, o alargamento da resistência, a direção da Fretilin decidiu separar as forças armadas da Frente.

É um conceito muito mais pluralista. Agora, as Falintil não são um exército de libertação nacional. São o exército nacional para a libertação de Timor-Leste.

Aparentemente, a pluralidade teria que se dar no plano político, e depois o braço militar executar uma política...

— Sim, poderia ser assim. Aparentemente, é contraditório. Mas, é que agora, nós pensamos que, de fato, o principal papel histórico cabe às Falintil, que são o exército de um país ocupado. Pensamos, que esse fato de a participação de cidadãos timorenses no exército não ser partidária, vai permitir que a própria resistência no seu todo — e não apenas na parte armada — se amplie também. É o que está se verificando.

São muitos os que fazem questão de não se filiarem à Fretilin, porém de se juntarem à luta?

— Nós não podemos dizer que são muitos. Mas, o fato é importante, até por uma razão muito simples: nós queremos preparar as condições para um regime pluripartidário.

A Fretilin fez um acordo com a União Democrática Timorense-UDT, que deu origem à Convergência Nacionalista, formada por ambos. (Ver **terceiro mundo**, nº 121, p.37: "Suharto perde o controle"). É sabido de toda a gente, que a UDT não tem, no interior do país, um contingente militar. De forma que, se as Falintil continuassem a ser o braço armado da Fretilin, estaríamos numa situação de desigualdade perante a UDT.

Se nós desejamos preparar as condições, agora, para que o nosso país seja, no futuro, um país pluripartidário, não faz sentido que uma das organizações tenha de início uma vantagem enorme sobre a outra, vantagem essa que se traduz na existência do exército de libertação, que pode manobrar e impor condições. Por isso mesmo, a Fretilin deixou de controlar as Falintil.

Shanana Gusmão, esse grande símbolo da nossa luta, é o comandante-chefe das Falintil. Mas, para isso, esse homem, no qual a nação inteira se reconhece, deixou a direção da Fretilin, para passar, exclusivamente, ao comando das Forças Armadas de Libertação Nacional.

Fora essa mudança no plano militar, houve, também, ajustamentos na estrutura política da resistência, com o surgimento de novas estruturas. Como é a nova orga-



Dili: enquanto oficiava missa, o papa pôde ver o protesto popular e as bandeiras da Fretilin, além da repressão indonésia

nização do povo maubere?

— O povo maubere já tem sob o seu controle áreas do país, que foram libertadas. Esses territórios devem ser administrados e, para isso, existem estruturas adequadas. Por isso, se criou um órgão chamado Conselho Nacional de Libertação Maubere-CNLM, composto de dois departamentos distintos, porém inseparáveis. No plano interno, esse conselho tem o comando das Falintil, que é um órgão político-militar da resistência e está sob a chefia de Shanana Gusmão.

Seria ele o embrião do pluripartidarismo?

— Sim. O Conselho Nacional de Libertação Maubere efetivamente acaba por ter matizes. No plano externo, existe a Delegação da Resistência em Serviço no Exterior-DRSE, que já não é mais da Fretilin. É, no fundo, da Convergência Nacionalista, cujos responsáveis principais são o camarada Abílio Araújo, da Fretilin, o dr. Paulo Pires da UDT, e o monsenhor Martinho da Costa Lopes. Obviamente, essa Delegação da Resistência em Serviço no Exterior nada pode fazer, sem que esteja articulada com o comando-chefe. Os dois órgãos distintos, mas inseparáveis, formam o Conselho Nacional de Libertação Maubere.

Isto, a partir de quando?

— Desde 31 de dezembro de 1988.

Este conjunto de alterações, que foram feitas no seio da resistência, recebeu o nome de "programa de reajustamento estrutural da resistência".

Esta nova estrutura já tem mostrado resultados? Responde a esta nova etapa?

— Sim. No plano militar, é claríssimo que há uma resposta positiva, que se apresenta convincente. Não devemos esquecer, que Timor-Leste é o segundo território mais militarizado do mundo, depois de Israel, que tem, por cada mil cidadãos, 43 efetivos militares. Timor-Leste aparece em segunda posição, com um pouco mais de quarenta efetivos militares do exército invasor, por cada mil cidadãos timorenses. Essa é, por si só, uma prova de que a guerra continua em Timor. Quando o inimigo quer convencer de que a guerra acabou, de que a situação é calma, estão aqui os melhores dados. E nós temos que responder, militarmente, a esse desafio.

Mas, não é só do ponto de vista da militarização que Timor-Leste pode ser comparado a Israel. Também pela política do governo de Jacarta de deslocar colonos da Indonésia para o território, visando a alterar a demografia local...

— Efetivamente. Com a "política de transmigração", a Indonésia procura reduzir a população de Timor-Leste à condição de minoria dentro de sua pró-

pria pátria. O nosso povo é vítima de uma política semelhante à que o estado sionista aplica nos territórios árabes ocupados.

E há outro aspecto desse problema: a par da emigração forçada de indonésios para Timor-Leste, existe uma política de esterilização de mulheres timorenses. As nossas mulheres em idade fecunda são obrigadas a aceitar a injeção de um contraceptivo, que seis meses depois as torna estéreis.

O nosso país tem terra suficiente para alimentar seis milhões de pessoas. Nós não chegamos a um milhão. O que o governo da Indonésia pretende com essa política de esterilização é acabar com a identidade maubere.

Quanto imigrantes indonésios já estariam radicados lá?

— É difícil dizer, porque, particularmente neste ano, com o aumento da guerra nas fronteiras, muitos deles tiveram que se retirar. Há quem diga que, na cidade de Dili — que tem mais de 100 mil habitantes — cerca de 50% já são indonésios. O que é inegável é que eles são minoritários em Timor. Mas, é evidente que, com a política de esterilização forçada e com a política de transmigração, corremos o risco de nos tornarmos minoria em nosso próprio país.

Atualmente, qual seria a população maubere?

– Os dados da igreja apontam para cerca de 700 mil.

Isto seria a população que está residindo no país?

– Sim. Há uma parte da população no exílio, mas é minoritária. Há dois mil exilados em Portugal e 15 mil na Austrália. O número de cidadãos fora do país é mínimo. Os timorenses não emigram, preferem morrer no seu país. Esta é a realidade.

Como se exerce a repressão nas cidades?

– O exemplo mais representativo do tipo de controle que exerce o regime da Indonésia sobre a população maubere – e também da resistência à ocupação – é o fato de, em cada casa timorense, o chefe de família ser obrigado a afixar uma lista na porta. Se, a qualquer hora da madrugada, a polícia secreta indonésia chegar e verificar que o número de

pessoas na casa não é o mesmo da lista, imediatamente o chefe de família é preso, interrogado e torturado. Todas as casas têm a relação, é obrigatório.

De noite, ninguém pode visitar ninguém, porque a polícia acha que estão conspirando. Não há toque de recolher nem nada, esse tipo de medida é a forma de controle. Como Dili é pequena, esse controle, casa a casa, é possível.

O fato de um governo muçulmano ter sentido a necessidade de convidar o papa João Paulo II, a visitar a Indonésia e também o território de Timor-Leste, demonstraria que a Indonésia sente-se pressionada pela comunidade internacional?

– Sem dúvida. A Indonésia procura jogar com todas as forças que lhe podem ser favoráveis. É nesse contexto que se enquadrou a visita do papa a Timor-Leste.

O isolamento internacional fez com que a Indonésia procurasse manipular o Vaticano. E conseguiu que, no dia 9 de

outubro passado, por quase 5 horas, o papa visitasse Timor-Leste, no contexto da visita à Indonésia, Coréia do Sul e Ilhas Maurício.

Mas, em Dili, enquanto João Paulo II celebrava a missa, importantes manifestações nacionalistas ocorriam nas redondezas, chamando a atenção para o problema da ocupação ilegal do território, por parte do governo de Jacarta.

Por que o Vaticano se prestou a esse papel? Quais são as relações de Jacarta com a igreja católica?

– É necessário historiar um pouco. Em 1981, as forças armadas indonésias desencadearam uma notável repressão contra os nossos combatentes, ficando essa ofensiva conhecida por “operação extinção”. Em setembro de 81, as autoridades de ocupação realizaram um autêntico massacre, numa região chamada Lacluta.

Na ocasião, o administrador da diocese de Dili, o monsenhor Martino da

Solidariedade

O embaixador Roque Rodrigues visitou o Brasil no contexto do II Encontro de Jornalistas de Língua Portuguesa, que teve lugar em Brasília, em outubro.

No I Encontro, em Lisboa, foi aprovada moção de “solidariedade total e incondicional a Timor-Leste” e a representação do povo maubere foi convidada para o encontro de Brasília, na condição de observador permanente, já que, dadas as condições de país ocupado, Timor-Leste não podia participar como membro de pleno direito.

“Como organização, já tínhamos estado no Brasil. Já tínhamos conhecido o calor da solidariedade do povo brasileiro à luta do povo maubere”, afirma o embaixador Rodrigues. “Para mim, como pessoa, no plano pessoal – acrescenta – foi uma experiência maravilhosa. Fiquei admirado com a maneira fraterna com que a delegação da Fretilin foi recebida”.

Para dar continuidade à solidariedade brasileira à causa de Timor-Leste, o embaixador Rodrigues dá algumas sugestões: “Nós estamos com Comitês de Solidariedade em várias partes do mundo e esperamos que o governo português realize, no próximo ano, uma Conferência de Solidariedade a Timor-Leste. Nós pensamos, que o Brasil deve se juntar ao grupo dos países de língua portuguesa, que tem posições ativas para com Timor-Leste. Foi correta a posição do presidente José Sarney, na Assembléia-Geral das Nações Unidas, quando falou sobre Timor-Leste. É necessário construir uma rede de solidariedade. Eu creio, que, numa próxima visita da Fretilin ao Brasil, ela vai ser

uma realidade. Convidaria os brasileiros amigos, que querem informações sobre Timor-Leste, a se dirigirem ao escritório de informação da Fretilin em Portugal. O endereço é: Escritório de Informações da Fretilin – Rua Caetano Alberto, 19 – Lisboa, 1000 – Portugal. Através desse escritório em Lisboa, será possível receber informações”.

Consultado o embaixador a respeito de um Núcleo de Solidariedade a Timor-Leste existente em Curitiba, ele afirmou: “Nós, enquanto organização, enquanto Fretilin, não conhecemos as pessoas que prestam solidariedade à luta do nosso povo em Curitiba. Preferimos que sejam contatadas as pessoas que são da Fretilin, que pertençam a nossa estrutura, com pessoas responsáveis e que sejam reconhecidas pela nossa direção da luta no plano interno”.

“Quando aparece alguém, apresentando-se como “general” ou como “ministro” de Timor-Leste, desacredita a si próprio e burla as pessoas com quem se relaciona. Não existem generais nas Forças Armadas de Libertação de Timor e não existem ministros de Defesa. O comandante-chefe das Forças Armadas de Libertação Nacional é Chanana Gusmão, e os membros do estado-maior não têm ainda o qualificativo de generais. Portanto, pensamos que todo brasileiro, que deseje manifestar a sua solidariedade para com Timor-Leste, deve contatar as pessoas corretas. Por isso, convidaríamos todos aqueles, que, de uma forma bela, querem prestar solidariedade à nossa causa e se identificam com o que é justo para o nosso povo, a se dirigirem ao escritório da Fretilin, em Lisboa”.

Reconhecimento europeu

O Parlamento Europeu, formado pelos 12 países da CEE, votou resoluções, que, por quase unanimidade, reconhecem o direito de Timor-Leste à independência. Os representantes da Comunidade Econômica Européia reconhecem ainda, haver um genocídio físico e cultural no país, e também consideram necessário que a Convergência Nacionalista, formada pela Fretilin e a UDT, seja incluída no processo de negociação, no âmbito da Resolução 37/30, da Assembléia Geral das Nações Unidas. Finalmente, o Parlamento Europeu exige a retirada das tropas indonésias do território de Timor-Leste, para que se faça um referendo, supervisionado pela ONU e sem qualquer interferência militar.

Esta vitória obtida no Parlamento Europeu inquietou os ingleses. Os nacionalistas timorenses consideram, que, a partir de 1986, ano em que Portugal se tornou membro de pleno direito da Comunidade Econômica Européia, a frente diplomática está mais ativa. Isso é favorável à luta, pois o Estado português reconheceu, de fato, que a Convergência Nacionalista é o legítimo representante do povo de Timor.

Costa Lopes, denunciou esse massacre, a ocupação ilegal e a onda de violência, que continuamente se abate sobre o nosso povo. Em 1983, por pressão feita pelo regime de Jacarta sobre o Vaticano, dom Martino foi afastado da diocese de Dili. Nós entendemos, que o Vaticano se submeteu à pressão dos generais genocidas de Jacarta. Em seu lugar, foi colocado um padre salesiano, muito jovem e que é o atual administrador da diocese, o bispo dom Carlos Felipe Jimenez.

Mas, as sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento contra a população timorense e o terror generalizado fizeram com que dom Carlos to-

masse uma posição, e nisso teve o apoio completo da esmagadora maioria dos sacerdotes, que compõem a igreja patriótica de Timor-Leste. Salvo vergonhosas exceções, a igreja está contra essa guerra de genocídio e contra a ocupação.

São tão evidentes esses signos do terror e das más condições de vida do nosso povo, que eles mesmos o reconhecem, mesmo sem querer. É o que aconteceu, quando o próprio governador fantoche nomeado por Jacarta, o engenheiro Mário Carascalão, confirmou que 70% da população de Timor sofrem hoje de tuberculose. Esse dado não é nosso: foi apresentado à imprensa pelo próprio governador. Então, onde está o desenvolvimento apregoado pela Indonésia? Desenvolvimento se casa com a tuberculose?

Mas, voltando ao caso da visita do papa: d. Carlos Felipe começou a cobrar da comunidade internacional a atenção aos massacres em Timor-Leste. Dirigindo-se ao secretário-geral das Nações Unidas, o bispo disse: "A cada dia que passa, nós, timorenses, morremos como povo e como nação".

No ano passado, através de pressão do monsenhor Calanine, núncio apostólico, ou seja, representante de Sua Santidade o Papa, em Jacarta, houve tentativas de levar a resistência à rendição. Mas, isso não aconteceu.

Pelo contrário, a resistência aumentou. Em consequência, a essa altura, o Vaticano enviou a Timor, a fim de preparar a visita do papa ao nosso país, um padre italiano, de nome Tucci. Esses dois senhores, o reverendo Calanine – que é um bom amigo dos generais da Indonésia – e o padre Tucci foram os responsáveis pela organização da visita do papa a Timor-Leste.

A igreja de Dili não desejava a visita do papa. E não porque tenha algo contra Sua Santidade. Mas, é que gostaríamos de recebê-lo num país livre, não num país ocupado.

Um dos organizadores da visita, numa atitude pouco digna para um prela-



João Paulo II fez o jogo de Suharto, a quem cumprimenta

do, acabou por perguntar: "O que são 400 mil católicos de Timor, frente aos milhões da Indonésia?". Pela formação cristã que recebi, Cristo teria abandonado todas as suas ovelhas para salvar uma. O padre Tucci, nem esse ensinamento de Cristo reteve.

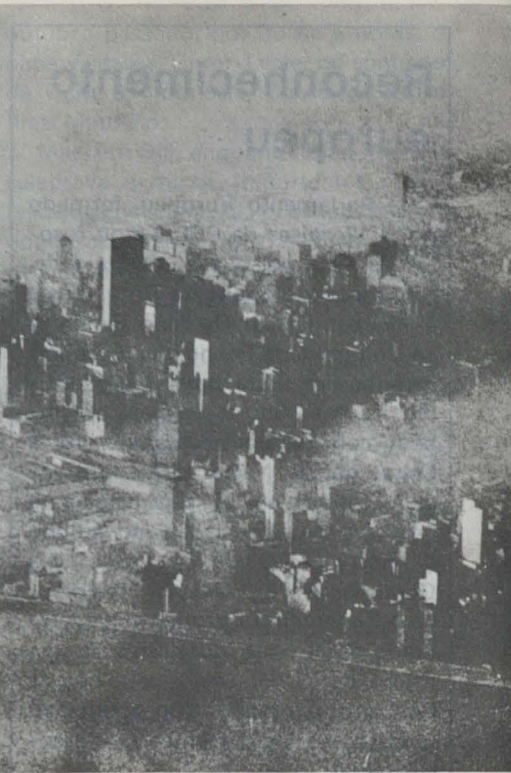
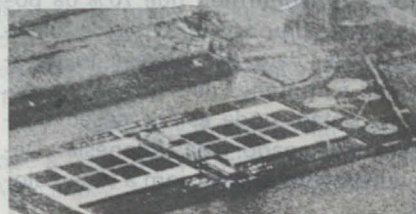
Vocês interpretam a visita do papa a Timor-Leste como uma espécie de homologação da anexação por parte do Vaticano?

– Exatamente. O Vaticano recebeu, antes da visita do papa, os dirigentes da Convergência Nacionalista. Foram recebidos pelo ministro do Estrangeiro do Vaticano, monsenhor Fontana, e pelo monsenhor Dourim. Pois bem, a impressão da Convergência é essa: Timor-Leste desapareceu do itinerário do papa. Foi incluído na visita à Indonésia, anexando-o, de fato. Quando o papa viaja a dioceses independentes, o Vaticano põe assim: visita à diocese de Jacarta, à diocese de Dili, à diocese de Seul, etc.. Mas, o nome de Timor-Leste desapareceu. Figurava dentro do itinerário interno da Indonésia. Esse primeiro sinal é preocupante.

O segundo, é que o papa não emitiu nenhum selo sobre Timor-Leste. Quando o papa viaja, o Vaticano emite selos. Nessa viagem, deveria emitir quatro selos: da República da Coreia do Sul, da Indonésia, de Timor-Leste, e das Ilhas Maurício. Mas, só apareceram três. Isso quer dizer que Timor-Leste não é, para o Vaticano, uma nação independente, como merece ser.



Nas cidades e grandes centros industriais, já ocorrem períodos críticos, em que a poluição atmosférica forma uma espessa camada de fuligem sobre a região e começa a estimular o uso de máscaras nas ruas. O material em suspensão atua como um forno para o ar



O efeito estufa

A iminência de uma catástrofe planetária possibilita novos estilos de vida e de relações entre o Norte e o Sul

Sob um teto de vidro, os agricultores cultivam flores ou tomates em pleno inverno. Numa estufa, o vidro dos tetos e paredes deixa os raios de sol penetrarem. Ao refletir-se sobre o piso, ou nas plantas, transformam-se parcialmente em calor, que o vidro não deixa escapar e a temperatura ambiente é consideravelmente superior à exterior.

Alguns gases da atmosfera atuam sobre a Terra de maneira similar ao vidro da estufa: impedem que a Terra dissipe no espaço, durante a noite, tudo o que esquentou durante o dia e transformam o planeta numa gigantesca estufa, na qual a temperatura sobe dia a

dia. Nos últimos cem anos, a temperatura média da Terra aumentou meio grau Celsius, segundo medições realizadas com margem de erro inferior a um centésimo de grau. Caso as tendências atuais continuem, até o ano 2035 os gases do efeito estufa terão duplicado na atmosfera e a temperatura média terá se elevado entre 2 e 5 graus Celsius. Para se ter uma idéia do que isso significa, basta saber que uma mudança 3 e 4 graus foi o que provocou o fim da última era glacial na Terra.

Previsão de catástrofes – Nem todas as análises sobre o efeito estufa coincidem sobre como medi-lo e em que quanti-

dade, efetivamente, se aquecerá a Terra. Mas, todos estão de acordo que as mudanças climáticas já estão acontecendo; que os níveis pluviais mudam com efeitos maléficos para a agricultura; que a posição dos desertos mudará; que aumenta a possibilidade de secas cada vez mais graves; que furacões e inundações tendem a ser mais frequentes.

E a ameaça maior ainda é que, ao se derreter o gelo dos pólos, os níveis dos mares aumentará, afetando grande parte da humanidade, que vive no litoral.

Convencidas de que "cada uma dessas consequências terá impactos econômicos e políticos arrasadores", e que "muitos deles atingirão os países menos preparados para enfrentar rigores climáticos", ou seja, os do Terceiro Mundo, Organizações Não-Governamentais-ONG, interessadas em ecologia, realizaram várias reuniões ao longo de 1988, e, depois de um árduo processo de consultas, produziram o documento, "Opções políticas para deter as mudanças climáticas", apresentado na reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-Pnuma.



percebe o impacto local, a ação se dilui, ao sentir-se impotente para enfrentar um assunto universal. O Centro de Enlace para o Meio Ambiente se dedica, precisamente, a contribuir com as ONGs, que trabalham sobre esses vínculos do local e do universal, apoiar as solicitações e propor soluções. Não são alternativas fáceis ou recomendações ambíguas. As ONGs consideram que o modelo de desenvolvimento, que foi adotado nos últimos séculos, é em si a força motriz responsável pelo efeito estufa: o uso ineficiente e irracional de recursos, desperdício, consumo excessivo e ignorância das consequências de longo prazo na busca de benefícios imediatos. Uma solução duradoura para o problema da mudança de clima implica, consequentemente, promover modelos alternativos de desenvolvimento e apoiar estilos de consumo apropriados", assinala o ambientalista.

As causas – O dióxido de carbono ou anidrido carbônico (CO₂) é responsável pela metade do aquecimento atual. A presença de dióxido de carbono na água e na atmosfera é essencial para a vida. Pelo processo de fotossíntese, as plantas absorvem carbono do ar e o transformam em matéria orgânica. A respiração das plantas e do solo (decomposição de matéria orgânica), ao mesmo tempo, libera dióxido de carbono na atmosfera. Um fenômeno similar ocorre nos mares, tanto pela ação dos seres vivos (algas e plantas, fundamentalmente) como por difusão físico-química do gás na água.

O homem altera esse equilíbrio com a queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão), que liberam cinco bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera a cada ano, e com o desmatamento e queimadas de florestas tropicais (pelo carbono liberado ao queimar madeira e plantas e pela redução da fotossíntese), que agregam outros dois bilhões de toneladas. Os "pulmões naturais" (mares e florestas do planeta) só absorvem a metade deste carbono e, assim, cada ano o efeito estufa cresce com 3 bilhões de toneladas adicionais de carbono na atmosfera. E o consumo de combustíveis aumenta, dia a dia.

Os Estados Unidos são responsáveis



Queimadas: partículas e menos oxigenação

por um quarto do total de consumo mundial de combustíveis fósseis, seguidos pela União Soviética e Europa Ocidental, com um quinto cada um, a China com um décimo e o Japão com um vigésimo. O Terceiro Mundo, em seu conjunto contribui com menos de um quinto do consumo mundial de combustíveis fósseis. Nos países do Sul, estão a quase totalidade das selvas tropicais que limpam o ar que todos respiramos. Mas, ao mesmo tempo, é no Terceiro Mundo que a queima de combustíveis cresce mais rapidamente e onde, com maior velocidade, se reduz a área florestal.

Outros quatro gases contribuem para o aquecimento da Terra. Os clorofluorcarbonados-CFC, presentes em aerossóis, refrigeradores e condicionadores de ar, espumas plásticas e limpadores de uso industrial, são quatro vezes mais destrutivos que o dióxido de carbono

"Pela primeira vez, ministros e especialistas de muitos países não tinham resposta, nem inspiração, nem proposta sobre um tema de interesse global, e acudiram às ONG, em busca de assessoramento", explicou Ann Heindereich, que trabalha para o Centro de Enlace (organismo agregador das organizações ambientalistas entre si e com a ONU). "Os governos não sabem o que fazer. Quarenta e quatro ministros disseram nos plenários e nos corredores do Pnuma que necessitavam escutar as ONGs".

"No Sul, ainda existem organizações dizendo que a mudança climática é um problema do Norte. E muitos governos do Terceiro Mundo argumentaram, com franqueza inusitada, que não conhecem o assunto. Há muita coisa para ser feita", diz Heindereich.

"Depois de um ano de consultas, uma centena de ONGs subscreveram um documento de política sobre o tema. Pedem-se às Nações Unidas uma convenção mundial, para proteger o clima do planeta, e outras medidas para controlar as emissões de gases. Mas, o importante é entender o impacto local dos problemas globais, e atuar. Se não se

como agentes do efeito estufa, e, além disso, destroem a camada de ozônio que envolve a atmosfera. Começaram a ser tomadas medidas para limitar seu uso.

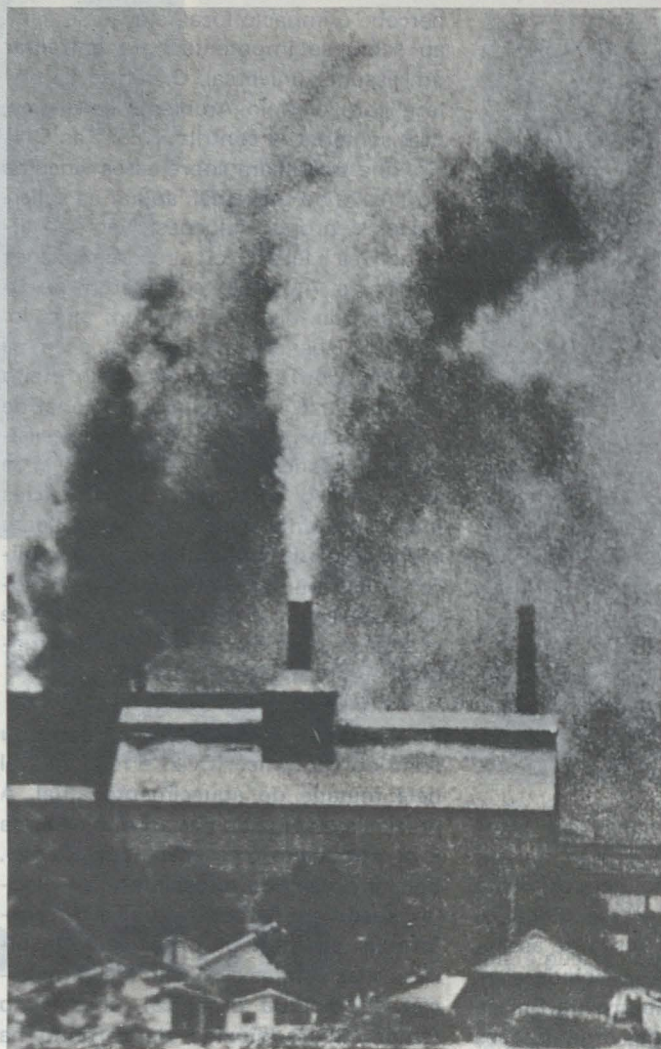
O metano, cuja presença na atmosfera duplicou nos últimos 200 anos, é produzido por escapamento de gás natural nos poços de petróleo, pela decomposição de matérias orgânicas em terrenos úmidos (como os campos de arroz), pela fermentação no processo digestivo dos ruminantes (como o gado) e também pela combustão de combustíveis fósseis.

O óxido de nitrogênio (N₂O), que aumenta na atmosfera num ritmo de 0,25% ao ano, é produzido pelos fertilizantes, combustíveis fósseis e matéria orgânica (como nas queimadas). Ele é responsável por 5% do aquecimento do ar.

Finalmente, na baixa atmosfera o ozônio (ozônio troposférico) é produzido pela ação da luz solar sobre o monóxido de carbono, os hidrocarbonos e outros gases. Na alta atmosfera, o ozônio forma uma camada protetora que filtra os maléficos raios solares ultravioletas, mas, perto do solo, favorecem as chuvas ácidas e o efeito estufa.

A poluição do Norte – Ao contrário de muitos ecologistas malthusianos, que atribuem os problemas do ambiente aos pobres e a suas altas taxas de natalidade, o documento considera, que o crescimento demográfico no Terceiro Mundo nada tem a ver com o efeito estufa. Pelo contrário, o maior grau de emissões de CO₂ tem origem no hemisfério Norte, da utilização industrial de combustível fóssil (petróleo, gás natural e carvão). É certo, no entanto, que, caso o presente modelo de consumo energético se estenda ao mundo todo – ou a maior parte dele – causará um aumento catastrófico da temperatura global, desgaste da capa de ozônio, chuva ácida e outras formas de contaminação atmosférica, ao mesmo tempo esgotando, rapidamente, os depósitos de combustível fóssil.

Em 1980, os países em desenvolvimento eram responsáveis só por 13% das emissões globais de dióxido de carbono, as quais, entretanto, crescem 12



Fumaça: no ar, milhões de toneladas de partículas

vezes mais do que nos países industrializados. Se essa tendência continuar, os países em desenvolvimento serão as maiores fontes de emissões de CO₂, no princípio do próximo século.

Na concepção das ONGs, "um alto nível de gastos nos anos setenta determinou investimentos com alto poder destrutivo para o meio ambiente. Esses investimentos influíram, entre outras coisas, na destruição de florestas tropicais, que desempenham um importante papel na ecologia global, porque "fixam" o carbono. Sua destruição libera grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera, aumentando o efeito estufa. O endividamento empurrou muitos países a políticas míopes. Para frear tal destruição, uma coopera-

ção Norte/Sul será necessária, para aliviar a pressão da dívida e estimular modelos menos contaminantes e mais sustentáveis de investimentos, na indústria e agricultura".

Não se trata, por acaso, de uma maneira de frear a industrialização do Terceiro Mundo e, assim, manter os privilégios dos países ricos? O documento não diz isso e é taxativo ao assinalar que estes últimos deverão realizar os maiores sacrifícios: "Os países da Europa e da América do Norte, que produzem dois terços das emissões globais de dióxido de carbono (...), deveriam já tomar a iniciativa de reduzi-las, inclusive antes que se obtenham acordos obrigatórios internacionais".

Para isso, terão que aumentar o apoio a energias limpas, como a solar, a eólica, das ondas marinhas e a hidrelétrica, esta em pequena escala, pois as grandes represas também são prejudiciais ao ambiente. Nos Estados Unidos, o presidente Bush anunciou um programa para produzir carros mais eficientes e promover o uso do álcool como combustível, em substituição gradual à gasolina. Mas, as ONGs propõem outra via: "Desenvolver sistemas de transporte público, para reduzir a dependência do carro particular".

As cidades ficarão diferentes, com mais ruas e menos carros. As casas serão construídas de modo a não perder calor e economizar calefação, o custo da energia deverá subir e os estilos de vida



Andorinhas morrem em convulsões pela alta poluição do ar na capital mexicana

e de consumo terão que mudar.

A meta sugerida para estabilizar a composição atmosférica, dentro de um período aceitável, inclui a redução de emissões de CO₂ em pelo menos 20%, para o ano 2.000, a supressão total dos clorofluorcarbonos, como propelentes em aerossóis, e sua drástica redução em equipamentos de ar condicionado e refrigeradores.

O Terceiro Mundo, por seu lado, não só deve revisar suas políticas industriais, para não imitar os erros do Norte, mas também suas atividades agrícolas. Os incêndios florestais de 1987, na Amazônia, descarregaram 620 milhões de toneladas de carvão e outras partículas na atmosfera. A "revolução verde", ainda em expansão na Ásia e na África, onde se substituem práticas agrícolas ecologicamente equilibradas pelas modernas plantações comerciais, contribui para o efeito estufa, por sua utilização intensiva de fertilizantes e pesticidas baseados em nitrogênio, pelo uso intensivo da energia mecânica e pelo rápido esgotamento que produz no solo, obrigando a estender a agricultura às custas das matas.

Recusa ao átomo — "Cultivos orgânicos, cultivos mistos e o uso de sementes mais resistentes às pragas não só reduzirão a contaminação produzida pelo nitrogênio, mas permitirão aos agricultores adaptarem-se mais rapidamente às mudanças climáticas que se aproxi-

mam", observam as ONGs.

Se as emissões de CO₂ baixassem a um terço do nível atual, o aquecimento da Terra não se deteria completamente, mas ficaria reduzido a um nível tolerável de 0,1 graus Celsius por década, concluíram os seminários científicos realizados em 1987, em Villach, Áustria, e Bellagio, Itália. Como resultado dessa evidência, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher disse estar muito preocupada pelo ambiente e propôs um plano de expansão da energia nuclear, para reduzir a gerada através do carvão ou do petróleo.

As ONGs divulgam que essa estratégia é inaceitável, e sublinham, que "a redução do uso do combustível fóssil deve ser obtido através de um programa de conservação da energia, e não através de um aumento de energia nuclear".

Ann Heindereich batalhou ativamente contra a energia nuclear, nas sessões e nos corredores do congresso realizado em junho, em Manágua, enfrentando a oposição de delegados soviéticos e cubanos, que aspiravam a uma condenação das armas atômicas, mas não do átomo destinado a produzir energia elétrica.

"Optar pela energia nuclear é aumentar o efeito estufa", argumentou. Uma afirmação audaz, mas como defendê-la? Parece óbvio que os reatores atômicos criam problemas de resíduos

radiativos. Trazem perigos de acidentes, fortalecem as castas tecnocrático-militares, que em toda a parte são as que dirigem os programas nucleares, mas, cada quilowatt gerado pelo átomo significa menos carvão e petróleo queimados nas centrais termelétricas.

É certo. Mas, ainda que toda a energia elétrica do mundo fosse gerada em reatores nucleares, isso significaria economia de apenas um terço das emissões de CO₂, já que os combustíveis fósseis continuariam sendo queimados em motores e geradores de calor de todos os tipos. E se teria que atingir a meta impossível de colocar em operação uma nova usina nuclear a cada poucos dias.

Um estudo recente, realizado por The Rocky Mountain Institute, dos Estados Unidos, demonstrou, que mesmo sob as projeções mais exageradas, cada dólar gasto na conservação de energia é sete vezes mais efetivo, na redução de emissões de CO₂, que um dólar gasto em energia nuclear. Ao desviar os recursos, que deveriam ser utilizados para melhorar a eficiência energética, a opção nuclear levará ao aumento das emissões de CO₂.

Depois de muita polêmica, a declaração final da conferência incluiu um parágrafo de clara condenação a toda atividade nuclear, uma rejeição, politicamente significativa, por se tratar de um documento que leva o nome da capital da Nicarágua.

A sessão de trabalho, onde esses temas foram debatidos, teve o enigmático título de "Oportunidades Ambientais Globais". Por que não "perigos globais?", perguntei. "Precisamente porque o perigo é global, facilmente demonstrável e afeta a todos. Fica então colocada a oportunidade de mudar substancialmente os modelos econômicos e sociais, que levaram o mundo à borda do abismo", explicou Heindereich.

Em vez de conceber a Terra como uma nave espacial tripulada, voando no universo, poderíamos pensá-la como um gigantesco Titanic, sem salva-vidas para nenhum passageiro. Só uma mudança de rumo pode evitar a colisão fatal. E rápido.

R.R.B.

* Podem-se solicitar cópias do documento completo em espanhol, inglês ou francês ao Centro de Enlace para o Meio Ambiente, P.O.BOX 72461, Nairóbi, Quênia.

COMPUTADOR

O trem de Pancho Villa

Alguns setores no Terceiro Mundo discutem, se é válido ou não o uso das novas tecnologias em países subdesenvolvidos e carentes de infra-estrutura. Mas, a verdade é que as novas tecnologias existem e o lógico é buscar utilizá-las em favor de nossos objetivos

Roberto Remo Bissio

No começo de 1914, os exércitos camponeses revolucionários marchavam em direção ao sul, de Hermosillo a Guaymas, no norte do México, em sua luta contra o governo federal de Vitoriano Huerta, apoiado pelos Estados Unidos. Pancho Villa, Alvaro Obregón e outros generais revolucionários costumavam viajar de trem. Essas mesmas vias férreas, construídas por norte-americanos e ingleses, que nas três décadas anteriores haviam introduzido o capitalismo no meio rural mexicano, matando milhares de camponeses de fome ou por trabalhos forçados, traziam agora os camponeses libertários com suas armas, cavalos e mulheres (era uma guerra popular, e não há guerra popular sem a participação ativa da mulher).

Mas, no caminho estava Empalme, bastião dos federais. Sitiá-lo e tomar o povoado levaria várias semanas, muitas vidas e munições, todas preciosas, porque eram escassas. Abandonar o trem e continuar o percurso a cavalo pelo deserto era impossível. Os revolucionários solucionaram o problema, fazendo com que o trem passasse em volta do povoado e não dentro dele. Foram tirando 500m de via detrás e colocando-os à frente, e avançando trecho a trecho, pelo traçado novo. Tiveram que nivelar o terreno e construir tanques de água para o trem, nas 10 milhas do percurso. Mas, em 15 dias, as tropas tinham atravessado a área perigosa e continuaram a marcha, sem sofrer baixas.

Por não terem agido como analfa-

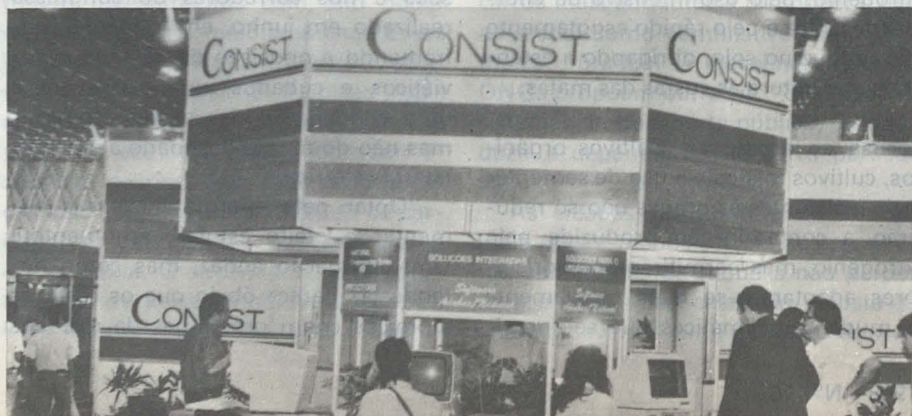
betos e por terem conhecido melhor a lógica destas máquinas, é que os líderes revolucionários puderam imaginar arrastar um trem por onde não havia trilhos. Segundo o historiador trotskista Adolfo Gilly, quando o trem retomou o seu caminho normal havia materializado, de uma forma peculiarmente mexicana, a frase de Marx, de que as revoluções são a locomotiva da história e podem, inclusive, impelir os trens.

Aprender a máquina — As modernas tecnologias da informática e as telecomunicações dão aos latino-americanos opções, que podem ser similares às que enfrentou Pancho Villa. A microeletrônica desempenha, no último quarto do século XX, o papel que os trens tiveram há 100 anos: como instrumento de dominação estrangeira, são consequência e causa da concentração do capital e do poder, e trazem consigo a perda de independência dos nossos países e mais misérias para os nossos povos. Devemos abdicar do instrumento, ou aprender a usá-lo e transformá-lo em ferramenta para a luta de nossos povos?

O domínio da informática é essencial para o desenvolvimento do Terceiro Mundo

Quem sabe o Terceiro Mundo estaria melhor, se não existissem computadores e muito menos trens. A América já contava com formas de convivência ecologicamente sãs, quando Cristóvão Colombo chegou ao continente há 500 anos. Os quéchuas tinham um avançado sistema de computação: o quipus, nos quais os nós (ou a ausência deles) e cordas constituíam os *bits* e os *bytes*, com os quais controlavam a distribuição de alimentos a 15 milhões de pessoas, quase a mesma quantidade, que, atualmente no Peru, mal se alimenta com comida importada. Também conheciam a roda, mas eram suficientemente inteligentes para usá-la apenas para jogos infantis.

Mas, o certo é que os cavalos, os trens e os computadores já estão aqui. A transferência eletrônica de dados tornou possível que, no início de 1980, os bancos tirassem do México cinco bilhões de dólares, em dois dias. Os computadores de grande porte permitiram, que os militares do Uruguai classificassem três milhões de cidadãos em categorias A, B e C. Anos depois, a democracia voltou ao Uruguai, mas o gover-



no civil nunca apagou os arquivos. Nem sequer os encontrou. Sob ameaça de golpe, o parlamento aprovou uma anistia para os violadores dos direitos humanos e mais de 25% do eleitorado (um de cada quatro cidadãos) se atreveram a firmar e ratificar seu rechaço a essa lei, uma tarefa que não teria sido possível, sem a ajuda de uma dezena de PCs e uma equipe de técnicos em computação.

Hackers latino-americanos detiveram fraudes eleitorais no Brasil, salvaram vidas na Colômbia, através de um rápido envio, por correio eletrônico, de alertas lançados por organizações de direitos humanos...

Usar a tecnologia – Anos antes de ser criado o termo *desktop-publishing* (edição eletrônica), na América Latina desenvolvemos algoritmos de separa-

ção silábica em espanhol e conectamos computadores domésticos, de 48k, com sistemas de grande porte, para compor livros de referência alternativos. Compartilhamos o acesso ao correio eletrônico e aos bancos de dados internacionais com diversas organizações (defensoras dos direitos humanos, feministas, economistas, cooperativistas), e estamos planejando instalar um nodo (*host*) para uma rede nacional. Nossa maior dificuldade não consiste em convencer as federações de pequenos e médios produtores, de que os PCs podem se tornar úteis, mas sim, persuadir os doadores do Primeiro Mundo de que um AT compatível pode, realmente, resultar em uma tecnologia apropriada para aqueles.

Efetivamente, o fluxo de informação eletrônica mundial é o sistema nervoso do capitalismo transnacional atual, as-

sim como as ferrovias foram o filão do imperialismo, no século XIX. Porém, na medida em que aí está, podemos encontrar-lhe alguma utilidade, assim como Villa fez em sua época. Particularmente, se possuímos a habilidade de contornar processos estabelecidos e fazê-los funcionar de acordo com as nossas próprias necessidades.

Pancho Villa ganhou muitas batalhas, os revolucionários ganharam a guerra, e finalmente, os camponeses... perderam a paz. Porque, entre outras coisas, quando a guerra terminou, os dirigentes revolucionários não tinham a menor idéia do que fazer com os trens... e a economia e as relações sociais que transportavam.

Se tivéssemos a capacidade de usar as novas tecnologias, como fez Pancho Villa, estas poderiam, talvez, acelerar nossa marcha. Mas, primeiro, teremos que decidir para onde queremos ir. •

A ferramenta nas mãos certas

A inteligência não está escondida atrás da tela, mas sentada atrás dos teclados.

Na longa lista de importações do Ocidente (o Norte) que tem chegado ou que se tem imposto ao Terceiro Mundo (o Sul), hoje se agrega o computador, com a tecnologia e a cultura que o acompanham. Trata-se de uma bênção ou de uma maldição? Existem argumentos simplistas e elaborados, para ambos os pontos de vista e, supostamente, existem também vários graus de opiniões intermediárias. As influentes, porém cada vez menos numerosas, fileiras de modernizadores intransigentes, junto com os poderosos defensores da lógica do mercado e do desenvolvimento capitalista, não têm nenhum problema com os computadores: consideram parte do progresso, como ferramentas indispensáveis para uma comunicação veloz, e mesmo, a peça fundamental da economia mundial moderna. Os críticos do sistema capitalista e de sua estrutura tecnológica são igualmente rígidos, acerca de suas desvantagens: as alterações sociais e econômicas, que

estão causando os computadores no Norte (pensem na destruição de fontes de trabalho, a substituição da mão-de-obra qualificada por trabalhadores desqualificados, e as muitas formas de controle) se converterão num pesadelo para o Sul, na medida em que os países tentarem, desesperadamente, se manter à altura de um estilo de desenvolvimento custoso e alienante. O computador é visto como a encarnação de uma tecnologia inadequada e geradora de dependência.

Contudo, há um mal entendido nesta consideração monolítica da computação. Nos terminais de *hardware* é importante distinguir entre os grandes computadores e os computadores pessoais (PCs). Enquanto os primeiros são do domínio dos ricos e poderosos, os últimos têm dado um impulso tremendo na comunicação entre pessoas e pequenas organizações. Neste sentido, deve-se estabelecer uma clara distinção entre os tecnocratas esquemáticos e os indivíduos questionadores e comprometidos *hackers*. Ao longo de anos têm descoberto uma vasta gama de apli-

cações e truques, que têm democratizado o uso de computadores (o próprio PC foi uma invenção *hacker*, cuja produção foi literalmente imposta à força sobre uma indústria inadaptada, que agora é incapaz de controlar todo o crescimento).

A expansão das redes eletrônicas, no Sul, indica que a discussão acerca do que é apropriado na computação, em particular para os países do Terceiro Mundo, já é uma etapa superada; incluídos dentro das atuais circunstâncias sócio-econômicas, a nível local e mundial, os computadores podem resultar numa ferramenta poderosa – e acessível – de transformação social, melhoria econômica e libertação política.

Deve-se difundir um correto conhecimento e estabelecer alianças acima das divisões nacionais, sociais e culturais. É improvável que o poder surja da tela de um computador como da boca de um fuzil... mas ambas as ferramentas, postas em mãos adequadas, ajudam e devem ser levadas em conta.

Steffen Wenery, hacker alemão

O Sul também computa

"Hackers" e outros meninos mimados da revolução da informática discutem os perigos do monstro, que ajudaram a criar. No entanto, seus interlocutores do Terceiro Mundo querem mais computadores, para se comunicarem melhor

Os *hackers*, invasores, são os gênios loucos do "Partido do Computador", o *War Games*, que, com sua intuição, habilidade, audácia e alta tecnologia introduzem (*hack*) seus microcomputadores nos grandes sistemas do Pentágono ou das corporações transnacionais, e ali deixam mensagens inocentes ("Tito esteve aqui") ou alteram informações.

A interconexão dos sistemas de computação pela rede telefônica tornou possíveis os bancos *offshore* e o emprego de secretárias jamaicanas, para que digitem, à noite, os cheques cobrados durante o dia em Nova Iorque, recebendo um décimo do salário de um trabalhador norte-americano. Mas, ao mesmo tempo, criou a oportunidade, para que os *hackers* entrem no sistema, aproveitando portas entreabertas ou descodificando a combinação das fechaduras.

Um casal de bancários brasileiros, nos Estados Unidos, transferiu para sua conta pessoal dois milhões de dólares, antes de voltar ao país (que não tem convênio de extradição com Washington). O filho do chefe da segurança do Pentágono descobriu o meio para subtrair informação dos computadores, que seu pai havia declarado invioláveis. E ainda está para ser inventado o sistema de proteção da propriedade sobre o *software* (programas de computação), que torne impossível sua cópia por um invasor, em poucas horas.

Eles se divertem — Por sua própria característica, estas atividades quase nunca se fazem às claras, ainda que nem



Computador e satélite agilizam o saber

sempre sejam ilegais (de fato, há enormes lacunas legais, no uso e abuso das novas tecnologias por parte de corporações e indivíduos). Assim, chamou a atenção o anúncio de que os *hackers* do mundo inteiro se reuniram, para uma grande festa no teatro Paradiso, de Amsterdã. E que o encontro seria dedicado à "discussão das tecnologias alternativas para a sua utilização em causas maoísta-desenvolvimentista-ecologistas".

Essa mesma tecnologia foi usada, entre outras coisas, para distribuir pelo mundo as propostas dos organizadores

do evento e a síntese das idéias expostas, e também para receber, antes do fim do encontro, comentários de pontos tão distantes, como Hong Kong (ver quadro), São Francisco ou Bombaim.

Todos esses textos — emitidos, por correio eletrônico, do computador dos autores para o dos organizadores — eram projetados, de imediato, sobre uma gigantesca tela e podiam ser lidos por todos os 250 participantes.

No último dia, várias organizações sociais sul-africanas responderam, "diretamente e ao vivo do lugar dos acontecimentos", durante 58 minutos, às perguntas, que os *hackers* digitavam em seus computadores portáteis, de Paradiso. Todo o debate foi visto, em grandes telões e ouvido paralelamente, em Hamburgo (Alemanha Federal), Washington (EUA), Nova Zelândia e através da televisão alemã e holandesa.

Roberto Remo Bissio

De um pirata oriental

"Cumprimentos a todos, desde Hong Kong. Nós, piratas do remoto Oriente, temos longa e celebrada trajetória de desconhecer as marcas registradas sobre o *hardware*, de violar o *copyright* e as proteções criptográficas do *software*. E de copiar a ambos! A propriedade intelectual é uma pobreza espiritual...

Sempre nos provoca imensa graça observar os complexos, dúvidas e outras inquietações ideológicas, que sofrem alguns progressistas do Ocidente com o uso de computadores. Murmuram sobre a tecnologia como portadora de valores, falam da estandartização cultural, o controle, a exploração, etc.. Atrevem-se, inclusive, a projetar seus próprios temores e inadequações à computação sobre a gente do Terceiro Mundo. Consideram o resultado impróprio para nós. Mas, nos permitimos sugerir uma hipótese ainda não provada: a computação é tão complexa, e difere tanto das relações sociais quotidianas, que projeta uma forma de imperialismo cultural, inclusive sobre aquelas sociedades onde se desen-

volveu. Pela primeira vez, os alemães, os ingleses, os holandeses estão experimentando, na própria carne, a imposição de valores e normas alheios sobre suas vidas e trabalhos. O que não lhes agrada, absolutamente. Aqui, no remoto Oriente, estamos acostumados à invasão de culturas, valores e sistemas alienígenas. A tecnologia do computador é tão-somente uma parte de um fluxo de idéias estrangeiras, que começou com a religião e continuou com a ciência, a tecnologia, a arte e a educação, incluindo os péssimos enlatados televisivos, as lanchonetes e as exposições dos fabricantes de armas. Nós, os progressistas da Ásia, temos aprendido a usar o que nos pode ser útil e a empregar essas ferramentas em nosso benefício. É, por isso, que nos fazem rir os ocidentais, que se sentem ultrajados pela nova tecnologia. Vocês estão experimentando seu próprio imperialismo cultural. Bem-vindos ao clube.

Saudações de Jack Flash.
(Não sou catedrático nem doutor)."

Profetas sem terra

Por má distribuição, muitos filmes de cineastas africanos jamais foram vistos por platéias do continente

Victoria Edin

Os cineastas africanos estão enfrentando uma dura realidade: a dificuldade de serem profetas em sua própria terra. Recentemente, 40 mil pessoas, inclusive a elite do cinema africano, estiveram em Ouagadougou, a capital de Burquina Faso, para comemorar o 20º aniversário do Festival do Filme Africano. O lado irônico do evento é que, embora muitos dos filmes exibidos abordassem problemas urgentes do continente, muitos jamais serão vistos pelas platéias da África.

Ousame Sembene, talvez a figura mais conhecida do mundo cinematográfico africano, apresentou o seu mais recente trabalho, "Le Camp de Thioraye", premiado em Veneza no ano passado. O filme mostra o massacre, pelos franceses, em 1945, de soldados africanos que retornavam ao Senegal. Um cidadão local, um dos poucos sobreviventes do massacre, compareceu ao festival – testemunha viva das imagens de destruição exibidas no filme. Com o intuito de dar uma oportunidade a cineastas mais jovens, como os estudantes chegados de Paris com os seus filmes embaixo do braço, ansiosos por serem incluídos no festival, Sembene não inscreveu o seu filme no concurso.

O primeiro prêmio – um modelo em bronze de um belo potro, pesando 15 quilos, o "Étalon de Yennenga" – coube a "Heritage of Africa", de Kwaw Asah, cineasta de Gana. O filme narra a ascensão de um funcionário público africano, de nome Kwesi Atta Bosomfi, desde os círculos de sua repartição até o topo da alta sociedade anglo-africana. Em meio a essa carreira, ele muda o nome para Quincy Arthur Bosomfield. Mas, após uma série de confrontos com a família, passa a redescobrir as próprias raízes.

Rico painel – "O maior perigo para o



A reflexão das realidades africanas nas telas esbarra em várias dificuldades, como a precária distribuição para os cinemas

meu país", diz o diretor Kwaw Asah, "foi a educação que recebemos dos nossos senhores coloniais. Produzi 'Heritage of Africa', porque temos os nossos valores e, de vez em quando, devemos fazer uma pausa para identificá-los conosco."

Outro concorrente favorito, no mesmo espírito crítico, foi "Yaaba" (Vovó), de Idrissa Quecraogo, jovem cineasta de Burquina Faso, residente em Paris. Trata-se da história semi-autobiográfica de um menino, que trava amizade com uma velha sem filhos, expulsa de sua aldeia por ter sido acusada de feitiçaria. O filme foi aclamado por retratar as fecundas interações humanas da vida de uma aldeia.

"Bal Poussiére" (literalmente, Baile Poeira), a obra mais recente do diretor Henri Duparc, da Costa do Marfim, focaliza o conflito de valores entre a cidade e a aldeia. No filme, Brigitte Anny Tehelly faz o papel de Bintu, uma estudante rebelde que é enviada de volta à sua aldeia de origem, em consequência de suas folias com um trompetista ambulante, de passagem pela cidade.



Para evitar novos percalços, os pais fazem-na casar com um cidadão importante da aldeia. Esse cavaleiro já tem cinco esposas, mas deseja ter seis, uma para cada dia da semana, cabendo o domingo como prêmio à mais comportada. No fim, o trompetista reaparece e foge com Bintu, salvando-a de uma profunda depressão psicológica e física.

"Les Guérisseurs" (Os Curandeiros), de Sijiri Bakaba, outro cineasta da Costa do Marfim, foi um dos poucos a abordar a vida da cidade. Mostra uma sociedade em desordem, vítima de uma infinidade de males sociais, cujos remédios a curto prazo são o riso, o sonho e o dinheiro.

Descolonização do cinema – Mas, apesar de todo o sucesso desses filmes, cabe aos cineastas africanos indagar se

jamais serão exibidos em seus países de origem. Os filmes documentários, mostrando a vida cotidiana e os rituais da África, têm o seu público na Europa e na América do Norte, mas não atraem o público africano. Tampouco, as platéias africanas reagem com entusiasmo, diante de filmes como "Yeelen", de Souleymane Cisse, cineasta de Mali, que conquistou um prêmio em Cannes e emocionou os críticos europeus com o seu relato de uma viagem épica, em uma terra de perigos mágicos e reais. Diz o cineasta Mustafa Amadou Diop: "Os africanos não têm tempo para apreciar a beleza pura. Querem filmes que falem de suas necessidades urgentes".

Sijiri Bakaba, o diretor de "Les Guérisseurs", declarou: "Temos de descolonizar as nossas telas. As pessoas dormem, quando assistem a filmes clássicos europeus. Eu vim da rua e faço fil-



Moçambique: cena de "O poço"

adquiridos pela televisão europeia, discute a necessidade de se criar uma indústria local, responsável não só pela produção, mas também pela comercialização de filmes feitos por africanos para africanos. Durante o festival, um estudante declarou, irritado: "Acabou-se o tempo em que a Europa dava o show. Estamos fartos de ser assunto de estu-



"Melancólico", de Licínio Azevedo, retrata o abandono da mulher pelo marido polígamo

mes para o povo da rua". A dificuldade de trazer os filmes feitos na rua para as pessoas da rua é, pelo menos, um problema de distribuição. Um número maior de filmes africanos é mais exibido no exterior do que nos cinemas locais. As companhias norte-americanas e francesas, que controlam grande parte da distribuição de filmes para as cadeias de cinemas locais, preferem oferecer ao público coisas importadas, como Rambo e James Bond.

A maioria dos cineastas, cuja esperança atual é que os seus filmes sejam

dos folclóricos. Hoje precisamos voltar nossa atenção para a nossa própria sociedade".

Os cineastas africanos citam, como exemplo, a florescente indústria cinematográfica da Índia, cujo público assiste com afeição aos filmes indianos. Como disse Mary Trarore, diretora e atriz da Costa do Marfim: "Não queremos subsídios. Queremos mercados, que nos permitam produzir e distribuir nossos próprios filmes. Somente assim, os filmes que fazemos poderão ser um reflexo dos nossos sonhos".

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Nelva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Placentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Minello

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Claudia Nelva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalil (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quinocot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Marantoni (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mia Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Philip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumuclo (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), **Diagramadores:** Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria, **Colaboradores:** Guilhermina Ierecê e Alvaro Camello, **Acompanhamento Gráfico:** Adérito Gusmão, **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Roberto de Oliveira Bastos, **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa, **Composição e Digitação:** Luzia A. Neiva e Lidio Marinho P. Luna, **Secretaria de Redação:** Jozira Salgado Santos, **Revisão:** Cléia Márcia Soares, **Administração:** Henrique Menezes, **Comercial:** Rafael Peres B. Filho, **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes - Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 - Tel. Assinaturas: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**
Diretor: Nelva Moreira/**Editor:** Procópio Minello.
Editor Assistente: Antônio Carlos da Cunha.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 - **Telex:** 42720 CTM-TE-P
• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul
Diretor: Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

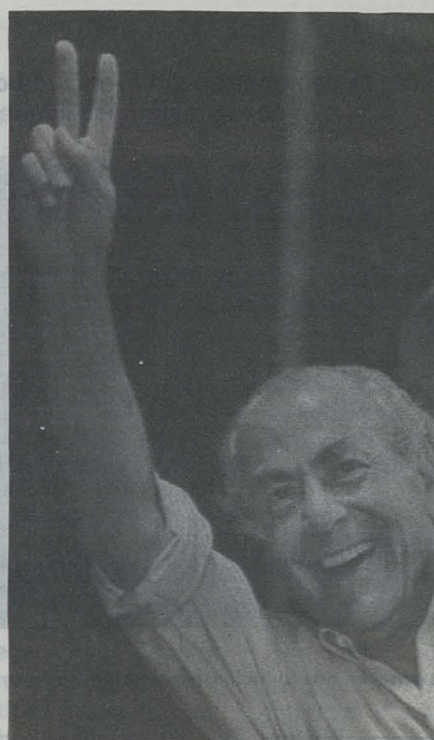
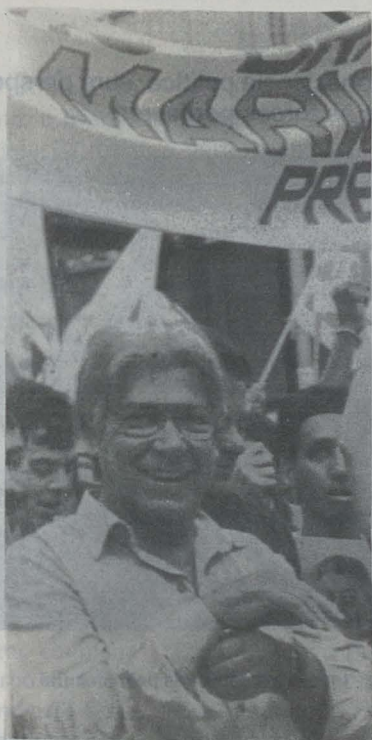
• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo, **Assinaturas e Circulação Externa:** Andréa Moutinho da Costa Santos.
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA, Fotos: Reuters.

ISSN - 0101-7993

Capa: Pedro Toste

Arte final - Capa: Adérito Gusmão

SUPLEMENTO BRASIL



No primeiro pleito em dois turnos (p. 48), os brasileiros decidem – entre um programa de esquerda e um conservador – o roteiro do país na virada do século



Um filme lembra um primeiro de abril (p. 62) e as consequências da participação equivocada da classe média brasileira em decisivo momento histórico

O país que sai

O voto do brasileiro demonstrou um avanço da consciência política, abre perspectivas e atribui novas responsabilidades às forças populares



As multidões encheram ruas e praças, nos comícios, e mostraram no rosto as tensas expectativas pelo amanhã

Neiva Moreira

Votaram, nas eleições de 15 de novembro, 72 milhões de eleitores, 90% dos inscritos. O maior número de abstenções verificou-se nas zonas de difícil acesso de alguns estados, como o Maranhão. Não havendo eleição para os demais cargos, principalmente vereadores, que são os grandes puxadores de eleitor, era inevitável que a abstenção fosse maior. Nesse pleito ocorreu, no entanto, um fato novo, que melhorou os níveis de comparecimento: o maciço trabalho de grande parte da igreja, sobretudo do seu setor mais progressista e comprometido com as lutas sociais, apoiando a candidatura do PT. Lula foi votado onde nunca atuou o PT, graças ao dinâmico e bem estruturado trabalho dos padres e suas organizações de base.

Pode-se, assim, proclamar que, ape-

sar de ser uma eleição isolada, foi considerável o interesse dos eleitores, o que representa um avanço político. Deve-se, sem dúvida, ao horário gratuito – uma das melhores conquistas do nosso processo de restauração democrática – a maior participação do povo no debate eleitoral. Naturalmente, que com evidentes distorções. O fato de que a Rede Globo detém, sozinha, mais de 60% da audiência e que, em centenas de municípios, só entram os seus programas, resultou em uma aberração contra a democracia, em nome da qual se estabeleceu o monopólio da propaganda do candidato da direita, Fernando Collor de Mello.

Novos ares – De qualquer maneira, só se aprende a andar, andando. Das próximas vezes, mesmo as camadas menos politizadas da população, sobre as quais incidiu a campanha Globo-Collor, se libertarão desse novo tipo de cabresto eleitoral.

O resultado da votação mostrou um país diferente, aberto às novas idéias, com uma aspiração de mudanças.

A soma dos votos dados aos quatro candidatos progressistas – Brizola, Lula, Covas e Roberto Freire – mais aqueles relacionados com os setores mais avançados do PMDB, revelaram um eleitorado não-conformista, participativo e de oposição ao modelo político e econômico criado pela ditadura e mantido no período de transição do governo Sarney. Naturalmente, a circunstância de que o governo federal, pela primeira vez na história republicana, não teve ou não conseguiu ter candidato, contribuiu para evitar um dos piores vícios do regime, que é a participação direta do tesouro público, da polícia e do poder de nomear nas eleições.

Quando se contabilizam os avanços, mesmo discretos, logrados no processo de democratização, pode-se constatar o imenso desserviço que a ditadura de 1964 impôs ao nosso país.

das urnas



Um dos resultados mais promissores dessa eleição foi, no entanto, o avanço da esquerda, apesar da pregação mais sofisticada de alguns valores típicos do liberalismo, como a iniciativa privada absoluta, o antiestatismo e as vantagens do capitalismo. Nessa cruzada, a Rede Globo esteve à frente, mas, na verdade, os principais meios de comunicação do país engajaram-se numa campanha maciça de exaltação capitalista e anti-socialista. Maluf agarrou-se, dramaticamente, ao pavilhão pátrio, tentando restaurar a era do anticomunismo.

Além de muitos fatores que contribuíram, para que não poucas consciências se confundissem com as comparações falsas, mas de grande poder de convencimento, há a destacar que a campanha eleitoral se realizou em plena crise dos sistemas de governo no Leste europeu. A ascensão do sindicato Solidariedade, na Polônia, e as modificações institucionais, na Hungria e na Alemanha Oriental, foram amplamente exploradas, para afastar os eleitores das candidaturas populares.

A derrubada do muro de Berlim foi mais comemorada, na Rede Globo, do que na mídia européia. Houve dias, que parecia não restar na Alemanha Oriental nem o encarregado de apagar as luzes. Na verdade, era mais um reencontro emocional, familiar, de restauração moral da unidade alemã mutilada pela guerra, do que um êxodo de multidões, fugindo do socialismo.

O retorno à pátria de quase todos os alemães orientais não teve senão registros secundários, perdidos em páginas escondidas dos grandes jornais. O que se queria era afastar o eleitor das propostas socialistas ou social-democratas, amedrontá-lo, dar a impressão catastrófica de que todo um edifício de construção progressista, solidamente implantado naqueles países, estava ruindo,

sem aludir ao fato de que, na correção de erros e na abertura à democracia, que é inseparável do socialismo, podia registrar-se um avanço e não um retrocesso.

Os candidatos da esquerda resistiram a tudo e terminaram a eleição com mais votos do que a direita, até porque grande parte dos eleitores das classes pobres, votantes do sr. Collor, não o fez em favor da privatização e do capitalismo, mas acreditando na sua demagogia de que era um libertador dos explorados

“A soma dos votos dos quatro candidatos progressistas – Brizola, Lula, Covas e Freire – mais aqueles relacionados com os setores mais avançados do PMDB revelaram um eleitorado não-conformista”

Tal constatação nos leva a um questionamento: por que a esquerda não se uniu? Alguns dirigentes socialistas adotaram a tese de que a eleição em dois turnos era útil à consolidação dos partidos. Seria? Os eleitores de Lula votaram no PT ou nele próprio? E os do PDT? Conheço pessoas, de classe social privilegiada, que, apesar de não-comunistas, votaram em Roberto Freire, pela seriedade de sua campanha e a correção de suas colocações. Não creio que tivessem lido o programa dos partidos, muito menos do PCB.

Havia, sem dúvida, um denominador comum: o desejo de mudança e a intuição de que o nosso povo não encontrará soluções dentro do atual sistema de poder. Ou seja, no capitalismo.

Pode-se, assim, dizer que houve um

denominador comum, que, por cima das candidaturas, uniu mais de 23 milhões de eleitores, que recusaram as propostas de cunho ortodoxamente capitalistas: a aspiração de um caminho novo, que outro não é senão a modificação das estruturas políticas, econômicas e sociais capitalistas, baseadas no lucro descontrolado e no monopólio do poder em poucas mãos.

Seria justo, assim, concluir que o Brasil se mostrou apto a uma experiência socialista? Não. Mas, revelou que não a repele.

O que cumpre aos partidos de esquerda, socialistas ou social-democratas, é clarear a sua proposta e aprofundar os estudos de sua aplicação à realidade brasileira, para que a mera intuição do povo – ou sua visão profética do que lhe interessa – possa converter-se em teses e programas, que a imensa maioria do nosso povo revelou estar em condições de absorver e adotar.

O segundo turno das eleições pode permitir esse avanço. Seria um erro converter os resultados da primeira volta em êxitos partidários, acima do desejo comum de mudanças. A diferença mínima entre Lula e Brizola e a distância também irrelevante dos dois, em relação a Covas, permite considerar toda essa votação como um só imenso conglomerado eleitoral, que se posicionou contra o sistema de poder que nos domina e que, implantado pela ditadura militar, tenta agora legitimar-se através do voto popular.

Os esforços unitários para o segundo turno e para a formação de um governo popular – na hipótese “difícil, mas não impossível, da vitória da esquerda”, na justa avaliação de Brizola – devem tomar, como base, a tendência do voto nos candidatos comprometidos com as mudanças. ●

O novo desenho

A pulverização eleitoral do PMDB e do PFL propiciará a fixação de novos condutos partidários no país?

Procópio Mineiro

As primeiras eleições presidenciais diretas, em três décadas, significaram a festa da democracia e uma desforra popular contra a condução política do país nesse período, dominado pela presença militar no poder e por sua influência sobre a chamada Nova República. O voto popular não zerou as contas, porém, na medida em que seu conteúdo expressou, nitidamente, efeitos residuais importantes do regime de exceção. Para o segundo turno saiu uma candidatura – a de Fernando Collor de Mello – que expressa, com clareza, os interesses dos grupos sociais que sustentaram os governos militares.

No entanto, a segunda candidatura deste turno decisivo – a de Luís Inácio Lula da Silva, do PT – e as votações obtidas por Leonel Brizola, do PDT, e de Mário Covas, do PSDB, além da ressurgência do PCB, são indicadores políticos indispensáveis, para que se possa analisar o recado das urnas e o mapa que a vontade popular traçou para a vida política nacional, na etapa que se abre.

Do primeiro turno do pleito – seja qual for o resultado do segundo – saiu a impressão digital da vontade política nacional, apontando um aclaramento das preferências. Rearrumou-se o quadro, que ganhou inegável nitidez.

Pode-se dizer, que o quadro partidário armado pelo voto popular mostra



Ulysses e seu PMDB: estrutura para um tempo que já passou



Aureliano e o PFL: excesso de pleitos e pouca identidade

uma direita (Collor, Paulo Maluf, Afif Domingos), um centro-esquerda (Mário Covas, Ulysses) e uma aglomeração de esquerda, com duas grandes bases, de tamanho praticamente igual, embora de distribuição diferenciada (Lula e Brizola).

É preciso registrar, ainda, que o centro pessedebista surgiu embalado numa pregação progressista, com certo colorido de esquerda, embora tenha transparecido em seu eleitorado uma postura muito mais moderada do que faria supor a tintura social-democrata de que se revestiu o partido. Talvez seja, deste pleito, a fatia menos consolidada elei-

toralmente, pela evidente amplidão do leque ideológico de seus eleitores, o que abre ao partido perspectivas potencialmente nebulosas para os embates eleitorais do próximo ano.

Dissolve-se uma estrutura – O pleito presidencial parece indicar, sem deixar margem a dúvidas, que chegou ao fim a estrutura partidária oriunda do regime militar e de seu apêndice novo-republicano. O PMDB e o PFL morrem por anacronismo: eram de um outro tempo e pertenciam a outras circunstâncias.

Eram ambos partidos ambíguos, por natureza e condicionamento histórico. De grande adversário da ditadura militar, a larga frente que era o PMDB passou à fase de transição já desfigurado: sua "ideologia" era o combate ao regime militar.

Na ausência deste, as tensões internas, relativamente adormecidas, intensificaram-se, agravando-se, na medida em que o Plano Cruzado jogou no colo do partido o poder político do país, sem que a agremiação atentasse para as novas necessidades.

Com o PFL ocorreu o mesmo fenômeno. Co-participante do esquema de poder de que se beneficiava o PMDB, tinha ainda sobre si o peso da história de seus integrantes, basicamente oriundos do regime militar, ao qual abandonaram nos estertores, ao saírem do PDS.

Num eleitorado de pouco mais de 82 milhões de pessoas, PMDB e PFL não

partidário

alcançaram sequer 5 milhões de votos. A um ano das eleições para os governos estaduais, assembleias e congresso, os governadores – praticamente todos do PMDB – mostram-se administrativa e politicamente exangues. O futuro aponta para o fim das duas agremiações ou sua sobrevivência vegetativa, por conta de interesses localizados.

Sobre o PMDB e o PFL pesou o processo de decantação de seguidas eleições. A presidencial de 1985 foi uma solução de compromisso, que não envolvia outro pacto, senão abreviar o regime militar. A de 1986, no embalo do Plano Cruzado, foi uma entrega, praticamente incondicional, do poder ao PMDB, sem que o partido pudesse oferecer uma resposta convincente, antes da cobrança seguinte – a eleição municipal de 1988. Assim, cresceram no ano passado o PDT e o PT, à esquerda, além de outros partidos menores, como o PL e o PTB, à direita.

O pleito presidencial – um ano após as eleições municipais e a terceira manifestação das urnas em apenas quatro anos – funcionou como a etapa final do processo de “purificação” do quadro político. O eleitorado distinguiu com clareza suas opções, investindo à esquerda, pelo centro e à direita, mas desprezando, redondamente, o PMDB, de lutas históricas tão pouco tempo atrás, e o PFL, que sequer chegou a consolidar uma identidade.

Novos atores – Como numa partida de futebol, já na fase de prorrogação, os técnicos-eleitores de um e outro lado fizeram mudanças profundas, tirando alguns jogadores e substituindo-os por outros.

O PDS e o PFL já não podem ser considerados os atacantes do time da direita, e a inexpressividade, enquanto partido, do PRN de Collor de Mello sugere, que a corrente conservadora ainda está por gerar uma organização, que



Collor: aglutinando a direita



Lula: incorporando a Igreja

Brizola: sobrevivência reforçada



venha a aglutinar o caudal dominante de tal corrente de opinião, que àquele candidato confiou quase 29% dos votos válidos.

O PSDB despontou como força política significativa, montada em cerca de 8 milhões de votos (quase 11% da votação). E parece sugerir que seu espectro ideológico amplo pode lhe garantir a representação de uma faixa de centro, capaz de lhe atribuir outros papéis de fiel da balança, como ocorreu no primeiro turno do pleito presidencial – uma espécie de repositório de preferências dos que querem evitar a direita, mas se recusam a apostar na esquerda.

Já na própria esquerda, as votações do PT e do PDT – ambos na faixa dos 11 milhões de votos (cada qual em torno dos 16% da votação) – perfizeram cerca de 23 milhões de sufrágios (quase 33% do eleitorado que compareceu). Tais preferências caracterizaram o PDT, de Leonel Brizola, como um partido de fiéis redutos – nos centros considerados os mais politizados do país – enquanto o PT, de Lula, mostrou-se como força política que se faz presente em todos os pontos do país, devido, sobretudo, ao apoio do grupo progressista da igreja, que tornou explícito seu engajamento partidário.

A participação eleitoral da igreja, em termos claros e diretos, ao induzir o voto em determinado candidato – fugindo ao tradicional trabalho de orientar a direção geral da preferência, com base em certos compromissos éticos ou sociais, mas deixando à consciência individual a definição do candidato – é um dado a ser considerado, daqui para a frente. É um passo a mais, na caminhada da igreja progressista, em seu envolvimento com a problemática sócio-política.

Esta definição partidária eclesial, porém, pode significar estreitamento social para sua tarefa pastoral, na medida em que cristãos identificados com o

avanço social não compartilhem da opção dos padres e bispos progressistas, como se pode comprovar, por exemplo, pela votação do PDT no Rio de Janeiro, especialmente em áreas de particular atuação da igreja progressista. Brizola recebeu maciça votação, apesar do direto engajamento petista de padres e bispos, que recorreram até mesmo a propaganda em que se delustravam os merecimentos políticos do líder do PDT. Seria, assim, um desvio e uma ilusão perigosa a nova tendência da igreja progressista em procurar tutelar o voto católico, colocando a escolha pelo PT quase como questão de consciência.

Isto poderá levar a uma espécie de efeito contrário ao desejado: de força independente e crítica na sociedade, a igreja progressista caminhará, rapidamente – na velocidade de mais um ou dois pleitos – a ter seu recado restrito às

hostes do PT, pois não teria como evitar a tendência de ser reconhecida, tão somente, como mais uma das múltiplas alas políticas petistas.

Instrumentalizando o PT, a igreja progressista acabaria por ele instrumentalizada, com todas as consequências desse tipo de identificação visceral. Além da perda da autoridade moral, correria o pesado risco de ser atingida pelos efeitos, nem sempre positivos, do ato de governar do partido. Nesse aspecto, as insossas votações do PT, nas cidades que administra, são um grave alerta.

A colaboração – Os números que emergiram das urnas demonstraram o surgimento de um sólido bloco eleitoral à esquerda, baseado no PT e no PDT. Definiram, ao mesmo tempo, que, nos grandes embates políticos nacionais, os

dois partidos serão, cada vez mais, solicitados a colaborar entre si, acertando táticas e fechando compromissos programáticos, na avenida de coincidências de pontos de vista que os aproximam, deixando em segundo plano as evidentes diferenças de abordagem e estilo.

O pleito presidencial parece ter vindo consolidar, pela primeira vez na história política do país, o voto de esquerda. Tal voto ideológico pôde dispor não de políticos isolados, mas de dois grandes condutos partidários específicos, o PT e o PDT. Ambos despontam como agremiações que, pela esquerda, marcarão a nova fase política nacional – seja ou não Lula o próximo presidente – enquanto caberá ao PSDB ocupar a faixa de centro. À direita, falta ainda definir um sigla que junte os estilhaços deixados pelo PMDB e pelo PFL e os solde com a co-optação de outras siglas menores.

A ponta do iceberg

O presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados-Serpro, órgão do governo federal, Cincinato Rodrigues, condenou a apuração paralela da tv Globo neste segundo turno. A Globo, com a velocidade dos seus boletins, gera clima comprometedor, pois pressiona o sistema oficial. Também o diretor da Escola de Comunicação da UFRJ, prof. Muniz Sodré, critica não apenas a apuração paralela, mas todos os procedimentos em relação às pesquisas e suas divulgações, durante as campanhas eleitorais.

“Ficou claro”, diz ele, “que os institutos de pesquisa e as empresas de comunicação, em particular a Globo, tornaram-se verdadeiros gerentes do processo eleitoral, no qual intervieram, indevidamente. Foram eles os grandes vencedores nestas eleições, porque conseguiram fazer de um sistema estatístico de simulação algo mais real do que a realidade”.

Mesmo que a tv Globo e os institutos de pesquisas tivessem tido um comportamento apartidário, as apreensões se justificariam. Mas, o pior é que não há e nem pode haver imparcialidade, porque as empresas Globo (rádios, tevês, jornal e revistas) fizeram campanha aberta para o candidato do PRN. Além disso, pelo menos dois dos principais institutos de pesquisas trabalham para Collor de Mello: o Ibope, cujo diretor Carlos Augusto Montenegro assessora diretamente o candidato, e o Vox Populi, de Belo Horizonte, denunciado pelo PDT e pelo PT por tentar forjar resultados. A rede Globo tem penetração capilar, por todo o Brasil. Ela destrói e constrói o que quer. O que está ocorrendo agora com o adversário do sr. Collor de Mello mostra isso.

Em meio a tudo isso, emerge, como ponta de *iceberg*, o problema da apuração paralela, que só interessa à própria Globo e aos institutos envolvidos no processo. Utilizando-se de avançadas tecnologias de milhões e milhões de dólares, eles demonstram assim sua eficiência e aumentam sua credibilidade, quase que se oficializam como os donos da verdade.

A.C.Cunha

Os números do 1º turno

Eleitorado:	82.074.718
Votantes:	72.280.909
Válidos:	67.631.012
Branco:	1.176.413
Nulos:	3.473.484
Abstenções:	9.793.809

Collor	20.611.011 - 28,52%
Lula	11.622.673 - 16,08%
Brizola	11.168.228 - 15,45%
Covas	7.790.392 - 10,78%
Maluf	5.986.575 - 8,28%
Afif	3.272.462 - 4,53%
Ulysses	3.204.932 - 4,43%
Freire	769.123 - 1,06%
Aureliano	600.838 - 0,83%
Caiado	488.846 - 0,68%
Camargo	379.286 - 0,52%

A ética na pesquisa

Os estatísticos querem um código de ética, para regulamentar a atividade profissional da categoria e dar à sociedade a prerrogativa de fiscalizar a elaboração e divulgação de pesquisas de opinião

Paulo Marinho

A posse da nova diretoria do Sindicato dos Estatísticos do Rio de Janeiro, em 19 de outubro, serviu para um amplo debate sobre as pesquisas eleitorais, a influência do poder econômico e as consequências políticas de manipulações de tais levantamentos. O novo presidente do Sindicato dos Estatísticos do Rio de Janeiro, Luís Carlos Campos Leal, propôs que o código de ética para a atividade estatística tenha uma abrangência ampla, para envolver, além dos institutos de pesquisas de opinião, como o Ibope e o Gallup, os órgãos públicos ligados ao setor, como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, e os meios de comunicação, já que cabe aos jornalistas a divulgação dos números e as interpretações.

"A intenção", lembrou ele, "é criar um código mais geral e capaz de preservar o direito de informação do indivíduo, enquanto trabalhador, contribuinte, enfim, cidadão. A preocupação dos estatísticos centraliza-se em cima das pesquisas que envolvem o poder. É o caso, por exemplo, das pesquisas eleitorais. Seus frutos geram consequências gravíssimas, porque não se trata de uma pesquisa mais simples, como as que antecedem o lançamento de um novo produto no mercado consumidor. Mas, também nessas pesquisas de mercado, que visam ao consumidor, é preciso o código de ética".

Gallup **ganha** **ante** **que**
Collor **vencerá** **eleições**
Gallup **Afif** **Pesquisa** **Ibope**
cresce **e** **pode** **quadro** **sucessão**
superar **Brizola** **se** **mantém** **estável**
Perdas **de** **Collor** **não** **Liderança**
beneficiam **de** **Collor**
Brizola **confirmada**
pelo **Gallup**
Lula **passa** **Brizola** **no** **Ibope**

20 de outubro de 1989
23 de setembro de 1989
2 de novembro de 1989
4 de outubro de 1989
17 de outubro de 1989
28 de setembro de 1989
24-10-89
22 de setembro de 1989

...Silvio Santos con-
...cia do eleito
...ando Collor.
...nece inalterad
...se candidatar, 29% dos eleitores
...mudariam seus votos e passariam a
...votar nele para Presidente da Repú-
...blica, se as eleições fossem hoje. Pes-
...quisa Gallup constatou que os candi-
...daturas de Lula, com 10,6%, e Brizola, com
...9,9%, ficariam fora da disputa e Fernando Collor
...de Mello seria o segun-
...do.
...n 18,6% das intenções de

Estatísticos apontam o uso das pesquisas como propaganda e reivindicam postura ética

Eleições para governador — Campos Leal acrescentou, que, se o código de ética proposto estivesse em vigor, os estatísticos seguramente teriam penalizado o jornal "O Globo", que, no dia 8 de outubro, elaborou e publicou um gráfico, com dados do Instituto Gallup. "Fizeram algo", esclareceu ele, "que tinha sido feito com os números do Ibope, anteriormente. O jornal mostrou o voto declarado por região, com um corte no tempo, o que gera ilusão de tendência. Além disso, outra intencionalidade de erro foi o grosseiro agrupamento das regiões Norte e Centro-Oeste e o consequente desaparecimento das verdadeiras intenções de voto, em áreas onde as populações têm perfis diferentes".

Igualmente favorável à urgente criação do código, o presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, Luís Carlos Rocha, disse que o novo mecanismo de controle precisa estar em vigor antes das eleições para governadores e deputados, que serão realizadas dentro de um ano. Ele adiantou, que o melhor código será aquele que estreitar a margem de erro, o que não vem sendo feito atualmente. "Alguns institutos", continua o técnico, "e este é o caso do Ibope, não trabalham com informações em excesso, para reduzir a possibilidade de erro, como se costuma fazer na elaboração das pesquisas da indústria. O Ibope, no caso das pesquisas eleitorais, utiliza-

se da metodologia empírica, calcada na experiência-e, com isto, o instituto foge das normas para contornar problemas de custo e tempo".

Rocha defendeu a ampliação do universo de pessoas pesquisadas, das 3.600 costumeiras para as 40 mil necessárias a uma amostragem confiável. Para manter baixo o número de pessoas pesquisadas, tem-se usado, como faz o Ibope, o método por quotas, em detrimento do probabilístico, o que acaba permitindo a manipulação.

"A vulnerabilidade do método por quota", afirmou Rocha, "acontece, porque os institutos, que trabalham com essa modalidade, rompem com uma regra elementar, que é o conhecimento da lei probabilística, que gera aquela amostragem. Na falta do referencial, não se tem como provar qualquer coisa publicada nos jornais. Só o próprio dia da eleição tirará essa dúvida".

Erros amostrais — O professor de Tecnologia da Amostragem e consultor de empresas, José de Azevedo Lousana, considera falho o modelo por quotas, porque o referencial utilizado é defasado e ninguém sabe, ao certo, como cada instituto projeta a população dos municípios. "Devemos recordar", argumentou ele, "que o censo do IBGE, realizado em 1980 e usado atualmente na projeção do universo a ser pesquisado, teve a remuneração do entrevistador mal di-

mentada e, por isto, para não perder tempo, o pesquisador desprezava domicílios com mais de duas pessoas. O erro só foi descoberto anos depois, quando os dados foram confrontados com as informações do Ministério da Educação e Cultura".

Lousana criticou a falta de informações, a respeito do questionário usado nas entrevistas e do processo de coleta das informações, fases da pesquisa em que ocorrem, com maior incidência, os chamados erros não-amostrais. "Esses erros", ressaltou ele, "não têm como ser calculados. Da maneira que o questionário é elaborado – com a finalidade de uniformizar as perguntas para todas as camadas da população – ele pode influenciar a resposta. Por isso, deveria ser experimentado, a fim de que sua eficácia fosse testada. Infelizmente, os analistas fazem a leitura da pesquisa, sem saber, ao menos, o que foi perguntado. No processo da coleta da informação, o entrevistador – que é a espinha dorsal do trabalho – é a pessoa pior remunerada na estrutura da pesquisa. Além disso, é o que enfrenta as condições climáticas mais adversas, ouve desaforos de pessoas que desconfiavam das entrevistas, e tem até dificuldade de acesso a alguns lugares".

A omissão da amostragem de cada município, em relação ao total de pessoas, também é criticada pelo professor Lousana: "Sabemos, que 3.650 pessoas foram ouvidas em 260 municípios, mas a pesquisa não diz qual a amostragem de São Paulo e Rio, por exemplo. Não sabemos, se um município, com milhões de pessoas, está sendo representado apenas por 30 indivíduos".

A palavra do Ibope – Segundo o estatístico Marco Antônio Souza Aguiar, consultor do Ibope, o instituto trocou o método probabilístico pelo método de quotas, em 1983, porque, na pesquisa domiciliar, o viés, ou seja, aqueles que se inibem e não respondem por algum motivo, era maior. Aguiar argumentou, que a mudança se deu em função do fator tempo, e não para reduzir os custos da pesquisa. "Na rua ou no local de trabalho, o constrangimento é evitado e agiliza-se a pesquisa, já que o cliente quer os resultados em uma semana.

A tevê Globo, cliente do Ibope, não costuma solicitar a discriminação do número de pessoas ouvidas em cada município pesquisado. O contratante, que solicita os serviços de uma instituição por sua credibilidade, quer os resultados e não questiona os métodos por ela utilizados".

Aguiar admitiu, que o Ibope não equacionou os chamados erros alheios à amostragem: "Sabemos ser impossível controlar 100% essas falhas, mas os pesquisadores do IBGE andam em duplas, com rodízio periódico, são supervisionados e, o que é mais importante, são funcionários da casa, o que nos inspira mais confiança, porque sabemos que todos prezam seus empregos".

O técnico desmentiu, que o referen-

"Sabemos que 3.650 pessoas foram ouvidas em 260 municípios, mas a pesquisa não diz qual a amostragem de São Paulo e Rio, por exemplo. Não sabemos se um município com milhões de pessoas está sendo representado apenas por 30 indivíduos"

"O contratante, que solicita os serviços de uma instituição por sua credibilidade, quer os resultados e não questiona os métodos por ela utilizados"

cial utilizado esteja defasado, porque o Ibope usa os dados da última pesquisa nacional domiciliar do IBGE, feita em 1987, para compatibilizar as informações: "Estamos nos baseando, também, nos números do Tribunal Superior Eleitoral, mas, o importante é registrar, que os dados do IBGE e o censo de 1980 estão disponíveis e é impossível, que, de um ano para cá, o perfil do país tenha mudado muito".

Manipulação pró-Collor – O consultor do Ibope negou, que os números das pesquisas tenham sido responsáveis pelos altos índices de tendências de votos obtidos pelo candidato Fernando Collor de Mello, até pouco tempo antes das eleições. "O instituto", ressaltou

ele, "apenas constatou uma tendência de momento. A sociedade deveria ter exigido dos meios de comunicação, que não divulgassem os resultados de maneira tão tendenciosa. Um exemplo disso foi a não-divulgação de todas as faixas de indecisos. Até a última pesquisa (N.R.: referia-se à de antes do dia 19 de outubro), quando perguntamos se o entrevistado já tinha candidato, o percentual dos indecisos ficou em 50%. Quando perguntamos, se a eleição fosse se realizar naquele dia (dia da entrevista), os indecisos caíram para 25%. Finalmente, quando induzimos o voto, apresentando um círculo com o nome dos candidatos, os indecisos baixaram para 12%. Os jornais e veículos de comunicação em geral deveriam dar um espaço, para que os estatísticos dos institutos também interpretassem os números".

A presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio e redatora do departamento de jornalismo da Rede Globo, Elizabeth Vilela da Costa, considerou, que a manipulação pode estar na forma de divulgação, e lembrou as posições assumidas pela categoria, na Constituinte, para que a sociedade pudesse ter maior controle sobre os meios de comunicação.

Segundo ela, na Globo, os funcionários têm exercido pressão interna, para ter acesso aos relatórios do Ibope, já que o profissional, responsável pela redação das matérias sobre o assunto, recebe apenas os números. Elizabeth lembrou, que, há dois anos, a Globo vem investindo na formação da imagem do candidato Fernando Collor de Mello, dedicando-lhe amplos espaços nos noticiários, e até mesmo uma edição especial do Globo Repórter.

"Os profissionais da Globo", lembrou a jornalista, "cansaram de receber telefonemas de habitantes de Alagoas, que se manifestavam indignados com o tratamento de 'caçador de marajás', dado pela emissora a quem, na opinião das pessoas que telefonavam, era o verdadeiro marajá. Os jornalistas da Globo também ficavam indignados, mas nada podiam fazer, porque as ordens vinham de cima e só cabia a eles a execução, ou seja, a edição da matéria".

O que quer a direita

O cientista político René Dreifuss estudou as ações do empresariado no Brasil pós-regime militar



O empresariado continua a ser o principal fator de resistência às mudanças sociais no país

Nereida H. Daudt

A maior novidade é que não existe nada de tão novo na atual direita brasileira. Ela está permeada pela velha. A conclusão é de Dreifuss, fruto de pesquisas que fez sobre as articulações de 15 organizações, surgidas nos últimos anos (87/89) e que compõem hoje o pensamento conservador do país.

A União Democrática Ruralista-UDR é um exemplo. "Nova", explica, "porque é uma organização permanente, um parapartido nacional do setor agropecuário". Apesar da moderna estrutura, tem entre seus quadros militantes antigos do setor. "Como", acrescenta, "Jairo Andrade, pecuarista mineiro, golpista dos anos 60".

Outro dado sobre a UDR é que "há anos, ela vem sendo vinculada a assassinatos e crimes", observa, "sem ter sido, entretanto, incriminada. Apesar de alguns de seus membros terem sido presos, nunca se conseguiu pegar a organização, propriamente". Para Dreifuss, o fato "não chega a ser intrigante" porque existe, geralmente, dificuldade de acesso aos locais onde ocorrem os crimes, problemas nas investigações,

intimidações, em função do poder do dinheiro e do amplo contexto em que acontecem as violências.

O autor de "1964: A conquista do Estado", livro que marcou época – por revelar, num momento histórico não propenso a verdades, as ramificações políticas e econômicas do golpe contra João Goulart –, utilizou, agora, em seu novo livro, "O jogo da direita na Nova República", uma nova técnica para desvendar as movimentações conservadoras. Na compilação que fez de notícias veiculadas pela imprensa, ele encontrou material suficiente para mostrar como o conservadorismo se agrupa outra vez na sociedade brasileira. Uma característica da organização de direita é dizer-se de centro, mesmo quando apresenta traços nitidamente conservadores. Não existe, no país, ninguém que se assuma como direitista. No livro aparece bem essa estratégia, ficando também evidente que a ultradireita, (Seita Moon, Ação Integralista Brasileira, Partido Nacional-Socialista), é mantida à distância, porque "complica o jogo político".

A União Nacional de Defesa da Democracia-UNDD e a Associação Brasileira de Defesa da Democracia-ABDD são organizações basicamente formadas por militares, mas que contam também com apoio de alguns civis. O ex-ministro

Armando Falcão é um dos seus quadros.

Nova Direita – Mas, nem tudo é tão velho assim. O Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE, de São Paulo, por exemplo, tem características inusitadas. "Os pequenos e médios empresários que compõem seus quadros têm uma visão ampla, buscando incorporar as massas despossuídas ao consumo, para garantir um mercado forte". Para fortalecer essa meta, eles se informam, realizam viagens ao exterior e fazem contatos com sindicalistas que assim procedem. Do mesmo modo, a Flupeme, no Rio, também preconiza modernização no capitalismo, através de medidas reformistas, que incentivem a produção do pequeno e médio empresário. Ainda em São Paulo está o Fórum Nacional. Essa entidade se distingue das outras organizações por se apresentar como uma frente unida, onde se reúnem esforços dos setores financeiro, industrial e agrícola, na intenção de trabalhar um futuro programa de ação governamental.

Já no Rio Grande do Sul, destaca-se a organização Jovens Empresários, com a proposta de desatrelar a iniciativa privada do poder público, fazendo com que os próprios empresários assumam os riscos de suas empreitadas. Essa organização está "centrada na modernização industrial", buscando novas tecnologias e maquinárias que possibilitem uma produção similar à do mundo industrializado.

Dreifuss conclui que toda "a multiplicidade de organismos e a diversidade de objetivos" surgidos no Brasil da Constituinte revelam, basicamente, uma novidade quantitativa. Mas, faz questão de frisar que "a direita é a mesma, só um pouco mais velha". Se essa maturidade for sinônimo de sabedoria, nesta eleição assistiremos sua ardilosa tentativa: "Como permanecer no poder por mais de 30 anos".

O programa do FMI

Ao longo da década, a economia brasileira foi submetida ao projeto do FMI, a pretexto de buscar o equilíbrio. Um dos alvos das receitas do FMI é o sistema financeiro

Antônio Carlos da Cunha

As consequências, a médio e longo prazos, das mudanças propostas pelo FMI para a nossa economia implicam desemprego, extinção do crédito rural e dos empréstimos às pequenas e médias empresas, restrição à capacidade governamental de coordenar a política industrial e comercial do país, privatização do dinheiro pertencente aos trabalhadores – depositado no Fundo de Garantia e no PIS/Pasep – e internacionalização da economia brasileira.

A denúncia é do Movimento pela Defesa da Economia Nacional, entidade que congrega 32 associações empresariais, de trabalhadores e profissionais liberais, e do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central-Sinal. As reformas exigidas pelo FMI são a contrapartida do governo brasileiro a dois empréstimos de 500 milhões de dólares cada, que seriam repassados pelo Banco Mundial. Até o momento, apesar de ter o governo brasileiro desencadeado diversas iniciativas, demonstrando firme intenção em realizar as mudanças preconizadas pelo organismo internacional, não foi repassado para a economia brasileira um dólar sequer do empréstimo prometido.

São as seguintes as principais exigências do Fundo Monetário Internacional-FMI, através do Banco Mundial, em relação ao sistema financeiro do Brasil: 1) implantação dos bancos múltiplos, o que já vem sendo feito, fortalecendo as estruturas dos conglomerados hoje existentes e abrindo o mercado nacional aos bancos estrangeiros, inclusive para captação de cadernetas de poupança; redução das operações do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvol-

vimento Econômico e Social-BNDES e Caixa Econômica Federal-CEF; extinção dos bancos e caixas econômicas estaduais deficitários e privatização daqueles que dão lucro.

Os conglomerados – As propostas do FMI estão bem claras, no extenso documento que os técnicos do Banco Mundial prepararam, justificando a intervenção no sistema financeiro brasileiro. Os bancos estaduais, por exemplo, devem acabar, segundo a proposta do FMI, porque são considerados ineficientes e porque suas tarefas poderiam passar ao sistema privado. O Banco Mundial, através da International Financial Corporation-IFC, já está elaborando projeto específico, com a finalidade de substituir o sistema estadual de bancos, no Brasil.

A primeira consequência de tal medida será o desemprego em massa. O problema é tão sério, que o próprio FMI propôs a criação de um fundo de desemprego, para atender também aos bancos privados e federais, pois prevê-se que milhares de trabalhadores perderão emprego no sistema financeiro nacional.

Para Paulo Roberto de Castro, diretor do Sinal, a ação do FMI sobre as atividades agropecuárias e das pequenas e médias empresas é tão nefasta, quanto a proposta para o sistema financeiro: todos os empréstimos passarão a ser feitos à taxa de mercado. Isso significa, por exemplo, que desaparece boa parte das funções sociais do Banco do Brasil, que se tornaria um banco comum, abrindo, portanto, espaço para futura privatização. Ou seja, num primeiro momento, esvazia-se o banco, para retirá-lo das mãos do Estado, posteriormente.

Perde a pequena e média atividade produtiva comercial e industrial, que, obrigada a trabalhar com recursos pró-



Castro, do Sinal: debilitar setor público

prios, seria estrangulada e excluída do sistema financeiro. Este, por sua vez, a partir da receita do FMI, vai ficar muito mais concentrado do que já é, nas mãos de poucos e grandes grupos, agora sob a denominação de bancos múltiplos.

Trabalhador perde mais – Outra exigência do organismo internacional, de graves consequências para o trabalhador brasileiro, é o fim das linhas de créditos direcionados, fora do orçamento, do tipo do sistema financeiro da habitação, por exemplo. É que os banqueiros estrangeiros querem, que a administração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e do PIS/Pasep passe para o setor privado.

O que preocupa os funcionários do Banco Central é que a Caixa Econômica Federal-CEF hoje depende muito dos recursos do FGTS, para cumprir suas funções sociais. Processando-se essa transferência, vai-se repetir com ela o que pode ocorrer com o Banco do Bra-

sil, abrindo-se mais um espaço no seio estatal para a privatização de uma instituição tradicional, responsável pelo atendimento de importantes demandas sociais do povo brasileiro.

O pior é que o trabalhador permanecerá sem controle algum sobre o seu dinheiro, que, desta forma, seria transferido do setor público para o setor privado, que, certamente, vai aplicar os recursos a taxas de mercado. Consequentemente, seriam retirados dos importantes programas sociais de hoje, como saneamento e habitação para a população de baixa renda.

Idêntico processo pode ocorrer com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, o único sistema direcionado de investimento do governo. Mais de 60% dos recursos disponíveis do BNDES, segundo o Sinal, são provenientes do PIS/Pasep. Portanto, caso a gerência dos dois fundos seja realmente privatizada, o governo ficaria seriamente prejudicado, na sua capacidade de planejar e executar uma política industrial.

Sucateamento – É consenso, entre os dirigentes das entidades que constituem o Movimento de Defesa da Empresa Nacional, que a articulação do capital estrangeiro, neste momento – em meio às primeiras eleições presidenciais no país, depois de 29 anos de jejum de voto – consiste numa estratégia armada em cima da privatização global da economia, com alterações nas políticas comercial e cambial. O câmbio, na opinião do FMI, deverá ser livre.

Mas, o movimento é duplo, porque compreende também a internacionalização e sucateamento do parque produtivo brasileiro. Segundo os técnicos do Banco Central, o processo já está em andamento, inclusive com a criação de fatos consumados, como a autorização para operação dos bancos múltiplos, que está sendo dada independentemente da lei complementar, que deverá regulamentar o que a Constituição determina para o sistema financeiro. No Congresso, o lobby do FMI tem à frente os deputados federais Delfim Netto e Francisco Dornelles, e o senador Roberto Campos.

Garrote na economia brasileira

Plano norte-americano contra concorrentes no mercado internacional está em execução no Brasil, desde 1983

A extinção da Secretaria de Tecnologia Industrial-STI, que pertencia ao Ministério da Indústria e Comércio, o fechamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o desmantelamento da capacidade de geração tecnológica das universidades brasileiras fazem parte da estratégia do governo norte-americano, no sentido de garrotear a economia nacional para impedir o seu desenvolvimento.

A denúncia é do presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional-Cebracan, Luís Otávio Athayde, com base em documento editado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, através do seu setor de administração do comércio externo. Segundo Athayde, a estratégia contra as economias brasileira e da América Latina em geral foi implantada a partir de 1983, logo após um seminário, em que as autoridades norte-americanas analisaram a perda da hegemonia das indústrias de ponta dos EUA (robótica, informática, telecomunicação e supercondutores).

"Eles perceberam", explicou Athayde, "que as políticas tecnológicas e industriais na América Latina e, sobretudo do Brasil, estariam, a longo prazo, colocando em risco as indústrias norte-americanas. Concluíram que deveriam usar todas as formas de pressão para inviabilizar o nosso crescimento, na área

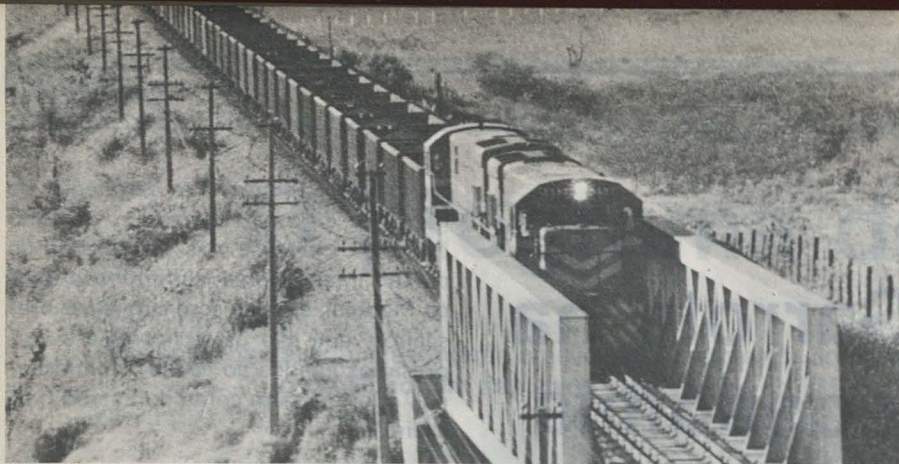
tecnológica. Dentro da estratégia de garrotear a nossa economia, o governo do EUA utiliza-se das instituições de crédito internacional, sobretudo o Banco Mundial, e conta com cúmplices brasileiros, que são os tecnocratas e empresários ligados ao capital multinacional, que tomaram conta do Estado brasileiro".

Crime contra o Brasil – Para o presidente da Cebracan, a universidade brasileira, quase que completamente desarticulada, sem verbas e com enorme dificuldade de funcionamento, retrata a gravidade da situação a que o país está submetido.

"Mas, o pior de tudo", assinalou Athayde, "foi o crime que cometeram com a extinção da STI, cujas funções passariam ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que, logo depois de criado, foi extinto. Com isso, pulverizou-se todo o sistema, cujo acervo guardava mais de 70 anos de desenvolvimento tecnológico. As questões relativas a marcas, patentes, metrologia, padronização, qualidade, pesquisas, etc., ficaram dispersas, assim como todos os órgãos envolvidos na ciência e tecnologia. Cortou-se a cabeça do sistema, que deveria ter uma condução única. A STI, responsável, por exemplo, pelo sucesso do programa do álcool, hoje também em franca desmobilização, existia nos moldes do Ministério da Indústria e Tecnologia do Japão, cuja experiência é um sucesso. Foi esse ministério que colocou os japoneses na vanguarda da tecnologia mundial".

Segundo Athayde, as empresas nacionais caminham assim para cair, inteiramente, na dependência da tecnologia estrangeira, na medida em que não existe, no país, uma política tecnológica global. "Cada vez, temos menos possibilidade de alavancar, propor e desenvolver processo autônomo de tecnologia", assinala. "A continuar assim, sucumbiremos à avalanche tecnológica internacional, comprando eternamente modelos que não nos interessam, porque nada têm a ver com a nossa realidade, e que vêm para reforçar os laços colonialistas dos países desenvolvidos, em relação ao Terceiro Mundo".

A.C.C.



A ferrovia é um sistema natural para reduzir os custos de nossa integração econômica

Um programa necessário

Os custos dos transportes e a necessidade de integração econômica das áreas centrais do país tornam obrigatório o exame da questão ferroviária

Eng. Francisco Cunha Jr.*

Até a primeira metade do século XX, a ferrovia era o transporte terrestre dominante no país, muito embora sua zona de atuação se restringisse a região litorânea.

A partir do fim da segunda guerra mundial, seguindo uma tendência internacional, o transporte ferroviário começou a ser substituído pelo transporte rodoviário, incentivado pelo baixo custo do petróleo e pela crescente influência exercida pela indústria automobilística multinacional, recém-implantada no país.

O transporte rodoviário cumpriu, durante três décadas, uma eficiente missão de integração econômica na região litorânea, substituindo a ferrovia e iniciando a incorporação da região central no processo de desenvolvimento nacional.

Os "choques do petróleo" advertiram a economia internacional da excessiva dependência deste recurso não-renovável. No campo de transporte, a ferrovia apareceu como a única alternativa para diminuir, sensivelmente, o consumo de óleo diesel e até prescindir-lo, no caso da eletrificação.

O transporte ferroviário é hoje, tecnicamente, considerado o transporte terrestre ideal para cargas brutas a gran-

des distâncias, entre portos fixos. No Brasil, incluem-se neste caso os minérios, o petróleo e seus derivados, os produtos agrícolas, fertilizantes, cimento, produtos florestais e produtos siderúrgicos.

A posição ideal, nestes casos do transporte ferroviário, deve-se ao menor consumo de óleo diesel, ao menor custo operacional e à capacidade de atender a altas demandas.

Os pontos fixos de partida são as jazidas naturais, os centros de armazenamento da produção e os portos de importação. Os pontos fixos de chegada são os centros de transformação industrial, os centros de armazenagem para os consumidores e os portos de exportação. Quando os pontos fixos corresponderem a pontos de acumulação, pontos de distribuição e portos, o transporte ferroviário operará entrosado com outro meio de transporte (rodoviário ou hidroviário).

No Brasil, o transporte ferroviário é uma responsabilidade intrínseca do governo federal, não só como responsável pela concessão dos serviços, mas como acionista majoritário das duas principais empresas ferroviárias brasileiras: a Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA e a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD.

Estas duas empresas englobam 80% dos recursos ferroviários existentes no país (24.000km de via, 2.000 locomotivas e 63.000 vagões) e são responsáveis por

93% da produção (97 bilhões de TKU). O restante é de responsabilidade da Fepasa, pertencente ao governo do estado de S.Paulo, e a uma série de pequenas ferrovias privadas de uso restrito (Icomi, Jari, Votorantim, Perus, Rio do Norte).

A situação do sistema ferroviário brasileiro pode ser assim resumida: 1) as ferrovias voltadas para exportação de minério de ferro funcionam nos melhores padrões operacionais internacionais. São elas as duas ferrovias de responsabilidade da CVRD (EF Vitória-Minas e EF Carajás) e a Regional de Juiz de Fora da RFFSA (SR-3); 2) as demais ferrovias existentes têm em maior escala, diferentes problemas envolvendo: traçado ultrapassado, superestrutura deteriorada, material rodante (vagões e locomotivas) escasso e com problemas de manutenção, deficiência operacional e administrativa, e defasagens tarifárias. Esta situação refere-se às ferrovias da região litorânea, pois a região central do país é caracterizada pela absoluta ausência de ferrovias (vide mapa 1).

Há, ainda, um problema de duplicidade de bitolas que dificulta a integração operacional das ferrovias: a estreita, predominante (85% do sistema) e a bitola larga.

A deficiência do transporte ferroviário resulta na sua baixa participação na matriz nacional de transporte. Esta baixa participação leva à oferta reduzida e ao custo elevado, quando comparado com nações da mesma superfície, pois o transporte rodoviário, que deveria substituí-lo é caro e não tem capacidade de atender a altas demandas (vide quadros 1 e 2).

Nestas condições, os objetivos de um governo democrático convergem, no sentido de aumentar a oferta de transporte ferroviário, para reduzir o custo global do transporte no país e para a obtenção de um nível mínimo de oferta, que o desenvolvimento nacional exige. Este aumento requer a melhoria do sistema existente e a construção de novas ferrovias.

O sistema atual, cuja melhoria é necessária, compõe-se de ferrovias com origens diversas, espalhadas ao longo do território nacional, com problemas técnicos, administrativos e operacionais particulares, englobadas na RFFSA. As-

sim, cada caso deverá ter um enfoque particular. A solução será obtida com as participações das comunidades locais e dos usuários e da equipe profissional própria. O modelo exportador do sistema, que funciona com altos níveis de eficiência, deverá transferir sua tecnologia operacional e capacidade administrativa para os segmentos deficientes.

A integração global do sistema com a solução econômica do problema de duplicidade de bitola será resolvida também dentro de uma análise racional. A adoção da bitola dupla nas linhas de bitola larga ou criação de terminais adequados de transbordo será determinada e executada em cada ponto, em que haja confronto de bitolas.

As novas linhas, que devem ser construídas, dividem-se em dois grupos: a complementação do sistema litorâneo e a grande malha da região central. A complementação do sistema litorâneo corresponde à construção de uma série de pequenos ramais, variantes e ligações que permitam atender a pontos de demanda específicos ou aumentar a eficiência operacional do sistema. Estes pontos já estão perfeitamente levantados e fazem parte das reivindicações das comunidades e setores empresariais diversos, que nunca foram atendidas devido ao abandono a que o sistema ferroviário foi relegado (vide quadro 3).

A construção da grande malha da região central visa a incorporar esta região à economia nacional. Esta região engloba todo o Centro-Oeste, a parte sul da Região Amazônica e a parte ocidental do Nordeste, correspondendo a cerca de 50% da área nacional. A sua potencialidade natural, no campo agropecuário e mineral, não tem condições de se integrar de forma adequada à economia nacional pela falta de um transporte terrestre eficiente, que permita sua ligação aos centros consumidores, produtores e comerciais da região litorânea. Este novo sistema ferroviário tem que estar perfeitamente entrosado com o sistema ferroviário existente e com os sistemas hidroviários das bacias Amazônica e do Prata (vide mapa 2).

A determinação das ferrovias que serão construídas na complementação do sistema litorâneo e na malha da região central, não é um programa a ser estabelecido pelo setor de transporte. A prioridade tem que ser determinada de maneira colegiada, ouvidos os setores nacionais, que serão os beneficiados pela implementação do sistema. Incluem-se, como parte central deste grupo, os setores que estabelecerão a política mineral, a política agrícola e a reforma agrária.

Evidentemente, haverá necessidade de recursos consideráveis para implantação deste plano. O ideal seria que o próprio governo federal pudesse arcar com estes investimentos, pois permaneceria o grande proprietário do estratégico sistema ferroviário. A ferrovia como empresa estatal é uma caracterís-

“A prioridade tem que ser determinada de maneira colegiada, ouvidos os setores nacionais que serão beneficiados pela implementação do sistema. Incluem-se como parte central deste grupo os setores que estabelecerão a política mineral, a política agrícola e a reforma agrária”

tica da maioria dos países europeus ocidentais e do Canadá, entre as chamadas nações do primeiro mundo. Além do mais, no Brasil, a gestão estatal das ferrovias tem-se mostrado capaz, quando lhe são colocados recursos adequados e há entrosamento com os usuários, como no caso das linhas de exportação de minério. O que é necessário é a transferência destas características para as partes do sistema que atendam, também, à comunidade nacional e não só aos centros importadores de matéria-prima.

A escassez de recursos necessários para investimentos, certamente, obrigará o governo federal a utilizar, na implantação do plano, recursos privados nacionais e internacionais. Esta incorporação de recursos poderá

ser feita, de maneira que o Estado não perca a propriedade estratégica do sistema ferroviário. Métodos para isto existem vários: participação minoritária, vendas de frete futuro, incorporação de frota ferroviária própria ao sistema, etc.

A participação institucional do Estado é obrigatória na construção de qualquer linha ferroviária, ainda que sem alocação de recursos. A sua participação decorre dos poderes de concessão e de desapropriação que detém. O poder de concessão é formal, mas o poder de desapropriação é fundamental às possibilidades econômicas do empreendimento. A construção e operação de ferrovias econômicas dependem de ampla liberdade de definição do traçado, o que dá fundamental importância ao poder de desapropriar. Este poder, parte integrante da função social do Estado, só poderá ser delegado com plenas garantias de que esta função não será deturpada.

A implantação destes sistemas pode ser iniciada sem maiores problemas. A tecnologia é conhecida e os recursos necessários estão disponíveis na economia nacional, compondo-se de setores industriais da construção pesada e de materiais de construção, de material e de equipamentos ferroviários e do parque siderúrgico. A indústria de material e equipamento ferroviário, a única exclusiva do sistema, encontra-se disponível e com um índice de ociosidade de 90%, decorrente de planos feitos e não implementados durante o regime anterior. Apesar do domínio tecnológico que existe no setor ferroviário, é preciso que ele seja sempre implementado e adaptado aos novos padrões sociais. Neste aspecto, o grande programa a ser desenvolvido seria a pesquisa de um substituto eficiente para o dormente de madeira e tornar o seu uso obrigatório em todo território nacional.

Existem pesquisas desenvolvidas no sentido de substituir a madeira por concreto ou aço. A influência desta decisão seria uma importante contribuição do setor ao meio ambiente e à preservação dos recursos florestais. ●

* O eng. Francisco Cunha Jr. é diretor da Valec, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce para a construção ferroviária.

A Universidade do Trabalho

O Brasil já tem a sua instituição dirigida pela classe trabalhadora, que deverá ali qualificar e ampliar seus quadros de liderança. É pública, gratuita e apartidária, com autonomia administrativa e didático-pedagógica

A Central Latino-Americana dos Trabalhadores-Clat, com sede em Caracas, a Universidade dos Trabalhadores da América Latina-Utal, também na capital da Venezuela, o Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico-Ildes, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos-Dieese, do Brasil, além de diversas outras entidades estrangeiras e nacionais, já estão com propostas de trabalhos conjuntos com a Universidade Popular do Trabalho-UPT, recém-inaugurada em Curitiba, Paraná, em solenidade que contou com a presença de representantes de Cuba, Chile, Uruguai e da Liga Alemã de Sindicatos, além das centrais sindicais brasileiras CUT e CGT.

No caso do Dieese, por exemplo, seu presidente, Joel Alves de Oliveira, quer desenvolver na UPT cursos de educação sindical. Com as outras instituições, o objetivo é o intercâmbio internacional. Várias são as experiências de universidades de trabalhadores, no mundo. Uma das primeiras de que se tem notícia é a de Paris, idealizada por Georges Pollitzer, na década de 50. Há a Universidade Lázaro Peña, de Cuba, a Patrício Lumumba, na União Soviética, a Universidade de George Many, em Washington (EUA) e a Universidade do Trabalho, em Genebra, na Suíça.

No Brasil, a instituição, segundo definiu o governador do Paraná, Álvaro Dias, tem por missão produzir e transmitir o saber voltado aos interesses dos trabalhadores e das comunidades populares, através da pesquisa, do ensino e da extensão. "Ela deve proporcionar ao povo", assinalou ele, "o acesso ao saber, resgatando e sistematizando a experiência e a cultura popular. O importante é que, além disso, queremos



Todos os trabalhadores, independente do grau de instrução, vão ter acesso aos cursos da UPT

que a universidade contribua para o desenvolvimento da consciência crítica do trabalhador, com os objetivos de subsidiar o processo de organização sindical e popular".

Cursos livres – Os idealizadores da UPT, o secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social do Paraná, Rubens Bueno, e o educador Laércio Sotomaior, explicaram que o pluralismo democrático e a informalidade deverão ser as características fundamentais da instituição. "A consolidação da universidade", afirmou Bueno, "só será viável, se ela garantir abertura e buscar a constante participação de todas as correntes e tendências ideológicas, presentes no interior dos movimentos sindicais e populares. Temos que buscar perceber a realidade de forma ampla, através do processo de troca de informações e experiências".

Presente à aula inaugural da UPT, o ex-deputado Abdias Nascimento, presidente do Memorial Zumbi, no Rio de Janeiro, e dirigente do movimento negro, chamou a atenção para o fato de estar na proposta da instituição a integração de minorias, como os índios e negros. "A espontaneidade dessa idéia de congregação", afirmou ele, "vai dar à universidade um retrato da sociedade brasileira. Para nós, os negros, isso é muito importante, porque se vê assim que não estamos precisando, tanto quanto no passado, ficar por aí mendigando um espaço nas instituições. O

negro está aqui reconhecido, desde o começo do projeto".

A UPT está voltada, fundamentalmente, para a realização de cursos livres, aos quais terão acesso os trabalhadores em geral, independente do seu grau de instrução. Não será exigido diploma dos professores que nela atuarão, sendo preciso, unicamente, que estejam de fato habilitados para a responsabilidade que se propõem a assumir. Toda a programação da UPT e seus professores será de responsabilidade dos movimentos sindical e popular, que estiverem à frente do trabalho. Esses movimentos foram também encarregados da preparação da estrutura organizacional, forma de legitimação, configuração institucional e demais questões, que definem o perfil exato da universidade.

A UPT está com uma despesa mensal em torno de 20 mil dólares (câmbio paralelo), em itens como administração, serviços de limpeza, fornecimento de água, luz e telefone. O governo paranaense se comprometeu a bancar esses custos. A partir de 1990, uma das fontes de recursos da instituição será via convênios, como os que já estão em andamento com a Clat e o Ildes. A UPT está localizada à rua Pastor Manoel Vergílio de Souza, 1.310, Bairro do Tarumã, CEP 80.530 Curitiba, PR. Telefones: (041) 254-1288 e 253-4747. Telex: 415399. •

A. C. Cunha

Tuberculose

Dr. Krishnamurti Sarmento

A tuberculose é uma doença causada por um "bichinho" só visto no microscópio e descoberto por um homem chamado Robert Koch, em 1882. Foi denominado bacilo de Koch e tem preferência, no nosso corpo, pelos pulmões, porque vive respirando oxigênio. Mas, o bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*) pode afetar outros locais, como rins, ossos, intestino, pele, cordas vocais (laringe), olhos, cérebro (meningite tuberculosa), etc., embora seja menos frequente.

A contaminação se dá entre pessoas (quem contamina é chamado de comunicante), ou seja, a passagem do bacilo de uma pessoa para outra se faz pela boca ou pela respiração. A doença não passa pela roupa, sentando onde o doente sentou, pegando na mão. É importante saber, que a pessoa pode se contaminar, isto é, receber o bacilo e nem por isto ficar tuberculosa. Ou seja, o microorganismo entrar no corpo através da boca e brônquios, mas encontrar resistência, não conseguindo ferir o local (principalmente os pulmões). Dessa forma, a doença não se instala. Então, podemos ter o bacilo de Koch dentro de nós e não sermos tuberculosos.

Resistência – Mas, nós falamos da resistência do corpo contra os bacilos. A criança pode nascer com ela – resistência natural – ou adquiri-la pela vacina – resistência adquirida (provocada). Nesse caso, trata-se da vacina BCG intradérmica, podendo ser aplicada, até mesmo, logo após o nascimento.

Depois que a tuberculose se instala, quase sempre no pulmão, só há uma coisa para combater: os remédios próprios, chamados tuberculostáticos, sempre dois ou três medicamentos prescritos pelos médicos da saúde pública, evitando assim a resistência ao tratamento. Estes medicamentos, como qualquer um, devem estar sempre dentro do prazo de validade e não devem

ser trocados com frequência, a não ser nos casos em que os pacientes se sintam mal – enjôo, vômito, alergia na pele, problemas no fígado, etc.. Não adianta tomar vitaminas, comer bastante, repousar, depois de tuberculoso. Só os remédios curam, deixando-o bom, sem contaminar os outros. Quando tratada no começo, a tuberculose não deixa marcas nos pulmões.

Antigamente, até a década de 40, não havia remédios contra a tuberculose. Só em 1942 surgiu a estreptomicina (SM), que era aplicada durante 90 dias, por injeções no músculo. Em 1946, apareceu a isoniazida (hidrazida), uma grande arma, até hoje, contra a tuberculose. Em 1957, foi descoberta a rifampicina, também outro grande remédio na morte do bacilo da tuberculose. Poderíamos tratar a tuberculose, atualmente, apenas com a hidrazida (INH) e rifampicina (R/AMP) durante três meses.

Estudos neste sentido foram feitos pelo dr. José Galbo, no Hospital Estadual Santa Maria, com sucesso. Hoje, se trata a tuberculose no Brasil com rifampicina, hidrazida e pirazinamida (PZA), por seis meses. Esta última droga foi usada na União Soviética e Itália e, desde a década de 50, foi abandonada pela França, por ser tóxica. Nós a importamos da Romênia.

No tratamento, o pior dos males é interromper a tomada dos medicamentos, pois nunca se pode continuar de onde se parou. Interromper é sinônimo de retroceder. A única solução é começar tudo de novo. E recomeçar é sempre desanimador. Enquanto isto, o bacilo se reproduz com toda velocidade. Basta dizer que, em 20 dias, podemos ter um bilhão de bacilos, quantidade suficiente para abrir uma caverna (buraco). O paciente com caverna contamina com facilidade.

Como em toda doença, o cliente deve colaborar com o médico e a equipe que o trata, até mesmo lembrando o seu exame de escarro, sua abreugrafia, para controle do tratamento. Uma coisa devemos saber: o paciente pode ter um exame de escarro negativo, mas ter um nódulo tuberculoso no pulmão. Por isto, é preciso a abreugrafia nestes casos, para diagnóstico.

Nesta seção, levaremos ao leitor ensinamentos sobre medicina, orientações sobre dezenas de doenças, causas, formas de contaminação, prevenção, estatísticas, comentários, história e tantas outras coisas, que se precisa conhecer. Vamos contribuir com ensinamentos em saúde pública, que interessam também ao pessoal da saúde, tal como atendentes, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, serviço social, psicólogas, nutricionistas, etc..

Esta seção terá valor para trabalhos de pesquisa dos colegiais, pois estaremos sempre atualizados com informações interessantes, que não existem nos livros clássicos. Nosso intuito é desmistificar doenças, tratamentos, conceitos, fazendo com que as pessoas se ajudem e às equipes de saúde. Sem presunção, achamos que nosso trabalho poderá servir mesmo a acadêmicos da área de saúde. Aceitamos correspondência para esclarecimentos, informações e orientações. K.S.

Vacinar – É prioridade, pois, vacinar nossos filhos com BCG intradérmico. O adulto ou criança doente deve tomar os remédios, com a mesma seriedade que o governo também deve ter, como responsável pelo seu tratamento. Podemos ter o bacilo e não sermos doentes. A tuberculose na criança dificilmente contamina, porque raramente ela é uma caverna, mas um nódulo. Isto também ocorre com o adulto com água na pleura (derrame pleural): não contamina, pois não há drenagem pelos brônquios. Mas, é tuberculose e deve receber o mesmo tratamento. Existe a tuberculose ganglionar em criança e adulto, que são caroços, principalmente no pescoço, que também não contamina, pois, em geral, nada existe nos pulmões do doente.

Impressionante é que, no Brasil, de todas as mortes a cada minuto, duas são por tuberculose. Temos 80 milhões de pessoas contaminadas. Em nosso país, das mil crianças que morrem de fome, diariamente, cem são portadoras também de tuberculose (até 7 anos de idade). E vão para a cama todos os dias, com fome, 20 milhões de crianças, de até 7 anos. Nessas condições, o bacilo da tuberculose não encontra nenhuma resistência.



O filme relembra momento político crucial e, para a diretora Maria Letícia, procura também atingir a emoção do público

1º de Abril, Brasil

Enquanto resgata o direito de voto direto para presidente, o Brasil começa a recuperar sua história recente, com um filme sobre o golpe de 1964

Uma história de amor. É como se pode definir o trabalho de sete anos, que a jovem cineasta brasileira, Maria Letícia, teve para fazer o longa-metragem "1º de abril, Brasil". "Eu era amadora", diz, "vivía na Embrafilme todo o dia, conversava com quem quisesse me receber e, pela persistência, consegui apoio de alguns funcionários, que acabaram me acompanhando, desde aquela época, e, hoje, são importantes lá dentro. Isso foi bonito".

"Durante anos", conta, "fui fazendo, até que fiquei com 70% do filme pronto, e a Embrafilme resolveu finalizar os 30% que restavam, sendo hoje a encarregada pelo seu lançamento e distribuição".

A história do filme, o golpe de 64, o antes e o durante, é uma adaptação da peça de teatro, de Leilah Assunção, "Vejo um vulto na janela, me acudam que eu sou donzela". Maria Letícia diz que a peça surgiu através de um diário, onde Leilah registrava os acontecimentos. Com a ajuda do já falecido jornalista Samuel Wainer, montou-se uma cronologia do golpe. E os diálogos foram sendo ordenados, de acordo com os fatos políticos que tinham acontecido.

Revendo o passado – "Um, dois, três, Brizola no xadrez", "É hora, é hora do Jango ir embora" – é o áudio que se es-

cuta, entoado pelas famosas "mal amadas do Lacerda", que, naquela ocasião (março de 64), puxavam a Marcha pela Família e pela Propriedade, e com o qual Maria Letícia abre o trailer de "1º de Abril, Brasil". Segundo a diretora, isso causa enorme impacto nas pessoas, fato que pôde comprovar durante o Festival de Gramado, deste ano, quando exibiu partes do filme na principal praça da cidade serrana gaúcha.

Lá, o filme gerou certa polêmica, com a crítica achando que o documentário utilizava partes dos acontecimentos de 1961, para criar o clima de 1964. Mas, a cineasta diz que o importante foi a reação do público comovido nas cadeiras do cinema e a receptividade do júri, que elegeu Rosamaria Murtinho como Melhor Atriz e Marília Alvim como Melhor Montadora, no 17º Festival de Gramado.

"O meu objetivo no filme é o de despertar emoções, as mesmas que eu senti ao ver, por exemplo, 'Os anos JK', de Sílvio Tendler", diz a diretora. Ela revela que as cenas de realidade utilizadas no longa foram coletadas dos filmes documentários de Tendler ("Os anos JK" e "Jango") e da Agência Nacional.

"Encontrar os documentários e colocar dentro da história do filme foi um trabalho árduo. A pesquisa sonora tomou muito mais tempo que as imagens, porque foi muito difícil encontrar o som

original da época. Tudo o que existe no Brasil, de 60 a 64, como música, noticiários políticos, jingles, foram destruídos", comenta a montadora Marília Alvim. "E reunir esses elementos era muito importante, para que o filme tivesse o lado real da época. O cotidiano no interior da pensão é a ficção, o exterior é a realidade. A ficção é um subterfúgio para se chegar à realidade, que é a personagem principal, a base do filme".

Maria Letícia acha que seu filme sofreu os mesmos problemas políticos, que marcaram estes últimos anos da virada política brasileira. "Em 82, por exemplo, o Brizola ainda não era aceito como o candidato para presidente. Ao mesmo tempo, na Embrafilme o "coronel" Pereira, diretor geral dizia: "Este filme é uma provocação". Isso, somado à inexperiência, foram as determinantes do longo período de realização do filme. Em 31 de março, de 89, finalmente, ele foi lançado em pré-estréia, à meia-noite, no cine Ricamar, de Copacabana, exatamente, 15 anos depois, do fatídico 31 de março de 64. "Foi uma manifestação política", exulta a diretora e atriz, "onde 700 pessoas compareceram, marcando a presença de um pensamento, sem sofrimento, a característica desta nossa nova época". Na tela, as cenas de ficção levaram o público a dar gostosas gargalhadas, enquanto as de História inundaram o Ricamar de sensações quentes, momentos de um passado recente, vivenciado pela maioria dos presentes.

A identificação, essa sensação de ter vivido aquilo, é um fator que move Maria Letícia em sua trajetória de cineasta. Ela lembra que, em 81, quando fez o curta "Deus lhe pague", uma tragédia romântica, que obteve vários prêmios e participou de 14 festivais internacionais, "as sensações produzidas pelo quadro de Maurício Arraes – 'A mulher, morte e coca-cola' – foram transformadas em coreografia". Na época, Maurício Arraes, ao ler o roteiro feito de seu quadro, observou: "Isso não é um roteiro, é uma poesia". Para ela, era "o roteiro das sensações" e, portanto, assim como "1º de abril, Brasil", a arte de mexer com coisas que tocam os ouvidos, os olhos e a alma das pessoas. ●

N.D.

O elo do idioma

Os sete países de fala portuguesa decidem criar um órgão que promova a língua e estimule a cooperação entre seus povos

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa-IILP foi o resultado maior do encontro patrocinado pelo governo brasileiro, em São Luís, no início de novembro, a que compareceram os chefes de Estado ou representantes de Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ao contrário dos encontros de linguistas, já comuns entre filólogos brasileiros e portugueses, a reunião de governantes ultrapassou os objetivos puramente idiomáticos, para buscar utilizar o português como instrumento de maior aproximação cultural e política entre as sete nações, fun-

cionando como o embrião de uma comunidade.

A caminho dos 200 milhões de falantes, o português está entre as línguas mais faladas do planeta e garante, aos povos que o utilizam, um potencial de integração ainda não-explorado e que se estende pela Europa, África, Ásia e América do Sul.

Meio de cooperação — Ao abrir o encontro na capital maranhense, o presidente José Sarney destacou as possibilidades latentes de colaboração que o idioma comum permite as sete nações: "É ilimitada nossa vontade política de

cooperar. A língua comum servirá de base para a construção de uma grande obra de aproximação, destinada a forjar o nosso destino. Com a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, abriremos a nossas sociedades as portas de um futuro de realizações conjuntas", disse Sarney.

A mesma percepção política foi expressa pelo presidente português Mário Soares, ao destacar, entre outros aspectos, que a fundação do instituto representava o primeiro encontro dos sete países até hoje, e que o órgão servirá de fórum comum, por prever reuniões anuais, cujos desdobramentos benéficos são fáceis de prever.

Participaram da reunião, além de Sarney e Mário Soares, os presidentes de Cabo Verde, Aristides Pereira; Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira; São Tomé e Príncipe, Manoel Pinto da Costa; e os representantes de Angola, embaixador Lopo Nascimento, e de Moçambique, João Alberto Chissano.

Procópio Mineiro

A Escola Itinerante de Jornalismo

Jornalistas do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste reuniram-se em Brasília, no início de outubro, para aprofundar questões surgidas no encontro inaugural, em Lisboa, realizado no ano passado. O fórum de jornalistas dos países de língua portuguesa tem o objetivo de romper, pela informação, o bloqueio existente entre as diversas nações de idioma comum, que se vêem retratadas, no exterior, apenas através do noticiário das grandes agências internacionais, controladas pelos interesses dos países ricos.

O encontro de Brasília foi organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj e obteve, como resultado maior, a criação da Escola Itinerante de Jornalismo, que permitirá uma permanente troca de experiências entre os profissionais dos diversos países da comunidade, atuando como um meio de transmissão de conhecimentos, atualização de técnicas e instrumento para a maior circulação de notícias no grupo de nações.

A constatação mais imediata dos quase cem participantes do II Encontro de Jornalistas dos Países de Lin-

gua Portuguesa foi a de que faltam canais de conhecimento, para que as realidades de cada país sejam conhecidas nos outros. A comunidade da língua não consegue romper a barreira do controle internacional da informação. A notícia que, através da grande imprensa, chega à população brasileira sobre a saga angolana, por exemplo, é uma versão elaborada pela ótica dos interesses norteamericanos e sul-africanos na África Austral. E assim por diante. Um representante de Cabo Verde deu seu testemunho, relatando como foi entrevistado por um repórter de tevê, pouco antes da sessão de abertura do Encontro. O repórter desconhecia a localização do país e ficou intrigado porque o cabo-verdiano "falava português com sotaque lusitano".

Testemunhos e queixas semelhantes pontuaram o encontro, sugerindo a necessidade de se buscar a criação de meios efetivos para fazer circular, entre os parceiros, um volume adequado de informações políticas, econômicas e culturais, capazes de dar substância real a uma comunidade potencial facilitada pelo idioma e pelas mesmas bases culturais.

Economia positiva

A economia brasileira deverá apresentar este ano crescimento positivo, entre 0,5% e 1,5%. A informação é da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, instituição encarregada de fazer os cálculos do Produto Interno Bruto-PIB, que é o somatório da produção total da indústria, serviços e agropecuária. Isso quer dizer que caiu, definitivamente, por terra a expectativa de que o país fecharia 1989 com índice negativo de crescimento na sua economia, em relação ao ano passado.

O chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Antônio Braz de Oliveira, chama atenção, porém, para o fato de que o PIB per capita continua em queda, uma vez que a taxa de crescimento da população é maior do que a do aumento da produção. A situação, segundo ele, melhorou, mas não há motivo para euforia. O setor que mais tem crescido na economia brasileira é o de serviços.

Perdendo dólares

O Brasil está sofrendo a maior fuga de capitais da América Latina: dois bilhões de dólares estão sendo remetidos para o exterior mensalmente, por empresas nacionais e estrangeiras.

A informação é do vice-presidente de um dos ban-

cos credores do Brasil, o Standart Chatered Merchant Bank, Igor Cornelsen. Segundo ele, 1 bilhão de dólares saem do país sob a forma de remessa de juros, dividendos e amortizações não-compensadas por novos ingressos de capitais externos. A outra metade é remetida através do subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações, *royalties* etc.

"Sob o ponto de vista técnico", assinalou Cornelsen, "os recursos estão saindo de um país de renda per capita de dois mil dólares, portanto com alto potencial de rentabilidade e acumulação, para regiões de alta renda, sem novos recursos naturais a serem explorados, nem serviços públicos não-explorados e cujo crescimento só é possível no limite da fronteira tecnológica".

Reunião em Curitiba

Preços até 35% mais baratos e prazos de entrega que chegam a ser duas vezes menores, em relação aos concorrentes brasileiros. Com essas duas vantagens, a indústria argentina está tentando conquistar o mercado nacional. Iniciativa importante nesse sentido é a Feira da Indústria Argentina, que reuniu, em Curitiba, 150 empresas da área de metalurgia, embalagens, madeira, alimentos e laticínios, sob o patrocínio do governo paranaense e do Banco da Província de Buenos Aires. Segundo o empresário brasileiro Afrânio Andrade, diretor da Omeco – uma fábri-

ca de máquinas e equipamentos para a indústria madeireira – além dos preços e prazos inferiores aos dos fornecedores nacionais, os argentinos têm oferecido produtos tecnologicamente superiores. Andrade disse que muitos empresários desconhecem os benefícios proporcionados pelo acordo Brasil/Argentina, visando a promover maior intercâmbio comercial entre os dois países. "É necessário", alertou ele, "que se intensifique a divulgação do acordo, não apenas em promoções, como a Feira de Curitiba, mas pelos veículos de comunicação, de modo que empresários de ambos os países descubram os caminhos do comércio para os dois lados".

Argentina e Brasil

"A integração do Brasil e da Argentina, nas áreas de energia nuclear, é justamente a melhor demonstração de que estamos interessados em desenvolver tecnologia para fins pacíficos".

As palavras são do subsecretário de integração econômica latino-americana da chancelaria argentina, Juan Schiaretti, para quem a integração entre os dois países é um imperativo: "A Europa Ocidental se constituirá num mercado único, a partir de 1992, ao qual, com a distensão entre a União Soviética e Estados Unidos, poderão se somar os países da Europa Oriental. Os norte-americanos estão se ajuntando com os canadenses. Os japoneses deverão se aproximar cada vez mais



Da Nuclep para Atucha

da China. A América Latina não pode deixar de criar seu próprio mercado".

Os presidentes Carlos Saul Menem, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, criaram um fundo especial, com 15 milhões de dólares de cada lado, para que um compre do outro as peças que faltarem nos seus programas nucleares. O Brasil entrou nesse setor em 1975, através de um acordo com a Alemanha Ocidental. A Argentina se iniciou na área 25 anos antes, mas sua primeira usina, a de Atucha, só veio entrar em operação em 1974. Hoje, com a crise econômica, os dois países estão tocados a ritmo muito lento, quase que paralisados, em termos de novos investimentos. Por isso, interessaram-se em juntar recursos, para levar à frente seus objetivos no campo nuclear.

Os dois países estão pensando também na possibilidade de produzir mísseis juntos. O Brasil já tem, nessa

área, o projeto Sonda IV, foguete destinado ao lançamento de satélites. A Argentina desenvolveu o Condor II, foguete capaz de alcançar uma altitude de 300 quilômetros, desenvolvido em sociedade com o Egito.

É óbvio que os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Canadá e Japão não estão gostando dessa aproximação, dentro de um setor tão estratégico, entre a Argentina e o Brasil. Eles já manifestaram essa preocupação de diversas maneiras, inclusive, veiculando, nos meios de comunicação e nos foros internacionais, pareceres técnicos de seus cientistas, com denúncias, dando conta de que os dois países estão se integrando para produzir armas nucleares.

Enquanto isso, outro projeto importante, que deverá se constituir num marco físico, no processo de integração e cooperação econômica entre os dois países, será o gasoduto, a ser implantado entre a província argentina de Entre Rios e a Região Metropolitana de Porto Alegre. O gasoduto implementaria o desenvolvimento industrial gaúcho e conta com total apoio da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Estão aparecendo dificuldades de ordem financeira da parte do Brasil, porque esse tipo de investimento deverá ser feito pela Petrobrás, que se debate com a falta de recursos para novas aplicações. Do lado argentino, o projeto é considerado de alta prioridade para o governo Menem. Tanto que eles já estão tocando a obra, que exigirá um investimento de 290 milhões de dólares (145 milhões para cada país).

Mais integração

As relações econômicas entre o Peru e o Brasil estreitaram-se. À margem da reunião de chanceleres do Grupo dos Oito, realizada na cidade peruana de Trujillo, em outubro, os ministros das Relações Exteriores brasileiro, Roberto de Abreu Sodré, e peruano, Guillermo Larco Cox, assinaram um comunicado conjunto, explicando a cooperação, que os dois países estão passando a implementar mutuamente.

Trata-se de uma espécie de plano de metas, iniciado por estudos de viabilidade econômica, para a ligação rodoviária entre os dois países, com a finalidade de dar ao Brasil saída para o Pacífico e, ao Peru, acesso ao Atlântico. Os estudos deverão ser entregues a organismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Eximbank, japonês, que deverão financiar esse projeto, além da construção de uma outra estrada, ligando o Acre aos portos do sul do Peru.

Há também o plano de exploração do gás natural de Camisea, na região próxima a Cuzco. O governo brasileiro pensa em comprar esse gás, sob a forma de energia elétrica, que seria utilizada nos projetos agroindustriais na fronteira com Rondônia e Acre, o que renderia aos peruanos 40 milhões de dólares anuais. Outro objeto dos acordos foi o interesse de empresas brasileiras no cobre e zinco do Peru.

O fim das retaliações

A decisão do governo norte-americano de encerrar as retaliações comerciais contra o Brasil, iniciadas em 7 de setembro de 1985, na tentativa de derrubar a reserva brasileira de mercado na área de informática, foi interpretada como um gesto de desarmamento de espíritos, no momento em que o Brasil transita para um novo governo.

A imprensa tomou conhecimento da iniciativa dos Estados Unidos através de comunicado do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, dizendo que o governo norte-americano expressou, assim, "sua satisfação com o clima positivo, que caracteriza o comércio bilateral e os investimentos na área de informática, hoje, no Brasil".

O gesto norte-americano coincidiu com a comemoração dos 10 anos de criação da Secretaria Especial de Informática-SEI e dos cinco anos de aprovação da Lei de Informática, em 3 de outubro de 1984.

A nota do Itamaraty diz que o governo brasileiro "considera que a eliminação desse fator inibidor na relação comercial entre os dois países constitui uma manifestação clara, por parte dos Estados Unidos, de seu propósito de aprimorar o diálogo com o Brasil, em todas as questões referentes ao comércio, em benefício da contínua expansão do intercâmbio".

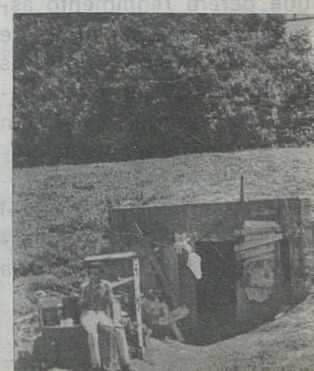
Segundo a SEI, atualmente estão em vigor 76 contratos entre as empresas norte-americanas e brasileiras, na área de informática: 54 de transferência de tecnologia, 13 de associações e nove de investimentos diretos.

Os poucos afortunados

O que existe no Brasil não é concentração de renda, mas hiperconcentração de riqueza. Isso ficou muito claro, quando o Congresso Nacional discutiu a proposta do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), com substitutivo do senador Roberto Campos (PDS/MT), para criar o Imposto sobre Grandes Fortunas-IGF, que deverá incidir, a partir do próximo ano, em cima de patrimônios superiores a 2 milhões de BTN's (em torno de NCz\$ 7,5 milhões, a valores de outubro).

Entre os quase 150 milhões de brasileiros, que habitam um país de extensão continental e tão rico de recursos naturais como o Brasil, apenas 10.500 pessoas, ou seja, menos de 0,07% da população, vão pagar o IGF, que deverá representar um acréscimo de 460 milhões de

Contrastes e conflitos aumentam



dólares na receita tributária do novo governo, já a partir de 1990. Esse valor é mais ou menos a arrecadação deste ano com o Imposto de Renda, que vem sendo pago por todas as pessoas físicas, 92% delas assalariadas.

A previsão da arrecadação e do número de pessoas que serão taxadas pelo IGF não é definitiva, pois foi feita com base no cadastro da Receita Federal de propriedades, que pode estar subestimado. Mas, por mais que haja erro de estimativa, essa previsão não deixa de ser profundamente vergonhosa para um país, em que mais de 70% dos seus trabalhadores ganham menos de dois salários-mínimos mensais, correspondentes a aproximadamente 60 dólares (no paralelo).

Mas, o lobby desses poucos afortunados brasileiros, que atuou no Congresso tentando derrubar o IGF, embora não tenha conseguido seu objetivo maior, impôs algumas restrições ao conceito de fortuna, que, segundo o relatório final, ficou assim definido: é o conjunto de todos os bens, situados no país ou no exterior, que integrem o patrimônio do contribuinte. Estão excluídos do patrimônio os seguintes itens: 1) imóvel de residência do contribuinte, até o valor de NCz\$ 500 mil; 2) os instrumentos utilizados pelo contribuinte, em atividades que gerem rendimento assalariado, até o limite de NCz\$ 1,2 milhão; 3) objetos de antiguidade, arte ou coleção, na condição fixada em lei; 4) investimentos em infra-estrutura ferroviária, rodoviária e portuária; e 5) bens, cuja posse ou utilização seja considerada, pela lei, de alta relevância.



Criminalidade é a face da desorganização social

Mortes no Rio

A violência continua em crescimento vertiginoso na cidade do Rio e na Baixada Fluminense. O governo do Estado, depois de não conseguir cumprir a promessa eleitoral, feita em 1986, de que acabaria com a violência no Rio seis meses depois de empossado, explica agora que a responsabilidade pela situação cabe à crise econômica, à inflação e à recessão.

Os números são assustadores. No município do Rio foram contabilizados, nos sete primeiros meses deste ano, 82.816 crimes, desde homicídios e assaltos a bancos, passando por delitos de trânsito etc.. O destaque é para o furto de veículos, com quase 15 mil ocorrências relatadas. A Secretaria de Polícia Civil não tem ainda o levantamento da violência no restante do Estado, nem sequer na Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo, regiões consideradas mais violentas.

Os movimentos comunitários da Baixada, no entanto, realizaram por conta própria um dossiê, que foi divulgado com o apoio dos bispos de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito, e de Volta Redonda, d. Wal-

dir Calheiros: de março a setembro últimos, registraram-se, na região, 750 mortes por assassinato, das quais 183 de menores. A maioria desses crimes foi praticada por grupos de extermínio.

A Baixada tem uma população de 3,2 milhões de habitantes, distribuída em área de 1.262 quilômetros quadrados. O surgimento da violência local é explicado, pela igreja, como consequência de fatores históricos e do rápido crescimento das cidades, sem o acompanhamento da infra-estrutura urbana, o que gerou a miséria na região.

Os 500 anos

"Em 1992, não há nada para se celebrar. Há, sim, muito para os países do Primeiro Mundo e também da América Latina se confessarem e arrependem". As palavras são do pastor Marcos Inhauser, da Pastoral Solidária, ao comentar a expectativa pela aproximação de 1992, quando serão comemorados os cinco séculos da chegada de Cristóvão Colombo à América.

Para o reverendo, não se pode comemorar o chamado descobrimento, porque "não se pode descobrir uma coisa já conhecida, habitada, em cujo seio se desenvolviam culturas avançadíssimas. Nem um encontro de

dois mundos, uma vez que aconteceu mesmo um enfrentamento, que ceifou milhares de vidas, destruiu as civilizações existentes e impôs leis, costumes e religiões pela força".

"Há ainda", prossegue o reverendo, "os que falam em 500 anos de desenvolvimento. Mas, que tipo de desenvolvimento é este, em que mais da metade da população latino-americana vive na miséria, com mais de 300 milhões de crianças nas ruas e uma dívida de 400 bilhões de dólares? Um setor da igreja fala em 500 anos de evangelização, mas pode-se chamar de evangelizadora a utilização da religião, para implementar um modelo de exploração e escravidão?"

O reverendo questiona também os que acham que tivemos 500 anos de civilização, afirmando que não se pode conceituar assim uma ação que trouxe a morte, a ganância e o individualismo. Aquilo que os maias, astecas e incas viviam, não era por acaso uma civilização? Seus valores sociais e morais não seriam dignos de serem levados em consideração? Não nos maravilhamos hoje com os progressos que estas civilizações fizeram?

O religioso diz, por outro lado, que muitos indígenas fizeram o jogo dos colonizadores. Por isto, não se pode chamar o período de cinco séculos de resistência, o mesmo acontecendo em relação aos políticos corruptos, industriais inescrupulosos, comerciantes imorais, que ajudaram na exploração dos espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses, franceses, norte-americanos e, recentemente, os japoneses ao nosso continente.

Líder ecológico

O Brasil já está trabalhando no sentido de vir a se tornar o líder do Terceiro Mundo, na defesa da ecologia e do meio ambiente. A idéia teve excelente receptividade entre as principais instituições ecológicas do mundo, como, por exemplo, a Conservation International, norte-americana, que elegeu a Amazônia e a Mata Atlântica como suas prioridades de ação, no mundo.

"O Brasil", afirma Russel Mittermeier, presidente da instituição, "tem um dos movimentos ambientalistas mais fortes do mundo". Outro apoio vem do ecologista Dan Martim, presidente da segunda mais importante fundação do Estados Unidos, a Mac Arthur Foundation, para quem o Brasil é o país mais importante em termos de conservação da biodiversidade".

No Brasil, o reitor da Universidade de São Paulo-USP, José Goldemberg, defende a presença brasileira em todas as discussões sobre a emissão de gases de carbono, entre os cinco mais ricos países do mundo. Em 1992, o Brasil pretende sediar a reunião da Comissão de Meio Ambiente das Nações Unidas, o que está facilitando as gestões que deverão centralizar, no país, informações sobre a situação do meio ambiente em todo o mundo, sobretudo, dos países em desenvolvimento.

O governo brasileiro proibiu que, a partir de 1995, seja usada madeira de flo-

restas nativas como matéria-prima ou fonte energética (siderúrgicas, fábricas de celulose e de aglomerados, cimenteiras, cerâmicas e outros).

Novelas

As telenovelas brasileiras permanecem em alta entre os cubanos. É o que dizem os especialistas em teledramaturgia, em Cuba, Fidelina Gonzalez, Iris Dávila, Oscar Lopes e Lesbia Echeverria, que vieram ao Brasil participar do Seminário Latino-Americano de Dramaturgia da Telenovela, realizado em São Paulo.

Segundo Oscar Lopes, a telenovela brasileira tem tido excelente receptividade em seu país, chegando, em alguns casos, a influenciar a fala das pessoas nas ruas. As novelas que conseguiram grande repercussão (embora, em Havana, não exista um instituto de pesquisa para verificar audiência) foram "Dona Beija", da tv Manchete, com Maitê Proença, "O tempo e o vento", adaptada do romance de Érico Veríssimo, e os seriados "Malu mulher" e "Carga pesada".

Os quatro especialistas concordaram em que as menções de sexo não costumam chocar o público em Cuba, embora a sociedade daquele país seja mais conservadora em costumes do que a brasileira.

Como exemplo disso, eles citaram a apresentação de "Dona Flor e seus dois maridos", de Bruno Barreto, que foi ao ar na íntegra, na televisão.

Fidelina Gonzalez explicou que a inexistência de

pesquisa de audiência, no seu país, faz com que a obra se escreva do começo ao fim, conforme as concepções originais do autor, e não com adaptações, ao longo da história, de acordo com a reação do público, como se faz no Brasil.

Mas, nem por isso, a novela é menos discutida pelo público, assinalou Lesbia Echeverria. Ela contou que o povo assistiu à novela de péssima qualidade "Una muchacha" só para poder falar mal. A principal crítica foi a de apresentar uma realidade, que não correspondia ao dia a dia da população: a divorciada consegue novo apartamento com facilidade, seu novo namorado possui carro etc.

São três as emissoras de televisão, em Cuba: Radio-televisión, que passa as novelas e obras de ficção; a Rebelde, que se dedica à cobertura esportiva; e a Cubavisión, que tem assuntos variados. Por motivos econômicos, os canais se alternam de manhã e de tarde. As transmissões são a cores.

Vítimas do benzeno

Chama-se leucopenia a deficiência orgânica, que diminui de maneira drástica a produção de glóbulos brancos, um dos mais importantes componentes do sangue, responsáveis pela defesa do organismo. O leu-

copênico emagrece, torna-se pálido e fica lento nos gestos e nas respostas.

Pelo menos dois mil trabalhadores da Baixada Santista, em São Paulo, sofrem o drama da doença, contraída na Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa, uma das maiores siderúrgicas do país, com um complexo de 21 fábricas, instaladas em 12,5 milhões de metros quadrados, em Cubatão, município famoso pelo seu elevado nível de poluição. A leucopenia é provocada pelo benzeno, uma substância química aromática, incolor, inflamável e altamente tóxica, que é subproduto do processamento do carvão mineral, a principal matéria-prima da Cosipa.

Dos 2.100 atingidos, 1.200 são empregados da própria empresa e 900 trabalham para as empreiteiras que prestam serviço para ela. Dos 1.200, sobre os quais o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos tem mais controle, 901 estão afastados das funções que exerciam, 200 foram aposentados e apenas 100 conseguiram retornar ao trabalho, em áreas administrativas, afastadas de onde circula o benzeno. O pico da contaminação ocorreu em 1985-86. Embora a empresa, logo que se registrou o fato, tenha tomado providências para controlar o benzeno, ano passado aconteceram 68 casos. Até meados deste ano, oito trabalhadores já foram afastados do trabalho, pela mesma razão.

A poluição do ar adoecce milhões, no mundo todo



Queimando o mar

Paulo Ramos Derengoski

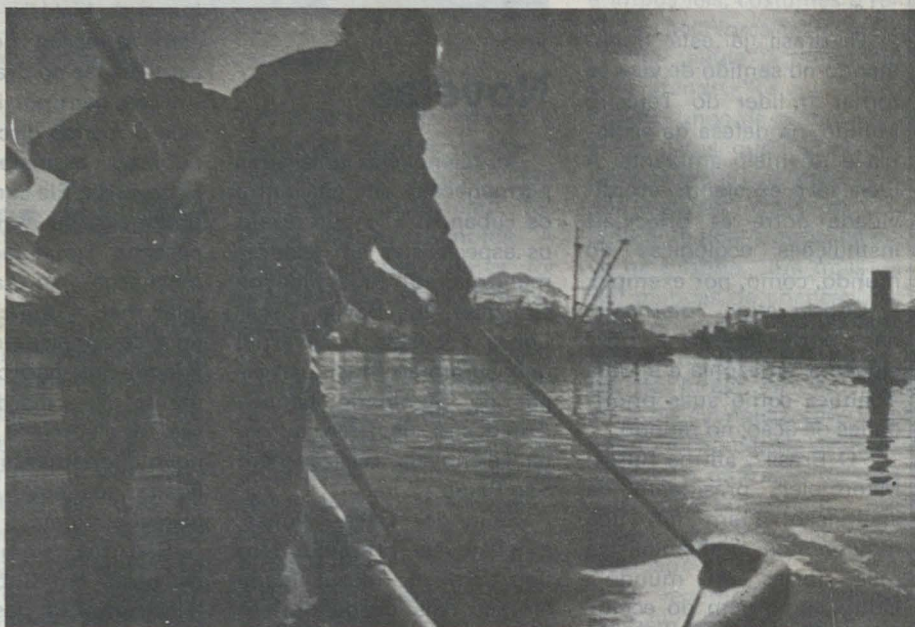
Ainda existem lugares privilegiados – como certos pontos do litoral brasileiro – em que se consegue ver os mil matizes que o sol faz refletir nas ondas do mar: azul-regata, verde-jade, azul-celeste... Verde-esmeralda. Mas, na maioria das praias próximas às grandes cidades, as águas parecem doentes: estão ficando cinzentas. Estão ficando plúmbeas, podres.

Não poderia ser diferente: grande parte do lixo litorâneo acaba sendo lançado diretamente nos oceanos, acumulando-se nas zonas costeiras, onde sobrevive flora e fauna dos mares.

Quando a poluição dos oceanos é feita por matéria orgânica – geralmente, esgotos não tratados – há uma violenta proliferação de bactérias e microorganismos, patogênicos que atacam a saúde através de doenças, tais como diarreias, hepatites, micoses. Basta lembrar a grande epidemia de cólera de 1973, na Itália, provocada pela ingestão de mexilhões contaminados.

A poluição orgânica dos mares faz, ainda, com que as águas fiquem turvas, baixando o teor de oxigênio e aumentando a acidez. É quando surgem os ácidos sulfídricos e amoníacos, resultantes da decomposição. Muitas espécies desaparecem e outras proliferam adoidadas. Os primeiros a morrer são as esponjas, corais, polvos, estrelas, moluscos, camarões, lagostas. Já os siris e caranguejos – amantes da imundície – sobrevivem, numa boa.

Mas a poluição mais grave do mar não é a orgânica – e sim a industrial – principalmente petróleo e seus derivados. Ela provoca efeitos imprevisíveis, porque as correntes marinhas, em sua dança louca, não a arrasta para alto mar. Os escapamentos de milhares de novos poços de petróleo que estão sendo perfurados em todo o mundo – da



bacia de Campos, no Brasil, ao Golfo do México – certamente contribuirão para aumentar as “marés negras”, de forma inevitável, inexorável.

Aliás, é bom que se registre, que nem sequer existem estatísticas sobre quantas toneladas de petróleo são lançadas nos oceanos. O que se sabe é que, todos os anos, são transportados nove bilhões de toneladas de petróleo pelo mar. Só a lavagem das cisternas dos petroleiros já é suficiente para empestar as águas menos profundas. Isso quando não ocorrem naufrágios ou vazamentos, como o de 1964, na Califórnia, que criou uma maré de vômito negro até hoje não diluída.

Mas nem só de petróleo vive a poluição industrial dos mares. Há o terrível mercúrio, que provocou a tragédia de Minamata, no Japão, onde morreram dezenas de pessoas, anos a fio. Há os pesticidas, os clorados, os herbicidas, os adubos químicos, as tintas, os fenóis, os álcalis, os conservantes, os não-degradáveis, os resíduos radiativos, etc.. Levados pelas chuvas, eles escorrem pelos rios, penetram nos estuários: ali se fixam. Ali matam.

Nos estuários, muitos peixes vão se reproduzir. E ali vão morrer, mesmo antes de nascer, envenenados por tais efluentes tóxicos, pelos dejetos de esgotos, putrefactos – quando não pelo soterramento de grandes obras de engenharia, aterros e canais profundos. Mas, nem só nas águas costeiras ocorre a poluição assassina. Há os testes nucleares das grandes potências, há os depósitos de gases, venenos químicos e resíduos bélicos, que vêm sendo feitos no Atlântico Sul e no Pacífico, longe dos países ditos “civilizados”, mas perto das correntes que nos atingem.

Apesar de tudo, a consciência ecológica está crescendo. E é possível que os nossos verdes mares não deixem (nunca!) de refletir os raios de sol em suas ondas de águas estilhaçadas – no azul de suas ondas onduladas. Águas que correm, que escorrem, que sobem, que descem...

Ou será que, um dia, as espumas das ondas já não terão forças para varrer e apagar os desenhos imundos que a tecnologia do homem está escrevendo à beira do mar – nas areias limpidas?

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

**Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P**

**Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P**

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL

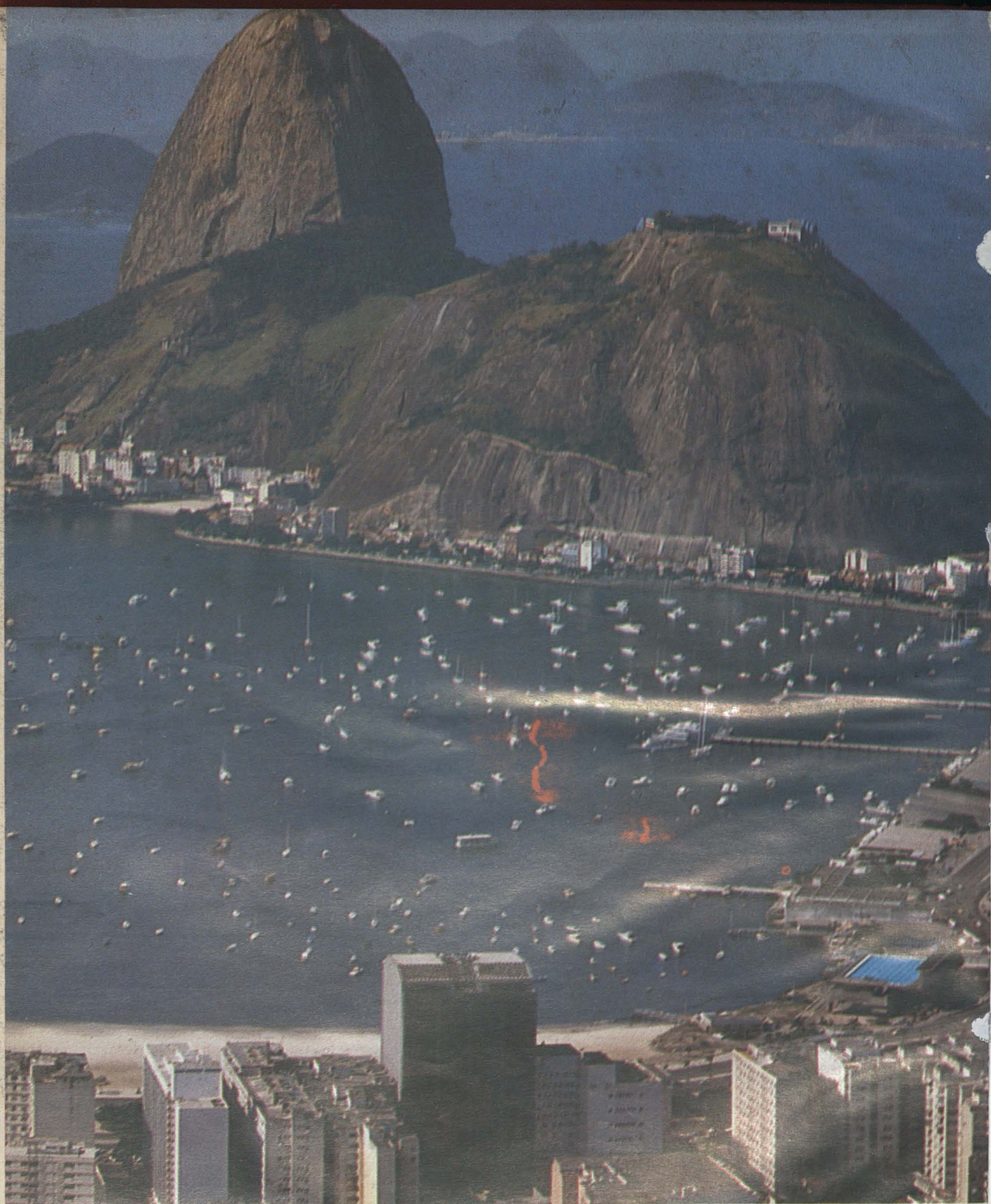
Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola



**Abrimos este espaço para debater os problemas
do terceiro mundo.**



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO